



O TERCEIRO REICH NO MITO E NA FICÇÃO



João Fábio Bertonha

**O TERCEIRO REICH NO MITO
E NA FICÇÃO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Av. Colombo, 5790 - Bloco H-12, sala 16
Maringá/PR - CEP: 87020-900

CONSELHO EDITORIAL

Angelo Priori (UEM – Coordenador Editorial)

Alexandre Fortes (UFFRJ)

Cláudia Viscardi (UFJF)

Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)

Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)

Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)

Gilmar Arruda (UEL)

Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)

João Fábio Bertonha (UEM)

José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)

Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)

Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)

Solange Ramos de Andrade (UEM)

João Fábio Bertonha

**O TERCEIRO REICH NO MITO
E NA FICÇÃO**



Maringá
Edições Diálogos
2023

EQUIPE TÉCNICA

Revisão Textual, Gramatical, Normalização e Referências:

O Autor

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa:

Jeferson Gonçalves de Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

B547t Bertonha, João Fábio
O Terceiro Reich no mito e na ficção / João Fábio
Bertonha. - Maringá : Edições Diálogos, 2023.
190 p.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-00-69317-1

1. Nazismo. 2. Hitler, Adolf, 1889-1945. 3.
Alemanha. 4. Fascismo. 5. Nazismo - Paraná. I.
Título.

CDD 23.ed. 320.533

Síntique Raquel Eleuterio – CRB 9/1641

COPYRIGHT © 2023 PARA OS AUTORES

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, dos autores.

“O presente trabalho foi publicado, em parte, com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos, via PROAP, PPH/UEM”



EDIÇÕES DIÁLOGOS

Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790 – Bloco H-12, sala 16
CEP: 87020-900 – Maringá/PR

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
PARTE A	ADOLF HITLER E LIDERANÇAS NAZISTAS	13
	O Hitler da História	13
	Hitler, o sexo e as mulheres	20
	O Carrasco de Hitler. A vida de Reinhard Heydrich	24
	Alfred Rosenberg, o intelectual nazista (1893-1945)	30
	Tornando-se Hitler. A construção de um nazista	38
	Hitler e Stalin: estilos de liderança, personalidade e o sistema de poder nazista e soviético	44
PARTE B	MEMÓRIAS, MITOS E MITOLOGIAS	51
	Nazismo, ocultismo e conspirações	51
	A historiografia do nazismo nos últimos quinze anos: um olhar sobre a produção em língua inglesa	58
	Sexo, drogas e armas. A eterna reinvenção cultural do nazismo	66
	Teorias da conspiração, fake news e o nacional-socialismo alemão	72
PARTE C	PARTIDO, ESTADO E POLÍTICA INTERNA E EXTERNA	79
	Amanhã o mundo? Uma análise da produção histórica recente sobre as os objetivos internacionais da Alemanha nazista	79
	O Império de Hitler. A “Nova ordem” nazista na Europa, 1939-1945	84

	As crianças esquecidas de Hitler	89
	A milícia do nacional-socialismo alemão: a SS, uma história	95
PARTE D	HOLOCAUSTO E NEONAZISMO	103
	Os Carrascos Voluntários de Hitler	103
	A Indústria do Holocausto	109
	Neonazismo, negacionismo e extremismo político	113
	Terra Negra: o Holocausto como história e advertência	119
	Um mundo sem judeus	124
	O fascismo, o neofascismo e o rock contemporâneo	132
PARTE E	TEORIA DO FASCISMO E REPERCUSSÕES GLOBAIS DO NAZISMO.....	135
	O fascismo fora da Europa: renovação teórica de um conceito	135
	Entre as direitas e os “ismos” da História	140
	Diálogos fascistas: os fascismos espanhol e alemão e os traumas da Segunda Guerra Mundial	144
	Estratégias fascistas em revista	150
PARTE F	O PARTIDO NAZISTA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ ...	155
	Sobre o nazismo no Paraná e suas implicações nacionais e internacionais	155
	Rolândia no norte do Paraná	161
	Os estudos sobre nazismo no Brasil e sua necessária internacionalização	164
	O nazismo e suas repercussões: da escala global à local ...	171
	Reinhard Maack: nazismo e imperialismo alemão no Estado do Paraná	175
	BIBLIOGRAFIA CITADA	181

INTRODUÇÃO

O presente livro reúne resenhas, prefácios e outros textos publicados entre 2001 e 2023, mas, especialmente, entre 2011 e 2023. A decisão de reuni-los em um único volume deriva de dois fatores. O primeiro é a praticidade, permitindo a um leitor interessado ter acesso a todos os textos de uma vez, sem a necessidade de busca em várias revistas ou livros. O segundo fator, contudo, é ainda mais importante. Os textos abordam temas diversos, mas têm o mesmo objetivo, ou seja, colaborar para desmistificar o nazismo, tema tão presente na nossa cultura e, ao mesmo tempo, tão sujeito a interpretações errôneas e mesmo fraudulentas.

Tradicionalmente o nacional-socialismo alemão é objeto de extrema atenção da parte tanto dos historiadores como pela cultura popular. No caso dos historiadores, é algo compreensível: o nazismo foi um dos movimentos políticos mais radicais que já existiram e o Terceiro Reich um dos mais cruéis e assassinos regimes da História. Além disso, as ações nazistas levaram ao desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, fator determinante do século XX e que nos influencia ainda hoje. É perfeitamente razoável que os historiadores especializados nesse século estudem com tanta determinação e curiosidade o tema.

No caso da cultura popular, a questão é mais complexa. O nazismo foi erigido, não sem razão, ao papel de mal absoluto e Hitler ao de seu sacerdote supremo. O mal, ao final, acaba por seduzir e atrair e milhões estão dispostos a pagar para consumir livros, revistas, documentários, material na Internet e outros temas que abordem o Terceiro Reich. Parece haver quase uma regra universal nos veículos que difundem História ao grande público: se as vendas caem, coloque a suástica e Adolf Hitler na capa. Essa situação acaba por gerar uma produção intensa, quase impossível de ser acompanhada por uma única pessoa, de material sobre o nazismo, boa parte do qual de qualidade, no mínimo, duvidosa.

O presente livro estuda o que se produziu sobre o nazismo nos últimos 20 anos, mas não é uma análise completa da historiografia a

respeito do tema nesse período. Basta ter em mente, a propósito, como se publicam milhares de livros todos os anos, em inúmeras línguas, sobre o NSDAP, Hitler e a história do Terceiro Reich de 1933 a 1945. Só catalogar esse material já seria tarefa hercúlea e analisá-lo demandaria um investimento de tempo e esforço ainda mais amplo. Esse trabalho, portanto, tem limites evidentes. Ele engloba um período limitado, as duas primeiras décadas do século XXI, um recorte geográfico preciso (o produzido no Brasil, com algumas poucas exceções em língua inglesa) e apenas livros, deixando de lado revistas, artigos e outros meios. E, mesmo assim, o analisado é apenas parte do todo, já que seria impossível dar conta de tudo.

A análise, assim, foi feita não de forma quantitativa, mas qualitativa, através do formato de resenhas e, em menor escala, prefácios e apresentações. Há uma evidente discrepância entre eles: alguns são textos menores em tamanho e escopo, outros são mais ambiciosos, inclusive com notas e referências bibliográficas mais amplas. Todos, contudo, se caracterizam por terem sido escritos a partir do trabalho de outros. Foi a partir da leitura desses livros que eu pude sistematizar algumas hipóteses, traçar padrões e estabelecer conjecturas mais amplas. Lidos isoladamente, as resenhas e prefácios aqui reunidos servem para que o leitor tenha a minha opinião sobre se a leitura do livro resenhado vale ou não a pena, no máximo. Colocados em conjunto, tem também a pretensão de oferecer um quadro maior, um olhar para dentro da produção histórica e historiográfica sobre o nazismo, suas contradições, pontos forte e problemas.

Esse livro pretende, portanto, ajudar aos interessados no assunto a identificarem alguns dos principais mitos que acompanham o tema e, ao mesmo tempo, alguns dos principais eixos da discussão atual entre os historiadores especializados no mesmo. Ao mesmo tempo, pretende servir para que os iniciantes, para os que começam a se interessar pelo nacional-socialismo alemão, possam ficar alertas, de imediato, para as armadilhas e os problemas que qualquer um que se proponha a ler sobre o tema irá enfrentar.

Nesse sentido, as duas primeiras partes do livro lidam especialmente com a cultura popular e com os mitos e mitologias criados a respeito do nazismo. Os pontos centrais aqui são a figura de Adolf Hitler e a associação do nacional-socialismo com certas temas caros à cultura de massas na contemporaneidade, como o ocultismo, as drogas, o culto às armas e o sexo. Esses são alguns dos tópicos centrais, ainda que certamente não os únicos, mobilizados pela indústria cultural para fazer do nazismo uma mercadoria vendável, e desvendá-los criticamente é o grande objetivo dessas duas partes

As três partes seguintes abordam temas clássicos – a Shoah, o neonazismo, a política interna e externa do Terceiro Reich, suas repercussões internacionais e a teoria do fascismo -, e se pretendem uma janela para que o leitor possa ter acesso ao que de mais recente tem sido produzido sobre esses temas pelos historiadores. A última parte, por sua vez, é mais recente e inovadora e se centra na repercussão do partido nazista no Brasil e, especialmente, no Estado do Paraná. Publiquei recentemente (Bertonha; Athaides, 2021; 2023) um livro mais denso sobre a ação do partido nazista pelo mundo, com especial ênfase na América Latina. Os textos aqui reunidos, contudo, nos permitem avançar para realidades mais específicas e localizadas, como Curitiba, Foz do Iguaçu e Rolândia e a pretensão é que, reunidos, eles deixem evidente como esse é um filão de pesquisa em desenvolvimento e que mereceria ser replicado no Brasil como um todo.

Um problema com o qual tive que me confrontar foi o fato que, já que os textos aqui presentes foram escritos dentro de um arco temporal limitado e abordando questões semelhantes, as repetições de temas e argumentos são inevitáveis, assim como a bibliografia utilizada. Para ao menos aliviar as notas, providenciei uma bibliografia unificada, ao final do volume, englobando e substituindo as de cada texto. Foi feita uma revisão estilística e gramatical, mas a essência dos textos não foi modificada, o que permite, inclusive, acompanhar a evolução do meu pensamento frente a certos temas e problemas.

Esses textos, representam, portanto, um olhar particular e certamente datado da produção histórica recente sobre o nazismo no Brasil. Se ele colaborar para apoiar os iniciantes no tema na tarefa de circular na verdadeira floresta de papel impresso ou de arquivos digitais produzidos incessantemente a respeito do nacional-socialismo alemão, o autor já se dará por satisfeito.

PARTE

ADOLF HITLER E LIDERANÇAS NAZISTAS

O HITLER DA HISTÓRIA¹

“A analogia Hitler foi banalizada a ponto de perder o sentido. Ataca-se a Iugoslávia para impedir que Milosevic, um novo Hitler, faça com os albaneses de Kosovo o que Hitler fez com os judeus na Alemanha, mas nos protestos de rua contra os bombardeios, na Iugoslávia ou na China, a OTAN é comparada aos nazistas e Clinton é quem aparece com a franja e o bigodinho sinistro. Saddam já foi um Hitler de ocasião e até generais israelenses, em uma espécie de descredenciamento final da analogia pela ironia, já foram retratados com suásticas (...) Hitler, o símbolo, teve uma sobrevida que outros vilões do século não tiveram, o que não deixa de ser uma espécie de consagração negra”²

Adolf Hitler é, com certeza, uma das figuras mais impressionantes da história do século XX e um simples extrato de jornal, como o citado acima, seria mais do que suficiente para indicar o enorme apelo de sua figura sobre o mundo contemporâneo. Um rápido exame de fontes alternativas e ao alcance de qualquer pessoa curiosa também indicariam, contudo, como sua figura marcou muito mais o imaginário desse século do que outros ditadores como Mao, Franco ou Pol Pot. Basta recordar, por exemplo, as 808 referências a Hitler no site da livraria virtual amazon.com, frente a 389 para Stalin e o estalinismo e meras 101 para Benito Mussolini e o fascismo.

1 Resenha de Lukacs (1998). Publicado originalmente em *História e Perspectivas*, n. 23: 217-225, 2000.

2 Veríssimo, Luís Fernando. “A Analogia”. *O Estado de S.Paulo*, 30/5/1999.

Dada essa importância da figura histórica Hitler, adquire relevância o recente livro do estudioso de História Contemporânea John Lukacs, o qual procura fazer uma avaliação do papel do líder do nazismo na História. Dificilmente encontraríamos alguém mais habilitado do que Lukacs para isso. Nascido na Hungria e radicado nos Estados Unidos desde 1946, Lukacs foi professor em diversas Universidades americanas e escreveu mais de uma dezena de obras sobre a história do século XX, habilitando-se, assim, para essa tarefa de reavaliar a figura de Adolf Hitler.

Para cumprir essa tarefa, contudo, ele não se dedica à elaboração de mais uma biografia do Führer, mas sim a uma incursão à verdadeira floresta de papel impresso que foi produzida no decorrer dos últimos sessenta anos com o objetivo de entender o nazismo e a figura de Adolf Hitler. O objetivo: levantar alguns dos problemas chave dessa produção historiográfica e trabalhar esses problemas no sentido não apenas de compreender o processo de construção das diferentes biografias do Führer, mas também no de encontrar o lugar de Adolf Hitler na história da Alemanha, da Europa e do mundo.

Dentro dessa perspectiva, seu livro não segue uma ordem cronológica, acompanhando a vida do Führer, mas trabalha com temas. Seu primeiro capítulo apresenta os principais textos que serão discutidos no decorrer do livro e mostra a evolução das biografias de Hitler e da maneira de ver e interpretar a sua vida. Logo em seguida, ele constrói capítulos trabalhando com problemas fundamentais para uma avaliação do Führer: suas concepções estratégicas e de revolução, sua posição frente aos problemas da nação e dos judeus e outros. Justamente, aliás, por abordar questões que superam a vida de Hitler e penetram na própria história do nacional-socialismo é que seu livro adquire uma importância especial para os historiadores. Comentaremos alguns desses problemas e suas conclusões a seguir.

O primeiro ponto a se destacar no pensamento do autor é a sua firme defesa da possibilidade de compreender e historicizar o nazismo e a figura de Hitler e a sua recusa da ideia de que ele era algum ser demoníaco surgido do fundo do inferno ou um louco a quem não poderiam ser atribuídas qualidades como inteligência, talento, coerência e outras e que não poderia, assim, ser entendido.

De fato, ver o nazismo como algo sobrenatural e que estaria além da capacidade de explicação de meros mortais e Hitler como uma mente doentia responsável pela Segunda Guerra Mundial e pelo Holocausto é uma maneira excelente de inocentar completamente a Alemanha, a Europa e toda a sua história de qualquer culpa pelo ocorrido. Isso, claro, para não mencionar outra grande questão: se Hitler era um louco,

como se explica que uma das nações mais ricas e civilizadas do mundo (para não falar das pessoas fora da Alemanha) tenha acompanhado a sua loucura? Uma explicação que busca demonizar o personagem histórico pode ser muito útil politicamente (como os exemplos de Milosevic, Saddam Hussein, Khomeini e outros recentes nos fazem recordar), mas dificilmente nos ajuda a entender melhor tanto esse personagem como o mundo em que ele viveu. O nazismo e Hitler são, assim, perfeitamente explicáveis historicamente (ainda que isso possa chocar nosso humanismo) e procurar entendê-los não significa, sem dúvida, reabilitá-los.

Nessa perspectiva, um primeiro ponto interessante a ser trabalhado é a aparente contradição entre o conhecido desejo nazista de criar um mundo novo, belo e perfeito (onde jovens arianas com longos cabelos loiros cantariam glórias à Pátria germânica em colossais templos e onde os puros e limpos alemães cuidariam carinhosamente de suas famílias e animais, em grande camaradagem e fraternidade) com todo o desejo de dominação, o sadismo, o massacre e os rios de sangue que eles espalharam. Uma contradição que estaria presente no próprio Hitler, arquiteto e pintor de talento, apreciador de música, de crianças e de animais e um tirano que planejou e executou sem piedade o extermínio de milhões de pessoas. Aparentemente, seja em nível coletivo, seja em nível individual, o amor à beleza e o ódio não poderiam conviver. Mas conviveram e, mais do que isso, eram até parte constitutiva um do outro.

Como bem demonstra Lukacs, isso estava presente claramente na própria figura de Hitler. Nele, uma faceta artística não significava um lado mais suave ou sonhador. Ele queria construir grandes obras, uma Alemanha mais poderosa do que nunca, um novo mundo moldado pelas suas ideias. Essa construção exigia, porém, o nivelamento prévio do terreno e ele tentou fazer esse nivelamento, a qualquer custo e sem nenhuma piedade. Um mundo perfeito, expurgado dos indignos de viver e mesmo de figurar nele, só poderia surgir através do ódio total e, nisso, o nazismo e seu criador não foram nem um pouco demoníacos ou inexplicáveis, apenas fanáticos e com uma maneira chocante de encarar o mundo, não necessariamente irracional.

É a partir justamente desse fanatismo e desse ódio, aliás, que podemos discutir a hipótese do nazismo e de seu criador serem considerados revolucionários. Lukacs dedica bastante tempo e espaço à questão e suas conclusões são as de que Hitler não era um reacionário no sentido de desejar a volta a um passado imaginário ou a conservação de uma ordem social ameaçada. Ele teria se aliado à direita tradicional e contrarrevolucionária no sentido de atingir o poder, mas seria, antes de tudo, um «revolucionário nacionalista

populista», cujo cuidado e habilidade em inflamar as massas mostraria a sua filiação à era democrática moderna e a impossibilidade de classificá-lo ao lado de conservadores preocupados com a mobilização popular, como Bismarck ou Hindenburg. Ainda nessa linha de raciocínio, Hitler e o nazismo teriam superado as classificações de «esquerda» e «direita», totalmente inadequadas para compreendê-los.

Que Hitler não era um simples instrumento da burguesia alemã, criado e nutrido com o fim único de proteger o grande capital e combater o movimento operário e a esquerda, parece evidente. Do mesmo modo, ainda que possamos discutir eternamente sobre as possibilidades revolucionárias do nazismo (dado que essa discussão depende, antes de tudo, do conceito de revolução que adotemos), parece óbvio que ele não era um reacionário no sentido indicado acima e que sua aliança com as classes dirigentes alemãs não indicava que ele não pretendesse mudar a Alemanha e o mundo. A questão é saber até que ponto essa revolução poderia/deveria ir.

Pensando nesse sentido, é possível conceber que, em teoria, os nazistas poderiam ser considerados os maiores revolucionários modernos. Eles não pensavam, realmente, apenas em resolver questões de classe e poder, mas em reverter a moral europeia, arrasar a herança do moralismo cristão e do humanismo iluminista e criar um mundo baseado na biologia, na raça, na dominação e no ódio. Das profundezas desse projeto e desse ódio poderia existir, também, um potencial de mudança social (não necessariamente para melhor) tão grande que, nos dizeres de Félix Guattari (1981), chegou a ameaçar a existência do próprio capitalismo e teve que ser, por isso, destruído. Se isso era apenas discurso e potencial, que seria anulado no decorrer dos mil anos planejados do Reich pela coalizão das classes dominantes (como o foi, na maior parte, durante os 12 anos de existência do nazismo), ou não, provavelmente nunca saberemos, mas o caráter moderno e não conservador do nazismo e da figura de Hitler são inegáveis.

Quanto a sua não classificação no âmbito da direita, porém, o posicionamento de Lukacs é questionável. Se examinarmos a história do pensamento de direita desde o surgimento da dicotomia esquerda/direita em 1789, poderemos perceber que as propostas nazistas não saíram, apesar de tudo, do filão de pensamento da direita.

A dicotomia esquerda/direita nasceu a partir da Revolução Francesa de 1789. Isso tanto semanticamente (ao refletir a disposição ocasional dos membros da Assembleia Nacional Francesa à direita e à esquerda do seu presidente), como no real, a partir da ruptura do próprio conceito de político com o advento da modernidade (Santambrogio, 1998). Não por acaso, a primeira direita é justamente a reação de monarquistas, católicos

e tradicionalistas contra as ideias republicanas, anticlericais e progressistas da Revolução. Estão em choque família, autoridade, ordem e tradição contra confiança no homem, racionalidade, igualdade, razão e liberdade.

Além desses tradicionalistas interessados em recuperar o *Ancièn Regime* e a tradição, como o inglês Burke, temos outros pensadores, como Joseph de Maistre, que não se limitaram a clamar o retorno ao passado, mas elaboraram toda uma teoria social anti-iluminista e de criação de uma ordem política e social ainda mais dura do que no passado para evitar justamente quaisquer riscos a ela. Nascia a direita reacionária.

Essa cultura antiliberal e contratual se desenvolveu na primeira metade do XIX, criticando a sociedade industrial, a perda dos valores tradicionais, a crescente ebulição das massas, a democracia e a desreligiosidade. A revolução de 1848, a comuna de 1870 e a lenta incorporação do marxismo ao corpo da esquerda agitaram esse pensamento, que passou a se definir, em grande parte, pela questão do socialismo e do capitalismo. A direita (ou as direitas, que incluíam os conservadores ingleses, os reacionários católicos e outros) se tornou menos saudosista e mais adaptada ao mundo burguês (Prospero, 1996).

A radicalização política depois de 1918 levou ao surgimento dos fascistas, quando novos elementos foram incorporados ao corpo da direita e quando, em vez da volta a um passado glorioso, se propunha uma revolução, uma “marcha para frente”, a qual geraria um mundo no qual os valores caros à direita seriam preservados e até exacerbados³, mas em um “corpus” ainda mais ligado à modernidade e, especialmente, à sociedade de massas moderna. As várias direitas (reacionários, conservadores, católicos de direita, nacionalistas) não se unificaram em torno dos fascistas, mas a “direita revolucionária” fascista conseguiu, sem dúvida, dominar o campo da direita até o fim da Primeira Guerra Mundial, renovando e reelaborando esses ideais, mas não saindo do seu “corpus” central. Nesse sentido, o nazismo não é tão inédito e inclassificável como quer Lukacs ou, antes dele, Sternhell (1978).

Curiosamente, apesar de colocar na mobilização das massas um fator definidor do nazismo em relação a outros movimentos políticos, o autor recusa categoricamente o conceito de “totalitarismo”. Para ele, não só seria impossível incluir na mesma categoria o nazismo e o estalinismo, como em nenhum lugar um “governo total” seria possível (ainda

3 Ver, por exemplo, a questão da desigualdade, que, para Norberto Bobbio, seria a base para distinguir direita de esquerda e que o nazismo valorizou ao ponto de considerar pessoas tão desiguais que não mereceriam viver. Ver Bobbio (1995).

que ele, dentro de uma perspectiva mais conservadora, admita que o grau de controle do Estado sobre a sociedade teria sido muito maior na URSS do que na Alemanha nazista). O seu principal argumento para diferenciar os dois regimes, contudo, é que Hitler e o nazismo não viam no Estado um fim, mas um meio para o “governo do povo racial alemão”, no que se diferenciaria do estalinismo, dentro do qual o Estado seria o fim de tudo. Argumento discutível, que ele repete para separar as concepções de Estado do nazismo e do fascismo italiano e distinguir o nazismo do conjunto da família fascista.

O esforço para separar o fascismo italiano ou o nazismo da família fascista tem sido uma constante desde a época em que esses movimentos estavam no auge e vem sendo retomada recentemente, dentro dos mais diferentes objetivos políticos e das mais diversas perspectivas teóricas⁴, mas dificilmente se sustenta, pois, se é verdade que ambos os regimes divergem frontalmente em várias questões (papel do Estado, racismo, antissemitismo, a inserção internacional dos respectivos países, etc.) e têm origens sociais e culturais muito diversas, dificilmente poderiam ser radicalmente separados dentro de uma análise mais ampla que contemple a evolução desses movimentos na política do entre guerras e, como notado, na história da direita.

Lukacs está, assim, correto em dizer que Hitler não era igual a Mussolini e nem a Stalin, mas alguns traços aproximavam (ao mesmo tempo em que outros separavam radicalmente) o último do primeiro, o que indica os limites e as vantagens do uso do termo “totalitarismo”. Ainda assim, se é necessário colocar Hitler em algum lugar, parece mais razoável colocá-lo ao lado de Mussolini do que de Stalin.

Também questionável é a ideia do autor de que Hitler era mais nacionalista do que racista. Para ele, o conceito de nacionalismo já parece implicar em racismo e isso é problemático. De fato, o nacionalismo teve e tem as mais diversas interpretações (Hobsbawm, 1990) e parece claro que Hitler era um típico representante de uma visão específica de nação como organismo biológico a ser resguardada dos «impuros» que vinha desde o século XIX. Sua especificidade maior parece ter sido o fato de ele elevar esse determinismo biológico ao limite (qualquer pessoa pode se tornar um cidadão dos EUA e fervoroso nacionalista americano. Um judeu, mesmo nascido na Alemanha, culturalmente alemão e fervoroso nacionalista, não poderia jamais renegar o seu sangue e ser um alemão⁵), ultrapassando até as fronteiras nacionais em favor de uma nova ordem

⁴ Ver, por exemplo, a escola de Renzo de Felice na Itália e as demolidoras críticas de Nicola Tranfaglia (1995).

⁵ O que chocou, aliás, muitos judeus alemães. Ver o depoimento de um judeu alemão nacionalista em Klemperer (1998).

racial.⁶ Separar o nacionalismo de Hitler de seu racismo é, assim, um exercício muito difícil de ser feito.

Outra questão chave a ser debatida é a do Holocausto e do papel de Hitler nele. Que dificilmente o Holocausto poderia ter acontecido sem ordens do Führer, parece (ao contrário do que diz a historiografia revisionista) evidente. O argumento de Lukacs, porém, é que provavelmente ele não teria nem mesmo ocorrido sem Hitler, pois esse teria sido o seu arquiteto mor. Sem dúvida, o antissemitismo e o ódio racial nazistas teriam tornado a vida dos judeus intolerável em uma Europa governada por eles e matanças poderiam ser esperadas. Uma Europa governada por Göring ou por Himmler, porém, dificilmente veria, no entender do autor, o genocídio judeu. Hipótese impossível de ser confirmada, mas factível e indicadora do fato de que a História não é tão determinista quanto gostariam alguns analistas.⁷

Durante toda a sua vida, na verdade, Adolf Hitler lutou para provar que as ideias faziam a História e que estas ideias, conduzidas por homens especialmente bem-dotados, poderiam mudar o mundo. A sua derrota na guerra frente ao poder material dos Aliados mostrou que ele estava errado e que as ideias e a força de vontade nem sempre podem mudar a realidade objetiva dos fatos. Sua participação indispensável no processo de ascensão do nazismo ao poder, sua participação na condução dos assuntos internacionais nos anos 1930 e seu toque pessoal em um projeto de remodelação do mundo que custou milhões de vidas demonstra, porém, que ele não estava completamente errado e que os homens (mesmo em nível individual) e as ideias podem, às vezes, alterar dramaticamente o rumo das coisas.⁸ Infelizmente, ele usou esse imenso poder e seus inegáveis dotes de orador e político para os fins que conhecemos, o que apenas aumenta a sua responsabilidade pelos seus atos e indica o cuidado com que sua figura deve ser avaliada e compreendida, mas não, certamente, reabilitada.

6 Como demonstra o experimento dos Lebensborn, através do qual crianças não alemãs, mas arianas, eram sequestradas a seus pais verdadeiros, para serem conduzidas à Alemanha e incorporadas ao “Estado racial alemão” como alemãs, o que seria possível pelo fato delas terem o sangue correto para tanto. Ver Clay (1995). Em português, uma introdução útil é Lenharo (1986).

7 Ver o trabalho de Daniel Goldhagen (1997), onde um verdadeiro determinismo cultural é utilizado para explicar como a cultura e o antissemitismo alemães iriam obrigatoriamente levar ao genocídio, com ou sem a presença de outras variáveis e das figuras chave que conduziram o processo, como Hitler. O livro é comentado em outra parte dessa coletânea.

8 O que não quer dizer, claro, que só a figura de Adolf Hitler explique a experiência nazista no entre guerras. De fato, sem as terríveis condições econômicas e sociais da Alemanha nos anos 1930 (gerando revolta e desespero), um contexto político onde as elites aceitaram instalar o nazismo no poder e uma base cultural adequada, as ideias de Hitler teriam, provavelmente, caído no vazio. A questão é, contudo, outra: sem ele, teria o nazismo se desenvolvido da mesma forma como se desenvolveu? Um bom ponto para se pensar a respeito do papel de indivíduos isolados no fazer-se histórico.

HITLER, O SEXO E AS MULHERES⁹.

Publicado em 2005, o livro ora resenhado aborda a sexualidade de Hitler e a problemática do seu envolvimento com o gênero feminino. Em essência, ele defende a ideia de que Hitler era heterossexual, mas que seu relacionamento com as mulheres foi problemático, já que ele, por boa parte da sua vida, tendia a identificar sexo com sujeira. Ele teria acabado por superar essa identificação, mas não os seus problemas, tanto que a impotência e a tendência ao sadomasoquismo foram constantes em sua vida. A única mulher que teria significado algo para ele teria sido Eva Braun, não por acaso aquela que ele desposou no *bunker* em Berlim em 1945.

Esse livro, em si, não é realmente uma obra digna de nota. Há várias partes que parecem ter sido colocadas apenas para ocupar espaço (como a minuciosa descrição do suicídio de Hitler) e repetições de informações não são incomuns. Dados sobre o cotidiano do *Führer*, que ele gostava de café e bolos de creme, também são apresentados, mas sem trazer nenhuma novidade e/ou algo útil. A única singularidade é a descoberta do destino de Walter Wagner, o homem que casou Hitler em 1945, mas mesmo essa descoberta é mais uma curiosidade do que outra coisa.

Na verdade, vale a pena mencionar esse livro menos por suas qualidades ou importância e mais para termos um gancho para recordar e comentar um filão da produção histórica que, aparentemente, não tem fim, ou seja, aquela relativa ao cotidiano e à vida privada de Hitler.

É impressionante realmente como qualquer coisa relacionada com esse tema vende. Textos e filmes que abordam as preferências alimentares de Hitler, sua história familiar ou os seus últimos momentos atraem compradores para as revistas e público para o cinema. Parece haver certo fascínio em verificar como mesmo pessoas que causaram tanta dor e sofrimento, como é o caso do *Führer* do Terceiro Reich, continuavam a ser humanas, com medos, fraquezas e necessidades, e a indústria cultural com certeza se aproveita dessa curiosidade para lucrar.

Os tópicos que mais atraem, contudo, são aqueles relacionados à morte e à sexualidade. Sobre a morte, há todo um interesse, até meio mórbido, pelos detalhes do seu suicídio e pelo destino do seu corpo. Até como derivação, há também uma imensa demanda por fantasias sobre a fuga do *Führer*. Nelas, Hitler teria fugido de Berlim e ido

9 Resenha de Sayer e Botting (2005). Publicado originalmente em *Esboços (UFSC)*, v. 14, n. 18: 173-176, 2007.

para o exterior, sendo localizado na Patagônia argentina, na Namíbia, na ilha de Marajó, entre os índios do Peru, na Espanha, em uma base remota no Ártico e em muitos outros locais. Toda a documentação disponível e a própria história de vida de Hitler levam à conclusão de que ele morreu efetivamente em Berlim em 1945, mas a fantasia de sua fuga tem mais apelo e, por isto, é continuamente reelaborada já há mais de sessenta anos.

O problema da sexualidade do *Führer* também é explorado sem tréguas pela indústria cultural moderna. O sexo é uma verdadeira obsessão na nossa cultura e, provavelmente, aquilo que mais vende em termos de produção cultural de massas. A sexualidade dos ditadores e líderes é ainda mais importante nesse filão, já que nossa cultura tende a associar poder e sexo e os ditadores formam a fusão física dos dois, formando um conjunto bastante atrativo.

A sexualidade de Hitler recebe, contudo, uma atenção ainda maior do que a de outros ditadores, até pela sua própria indeterminação. Stalin, por exemplo, parece ter tido uma vida sexual bastante convencional e até chata, enquanto Mussolini era simples e abertamente um grande sedutor de mulheres, o que atrai menos a atenção. Já Hitler tinha uma vida sexual tão esfumaçada que tudo pode ser colocado dentro dela. Ele pode, assim, ser chamado de sadomasoquista, homossexual, impotente, celibatário, etc., conforme os desejos de quem escreve e consome esse material.

A atenção à sexualidade de Hitler também cresce porque, no mundo contemporâneo, o nazismo foi elevado à condição de mal absoluto. As pessoas têm dificuldade em compreender as suas bases históricas, as fontes de sua ideologia, a sua ascensão ao poder, etc. Algo compreensível, já que, em muitas de suas atitudes, o nazismo realmente fugiu de padrões estritamente racionais, como no Holocausto, baseado quase que totalmente em mitos e preconceitos e não em uma análise racional da realidade.

Dessa dificuldade em compreender caminha-se para uma valorização da figura de Hitler e sua sexualidade. Ao invés de, por exemplo, entrar no obscuro mundo da política nazista ou nas suas mitologias e crenças, é muito mais simples imaginar que Hitler ordenou o massacre de milhões por sua mãe ter falecido nas mãos de um médico judeu; para reafirmar sua masculinidade, já que era impotente; para esconder seu homossexualismo ou qualquer outro motivo.

A partir daí, as conjecturas e hipóteses podem se desdobrar ao infinito. Se Geli Raubal, sua sobrinha e sua paixão, tivesse vivido, sua energia nervosa poderia ter sido desviada e milhões estariam salvos; se ele tivesse resolvido seus dramas sexuais, não precisaria ter se voltado para a fome de poder e aprovação das massas como compensação;

se não tivesse tido um pai bêbado e violento, poderia ter sido um homem melhor e o mundo seria diferente, etc. Incrivelmente, é como se Wilhelm Reich e outros psicólogos que enfatizavam a questão sexual como fonte do nazismo (e que foram tão perseguidos por esse), tivessem tido a sua vingança na produção histórica de massas contemporânea.

De qualquer modo, o que realmente incomoda, nesse material, para o historiador, é a impossibilidade de confrontar fontes e documentos. Em livros desse tipo – e o aqui resenhado não é exceção – não há citação correta de documentos nem notas de rodapé, o que impede a verificação da credibilidade das fontes. Depois, esses livros têm por praxe citarem-se uns aos outros. Assim, por exemplo, na p. 40, o autor cita algumas informações do livro de David Lewis, já disponível em português (Lewis, 1978), a respeito de um suposto dossiê sobre a vida sexual do *Führer*. Quando o folheamos, a informação está efetivamente lá, mas Lewis não cita a sua origem. Assim, de citação em citação, um boato acaba por se tornar aceito, mesmo que sem nenhum documento para comprová-lo.

Outro problema é que a interpretação das poucas fontes disponíveis é muito subjetiva, o que dá margem a que cada analista tente provar a sua opinião. A subjetividade das fontes é um problema para qualquer historiador, mas essa pode ser controlada, normalmente, pela contraposição com outras fontes e pela sua análise crítica. No caso da vida afetiva de Hitler, estas são tão escassas que se torna impossível qualquer consenso.

Assim, o suicídio de Geli Raubal, por exemplo, é interpretado no livro aqui resenhado como resultado de uma crise de ciúmes em um casal heterossexual mais ou menos comum (p. 51-69). Mas a análise dos mesmos relatos leva outros a interpretarem o acontecido como o ato desesperado de uma moça cansada das práticas masoquistas do *Führer* ou como resultado de um triângulo amoroso homossexual envolvendo Geli Raubal, Hitler e seu auxiliar Emil Maurice.

O relacionamento com Eva Braun também pode ser avaliado de vários ângulos a partir, grosso modo, das mesmas fontes e depoimentos. No livro aqui resenhado, esse é visto como um relacionamento heterossexual padrão, ainda que complicado. Já para Lewis, Eva Braun era adequada à Hitler já que aceitava suas bizarras práticas sexuais, enquanto, para Machtan, ela era apenas um disfarce para a homossexualidade do *Führer*.¹⁰ Enfim, a partir dos mesmos dados, conclusões cem por cento discordantes.

E o problema não é simplesmente que a maioria dos textos seja produzido por historiadores amadores ou jornalistas, interessados em escrever algo que venda e/ou sem capacidade de analisar corretamente as fontes. Mesmo historiadores sérios e capacitados,

10 Para os dados citados nos últimos parágrafos, ver Machtan (2001: 161-172 e 331-336) e Lewis (1978: 140-154 e 176-182).

como o já citado Machtan (que ressalta a homossexualidade de Hitler) ou outros mais do que conhecidos, como Joachim Fest, John Lukacs ou Allan Bullock (para os quais Hitler era heterossexual, mas, respectivamente, com carências afetivas, pouca libido ou impotente) e que exploraram a documentação, não conseguem chegar a uma conclusão incontestável.

Note-se que não estou sugerindo que não valha a pena saber mais sobre a vida e a sexualidade do homem Hitler. Ele foi chave para acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto e seus padrões de pensamento e emocionais são sim de suma importância. E, colocando de lado os inúmeros boatos e estórias, não sabemos praticamente nada sobre o homem que se tornou o *Führer*. As fontes para tanto são restritas e/ou foram destruídas e, aliás, é justamente pela escassez de fontes que é possível o surgimento ou a manutenção de tantas lendas e fantasias.

Enfim, fica claro que a personalidade de Hitler é uma questão de interesse para os historiadores, mas fica o problema que mesmo historiadores profissionais, como alguns dos citados, ao fazerem suas análises, acabam por serem conduzidos ao mesmo psicologismo excessivo que critiquei anteriormente e que faz perder as conexões do homem Hitler com a sociedade e a política da sua época.

Veja-se, por exemplo, a obra de Machtan. Ele sugere, por exemplo, que Hitler reprimiu fortemente os homossexuais na Alemanha por medo de ser descoberto (p. 230) e que o acerto de contas com Rohm em 1934 foi motivado por um esforço em esconder um escândalo sexual gay (p. 26). Supondo que as análises do autor sejam verdadeiras, faria até sentido e não nego que sejam questões que podiam muito bem estar presentes. Mas e a obsessão demográfica do regime, que também o levou a perseguir os homossexuais, culpados de não reproduzirem? E o acordo com o Exército em 1934, que exigiu a eliminação da SA e de Rohm, com suas perigosas ideias de um Exército popular? Ou seja, os problemas pessoais de Hitler podem muito bem ter levado a certos acontecimentos, mas não se pode esquecer, igualmente, o contexto mais amplo.

Em resumo, a sexualidade de Hitler ainda é passível de discussão e deve ser objeto de atenção dos historiadores, já que pode ajudar a explicar um homem e uma personalidade que moldou a história do século XX. Mas é uma discussão que só pode se dar a partir dos parâmetros teóricos e metodológicos da História e da discussão de fontes, ainda que, nesse caso, essa pretensão seja dificultada pela sua própria escassez. Mesmo assim, é preferível a esse tipo de literatura, que pode ser altamente vendável, mas tem pouco valor real.

O CARRASCO DE HITLER. A VIDA DE REINHARD HEYDRICH.¹¹

Vários personagens poderiam ser elencados como os rostos vivos do Terceiro Reich. Adolf Hitler, obviamente, seria a primeira opção, mas é provável que Heydrich fosse a escolha seguinte. Seu olhar frio e maligno, sua postura sempre ereta e desafiadora frente às câmeras e, simplesmente, suas ações durante a guerra o habilitariam para tal posto. Tendo recebido apelidos como “O Carrasco de Hitler” por Thomas Mann ou “O Açougueiro de Praga” por sua atuação naquela cidade, ele era uma figura aterradora enquanto viveu, atraindo medo e desconfiança até mesmo dentro da elite nazista.

Explicar Heydrich é, normalmente, bastante simples se acompanharmos livros, revistas e outros materiais disponíveis na Internet. Ele seria, simplesmente, a encarnação do mal. Ele já teria nascido antissemita e violento e só teria esperado uma posição de poder adequada para agir. Já nos seus genes e na sua educação, o “nazista perfeito” estaria encubado, à espera do momento correto para espalhar seu ódio e sua violência pelo mundo.

Outra variante bastante comum, ainda pensando nas explicações tradicionais para a sua determinação em levar adiante a “solução final da questão judaica”. seria a sua suposta ancestralidade judaica. Tendo ele próprio sangue judeu, ele teria desenvolvido uma espécie de “ódio de si próprio” e uma determinação para se autopurificar através da destruição do povo judeu. Citações apócrifas do próprio Heydrich ou de outros líderes nazistas indicando isso são frequentes quando se pensa no senso comum relacionado ao tema.

A pesquisa histórica levada a cabo por Robert Gerwarth desmonta esses mitos e suposições. Heydrich não deixou diários e nem um arquivo pessoal a ser explorado, mas o autor consegue utilizar as inúmeras fontes indiretas disponíveis para reconstruir o homem e o mito Heydrich. A figura que emerge dessa reconstrução é muito mais complexa e nuanceada do que o senso comum parece indicar.

Em primeiro lugar, ele explora a suposta ascendência judaica de Heydrich, identifica com precisão a origem desse mito e explica a sua difusão e perpetuação na memória coletiva. Em 1877, a avó de Heydrich, viúva, se casou novamente, com um serralheiro protestante de nome Gustav Robert Suss. O sobrenome parecia judeu e isso alimentou suspeitas sobre a origem judaica de Bruno Heydrich, pai de Reinhard, e do

¹¹ Resenha de Gerwarth (2015). Publicada originalmente em *História: Questões e Debates*, v. 65, n. 1: 441-447, 2017

próprio. Bruno Heydrich, contudo, nem era filho de Gustav Robert e nem ele era judeu. Em 1916, por sua vez, a mais importante enciclopédia alemã de música publicou um verbete sobre Bruno Heydrich em que se afirmava que ele era judeu, mas ficou provado que essa afirmação tinha sido incluída por um desafeto de Bruno Heydrich para prejudicá-lo na sua cidade natal, tendo sido removida posteriormente.

A partir dessa origem, o mito da origem judaica de Heydrich acabou sendo desenvolvido e perpetuado em memórias de ex-oficiais da SS publicadas nos anos 1950 e 1960 e nas primeiras biografias sobre ele, também publicadas nesse período, como a de Charles Wighton, de 1962. Apresentar um dos maiores carrascos do Holocausto como judeu era uma excelente forma de vender livros e a imagem era tão sedutora que, a partir daí, tanto historiadores como o público em geral continuaram a reproduzi-la. Na realidade, contudo, essa origem judaica nunca existiu, ainda que os rumores a respeito incomodassem Heydrich. Não teria sido o “ódio a si próprio” que teria levado Heydrich ao Holocausto.

Gerwarth também desmonta a ideia de que traumas familiares ou pessoais o tivessem convertido em um monstro desde cedo. Reinhard Heydrich vinha de uma família de músicos, em boa condição financeira na maior parte do tempo, e era um músico e esportista de destaque. Nada, na sua história pessoal, indicaria um carrasco em potencial já na infância e na juventude.

Por fim, Heydrich não era um simples burocrata, um frio e insensível cumpridor de ordens sentado na sua escrivaninha, como na imagem do burocrata insensível e medíocre apresentada por Hannah Arendt a respeito de Adolf Eichmann. Heydrich foi apresentado dessa forma a partir dos anos 1970, em uma reversão da abordagem psicológica que dominou o período anterior. Nessa nova versão, Heydrich era simplesmente um carreirista, alguém interessado simplesmente em cumprir sua missão com o máximo de eficiência possível para garantir cada vez mais poder. Nessa perspectiva, a ideologia nazista era algo que Heydrich não levava realmente a sério, a não ser quando lhe convinha.

Essa interpretação foi sendo descartada ao longo dos últimos anos, quando foi ficando evidente que os agentes do Holocausto e os oficiais da SS efetivamente acreditavam na ideologia nazista e que ela foi um motivador essencial para as suas ações. Os líderes das SS - Heydrich incluído – eram mais instruídos e de uma extração social superior do que a média dos alemães. Eram jovens graduados na Universidade, ambiciosos e que vinham, na maioria das vezes, de famílias socialmente ajustadas. Não eram nem uma minoria desajustada vinda das margens da sociedade nem meros carreiristas interessados

em ascender na máquina em que estavam inseridos. Eles efetivamente acreditavam, em diferentes níveis, no que estavam a fazer e que suas ações eram corretas e necessárias.

Se Heydrich não era um masoquista que desejava a autopunição, nem um mero burocrata e muito menos um monstro com profundos traumas psicológicos, como explicá-lo e a tantos outros que participaram ativamente do Holocausto e de outros processos de purificação racial e violência no Terceiro Reich? O autor, para dar conta dessa questão, procura explicar historicamente como o homem Reinhard Heydrich se tornou Heydrich, o carrasco de Hitler.

Para tanto, ele procura, antes de tudo, explicar o contexto histórico em que ele viveu, ou seja, o da Alemanha da primeira metade do século XX. Heydrich seria um representante típico de uma geração que viveu a Primeira Guerra Mundial (ainda que ele, nascido em 1904, fosse jovem demais para combater), a agitação revolucionária pós-guerra, a hiperinflação e o declínio social de inúmeras famílias alemãs, a recuperação nos anos 1920 e o grande colapso a partir de 1929. Esse contexto teria tornado Heydrich, como tantos outros, mais suscetível ao apelo do nacionalismo radical e de soluções violentas para os problemas alemães.

O contexto, contudo, não explica as decisões individuais. Durante toda a década de 1920, por exemplo, Heydrich, oficial da Marinha, era praticamente apolítico e não tinha quase nenhum interesse pelos judeus e por questões semelhantes. Em 1931, contudo, sua vida foi abalada por um acontecimento fortuito: a sua dispensa da Marinha por uma promessa de noivado quebrada e pelo seu comportamento arrogante frente ao Tribunal Militar que o julgou. Pouco depois, ele se casou com Lina von Osten, uma nazista engajada e que o convenceu o marido, desempregado, procurar uma nova colocação nas SS, então em formação. Aqui também o acaso teve seu papel, pois Himmler o contratou por acreditar que ele tinha experiência na inteligência naval, quando, na verdade, a sua especialização era em comunicações.

O contexto e o acaso o levaram para as fileiras da SS e foi ali que ele se radicalizou politicamente. Ele entrou em um ambiente de homens jovens e ambiciosos e que baseava a sua existência em uma visão de purificação violenta da Alemanha de seus inimigos internos e externos. E, nesse ambiente, ele fez o possível e o impossível para se tornar o mais nazista dos nazistas, o mais SS dos SS. Masculinidade, intrepidez no esporte, valorização da cultura clássica alemã, postura militar e total frieza no cumprimento das missões necessárias para a grandeza alemã eram os ideais almejados e Heydrich procurou se esmerar em todos. Ele continuou a ser um músico e esportista de talento e trabalhou

incansavelmente para ser mais implacável do que qualquer um frente aos inimigos, reais ou imaginários, da Alemanha.

Uma explicação interessante oferecida pelo autor para explicar a determinação de Heydrich em se tornar o melhor dos melhores dentro da SS é que ele procurava compensar justamente a sua falta de credenciais anteriores. Além dos rumores de ascendência judaica, ele não tinha lutado na Primeira Guerra Mundial e nem tido militância em grupos antissemitas ou no Partido Nazista. Essa falta de bons antecedentes e seu desejo de ascensão o fizeram aderir com ainda mais determinação às ideias nazistas de eliminação dos indesejáveis e de purificação do mal dentro e fora da Alemanha.

O autor também demonstra como os meios e os instrumentos para a limpeza dos indesejáveis não foram os mesmos desde o início. Eles se alteraram dramaticamente conforme as circunstâncias, as disputas com outras esferas de poder nazista e com a fantasia de onipotência que teria se apoderado de muitos na Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial: a ideia de que havia surgido uma oportunidade histórica para reorganizar racialmente toda a Europa e para eliminar, de uma vez, tudo o que impedia a Comunidade Nacional do Povo alemão de se desenvolver e prosperar.

Nessa perspectiva, a ideia de eliminação física de todos os judeus não estava na mente de Heydrich desde 1933 e, mesmo em 1939, ela seria considerada absurda. Em pouco tempo, contudo, com o embrutecimento geral do tempo de guerra, a pressão de administradores e outros órgãos do Estado nazista, o fracasso das políticas de expulsão ou segregação e a determinação ideológica de resolver o “problema judaico” a qualquer custo, o homicídio em massa passou a ser exequível e desejável. O próprio assassinato de Heydrich, em 1942, teria, segundo o autor, levado a uma maior determinação do regime nazista para exterminar os judeus.

Ao mesmo tempo, é interessante observar como a competição por prerrogativas e espaços dentro da estrutura do poder nazista continuou a influenciar a política de extermínio e as ações das SS, de Himmler e de Heydrich por todo o período. O autor apresenta a hipótese de que, após a vitória na guerra, um projeto que seria levado a cabo seria o extermínio de cerca de 30 milhões de eslavos para abrir espaço para a raça conquistadora germânica. O descaso com milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, que morreram de fome, e a ação violenta dos nazistas na Europa Oriental são sinais claros do que viria, mas exterminar tantas pessoas em plena guerra seria difícil, em termos práticos.

Os judeus, contudo, eram menos numerosos e mais facilmente identificáveis, pelo que as dificuldades logísticas para sua eliminação seriam menores. Conseguir levar a cabo a “solução final do problema judeu” em plena guerra demonstraria as capacidades das SS

e credenciariam a ela, a Himmler e a Heydrich, como os mais capacitados para, depois da guerra, levar a cabo o processo de germanização e reorganização racial da Europa.

O autor subestima, nesse caso, o antissemitismo nazista, o qual levou o regime a procurar o extermínio físico dos judeus da Europa mesmo antes da conclusão da guerra. Os judeus, na visão de mundo nazista, eram inimigos tão perigosos que sua eliminação física era quase um pré-requisito para a vitória na guerra. Os eslavos, mesmo inferiores e perigosos pelo seu número, eram um problema com o qual o Reich poderia se defrontar depois, já que não eram inimigos tão imponentes como os judeus

Mesmo assim, ele tem razão ao ressaltar como a competição entre os vários órgãos do Partido Nazista era um elemento que ampliava a radicalização da SS e do próprio Heydrich. Já nos anos 1930, depois que os comunistas e os socialistas tinham sido removidos da vida política alemã, setores do Ministério do Interior consideraram que a hora de remover os poderes excepcionais conferidos à polícia política havia chegado. Como resposta e em defesa de um Estado policial cada vez mais abrangente e permanente, as SS amplificaram a imagem dos seus inimigos. Judeus, maçons e católicos estariam por trás da agitação da esquerda e a batalha contra eles exigia ainda mais repressão e vigilância. Ao final, o Estado policial das SS triunfou e, durante a guerra, sua radicalização era também um instrumento para, nos territórios ocupados, garantir mais espaço e poder frente à administração civil e ao Exército.

O Holocausto, portanto, também foi instrumentalizado dentro de uma grande batalha de poder, ainda que seja inexplicável apenas a partir dessa ótica. A questão ideológica, contudo, era a realmente fundamental. Os nazistas acabaram concluindo que eliminar os judeus era uma tarefa necessária e Heydrich agia conforme convicções ideológicas relativamente recentes, mas que ele abraçou com total devoção.

O autor ressalta, além disso, algo importante, já indicado acima, ou seja, que o Holocausto era parte de um projeto muito maior de reorganização racial do continente europeu e, no limite, do mundo. Através da expulsão, reinstalação e extermínio de milhões de pessoas, a constituição étnica da Europa seria recriada segundo os cânones da ideologia nazista, indicando, mais uma vez, que ela não pode ser ignorada na tarefa de compreender o nazismo.

A atuação de Heydrich como Protetor do Reich para a Boêmia e Moravia seria um bom indicador dessa situação. Nos dez meses em que exerceu a função, Heydrich não apenas reprimiu a resistência tcheca, mas começou a estruturar, como em um laboratório, os próximos passos da reorganização racial do continente. Os judeus remanescentes seriam eliminados, a economia tcheca seria ainda mais integrada à alemã e seria iniciado o processo de seleção racial entre os tchecos. Os considerados assimiláveis racial e

culturalmente seriam forçados a se tornarem alemães, enquanto os outros seriam expulsos ou assassinados.

O objetivo final era uma Boêmia e Moravia étnica e culturalmente alemã e totalmente integrada ao Reich. O mesmo seria feito na Alsácia-Lorena e em outros territórios ocupados germanizáveis, enquanto os eslavos do resto da Europa Oriental seriam reduzidos à escravidão e, posteriormente, também eliminados. Heydrich, por exemplo, advogava essa hipótese e se propunha a liderar o processo, assim que Hitler desse a ordem e a guerra terminasse. Tivesse a Alemanha vencido a guerra e Heydrich sobrevivido, ele teria continuado o seu trabalho e outros milhões de assassinatos estariam no seu currículo.

Por fim, Robert Gerwert apresenta uma reflexão interessante sobre a escrita biográfica. Ele ressalta como escrever o relato de uma vida implica em certo grau de empatia com o biografado, mesmo que ele seja Reinhard Heydrich, e que isso nem sempre é fácil e possível. Para ele, a única maneira de lidar com isso é a “empatia fria”, ou seja, reconstruir a vida do biografado com distância crítica, mas sem sucumbir ao risco de confundir o papel do historiador com o de um promotor no julgamento de um criminoso de guerra. Os historiadores devem estar voltados à explicação e à contextualização, e não à condenação. As ações do biografado fariam por si só e, no caso de Heydrich, ainda mais. Não poderia estar mais de acordo.

ALFRED ROSENBERG, O INTELLECTUAL NAZISTA (1893-1945)¹²

Alfred Rosenberg (1893-1945) foi um nazista proeminente, mas é uma figura relativamente desconhecida para o grande público atualmente, ao contrário de outros, como Goebbels, Himmler ou Göring. Rosenberg, afinal, não comandou diretamente as operações de extermínio que marcaram o Terceiro Reich, não liderou exércitos e nem conduziu ações espetaculares de propaganda. Ele teve, contudo, muita influência – ainda que ela tenha declinado com o tempo – no regime nazista. Hitler o nomeou para inúmeras posições de poder e seus escritos o levaram à condição de ideólogo chefe do nazismo. Ele era o grande doutrinador a quem todos prestavam atenção, mesmo quando não entendiam o que ele propunha ou consideravam, no íntimo, que suas ideias eram sem sentido.

Dois livros recentes, publicados em português, nos permitem ter uma primeira aproximação ao pensamento e às ações políticas desse homem. O primeiro, de Robert Wittman e David Kinney, é, em essência, uma grande reportagem sobre o destino dos papéis de Rosenberg desde 1945 até a sua recuperação e disponibilização ao público, em 2013. Os autores combinam, no decorrer dessa reportagem em forma de livro, as trajetórias pessoais de Rosenberg e de Robert Kempner, o advogado que recuperou os diários (e outros papéis) na Alemanha e os trouxe para os Estados Unidos. O vai e vem dos papéis dentro dos Estados Unidos e os vários personagens que os possuíram ou tiveram interesse neles formam uma narrativa que prende o leitor, especialmente do historiador, que está sempre a caça de fontes e documentos inéditos.

O segundo é mais denso e informativo, pois se trata justamente desses diários. Publicados com uma excelente análise crítica escrita pelos historiadores Juergen Matthaus e Frank Bajohr, eles nos trazem, em centenas de páginas, a possibilidade de olhar para dentro da mente e dos pensamentos de Alfred Rosenberg.

Obviamente, diários, como qualquer outra fonte, devem ser vistos com os cuidados metodológicos devidos. Nem sempre eles são confiáveis para datas e acontecimentos específicos e seu caráter de “monumento pessoal” os fazem documentos a serem lidos com especial cuidado. Ali, afinal, está o coração pulsando da memória de uma pessoa, aquilo que ela queria deixar registrado, com maior ou menor sinceridade,

¹² Resenha de Rosenberg (2017) e de Wittman e Kinney (2017). Publicada originalmente em *Antíteses*, n. 12: 677-685, 2019.

para o futuro. Todas as discussões teóricas sobre a “escrita de si”, sobre as diferenças entre memória e história e correlatas são especialmente necessárias aqui.

Aliás, como bem indicado pelos organizadores na introdução, o problema da redação de diários adquire um significado próprio quando se trata do Terceiro Reich. Normalmente, as pessoas escrevem diários para permitir uma reflexão sobre a própria vida, para facilitar a tomada de decisões ou, ainda, para deixar um registro próprio dos acontecimentos vividos.

Na Alemanha nazista, contudo, a própria ideologia do movimento tornava esse exercício diarista inútil e até perigoso. Perigoso, pois deixar provas materiais de pensamento autônomo ou de divergência frente ao regime podia significar simplesmente a produção de provas que seriam usadas pelos inimigos. E inútil, pois os nazistas se orgulhavam de serem homens de ação, sem tempo ou necessidade de reflexão crítica, adeptos do irracionalismo, em uma perspectiva anti-intelectual. Obedecer aos líderes e agir era muito mais valorizado do que pensar e refletir, pelo que escrever em um caderno todos os dias não servia para nada.

Além disso, os nazistas eram, em geral, pessoas de convicções ideológicas sólidas. Não no sentido de terem ponderado cuidadosamente sobre o que defendiam e se convencido da sua realidade, mas no de terem alguns eixos de pensamento muito claros, os quais davam sentido à vida e aos atos do dia a dia. Sem dúvida sobre quais caminhos tomar, a autorreflexão realmente se tornava inútil.

Por esse motivo, os principais líderes nazistas não deixaram diários. Hitler não o fez – sendo falsos os seus famosos diários descobertos em 1983 – e muito menos Himmler, Göring ou Heydrich. O que temos, no máximo, são agendas de trabalho ou coleções de cartas enviadas ou recebidas, a maioria burocráticas ou sem maior valor. Os únicos que o fizeram foram justamente os intelectuais do nazismo, ou seja, Goebbels e Rosenberg.

Em parte, o fizeram justamente por isso. Fazia parte das tarefas de ambos dar uma roupagem analítica e descritiva para o que acontecia no Estado nazista, seja formulando princípios e justificativas ideológicas seja elaborando diretrizes de propaganda para o dia a dia. Isso os obrigava a ter uma atividade intelectual mais densa – como será melhor desenvolvido abaixo -, o que pode os ter estimulado a ser diaristas. O que eles produziram, contudo, foram essencialmente páginas de ataques aos inimigos, de autocomiseração com os fracassos e de registro de supostos feitos e realizações para futura referência. Como um todo, o nazismo não é bem apreendido na leitura dessas anotações e muito menos em termos ideológicos.

Na verdade, como parece ser a praxe para a maior parte dos intelectuais orgânicos da direita – e, especialmente, da extrema-direita - Rosenberg não era especialmente brilhante, compensando a pouca densidade da sua obra com um empenho contínuo, em uma produção quase diária de textos, especialmente palestras, artigos de jornal, memorandos e relatórios. Sua obra prima, *O Mito do Século XX*, publicado em 1930, teria sido, aparentemente, ridicularizado até pela própria liderança nazista, que ou não a entendia ou a considerava um amontoado de bobagens. Hitler e o NSDAP souberam reconhecer, contudo, que ele servia perfeitamente como manual doutrinário e sua leitura se tornou obrigatória no Terceiro Reich, atrás apenas do *Mein Kampf* de Hitler como livro sagrado do nazismo.

Dessa forma, o papel central de Rosenberg foi o de tomar emprestado escritos de pensadores do passado, como Gobineau e Chamberlain, para formar uma ideologia simples e facilmente compreensível, centrada em uma visão conspiratória da História, na superioridade racial e no antisemitismo. Sua importância, na verdade, reside justamente nas suas falhas como pensador. Como bem indicado tanto tempo atrás por Marilena Chauí (1978) para o caso do integralismo, a simplicidade e a pobreza teórica e empírica, longe de serem um problema, faziam dele um ideólogo perfeito, chamando para a ação e não para a reflexão. Escrevendo sem parar em jornais, revistas e publicando livros, ele era mais o divulgador e o mobilizador do que um pensador e um cientista, apesar de se considerar um. Em 1934, Hitler oficializou essa sua posição, nomeando-o como o ideólogo oficial do regime.

Mesmo levando-se em conta os limites de Rosenberg e dos seus papéis e a própria fragilidade teórica do nazismo, muita informação útil pode ser retirada dos seus diários; vários aspectos da política e da ideologia do III Reich se tornam evidentes nos mesmos, sendo passíveis de rediscussão a partir de um novo olhar. Mesmo quando seu conhecimento ou entendimento do que acontecia era limitado ou quando sua própria posição o impedia de ver o todo, o que emerge dos diários pode ser útil para repensar a ideologia e a política da Alemanha na época de Hitler.

Rosenberg foi importante, por exemplo, na elaboração da ideia de que havia uma conspiração judaica mundial por trás da revolução comunista na União Soviética. Nessa perspectiva, os eslavos eram uma raça inferior, a ser escravizada pelos alemães, e a URSS era um projeto judeu para liderá-los contra a raça superior. Isso justificou a guerra

devastadora dos nazistas contra os soviéticos a partir de 1941 e Rosenberg, até por isso, recebeu cargos importantes no sistema de ocupação no Báltico, na Rússia Branca e na Ucrânia.

É difícil acreditar que Rosenberg tenha sido o criador dessa ideia, bastante comum nos círculos antissemitas e de extrema-direita nos anos 1920. E não apenas na Alemanha. Em Buenos Aires, por exemplo, já em 1917 essa proposta era ventilada e jornais da elite argentina escreviam que os operários em protesto estavam sendo instigados pelos judeus e que os bolcheviques eram conspiradores judeus disfarçados. É razoável admitir, contudo, que Rosenberg colaborou para implantar essa ideia nos ouvidos certos, da pessoa que, no futuro, tomaria as decisões do Holocausto: Adolf Hitler.

Ele também teve um papel importante na questão religiosa, sendo conhecida a sua postura anticristã. Ele considerava as práticas e símbolos cristãos como puro charlatanismo e a doutrina cristã como incompatível com a verdadeira alma alemã. No seu livro *O Mito do século XX*, isso é evidente. Segundo Rosenberg, os judeus, através de Paulo, haviam corrompido a mensagem original de Jesus e divulgado uma falsa doutrina de submissão, amor e igualdade. Tal doutrina seria incompatível com a superioridade racial alemã e o nazismo devia criar uma religião, adequada aos novos valores.

Essa postura o isolou frente a outros representantes da extrema-direita europeia – muitos dos quais tinham raízes no reacionarismo católico, por exemplo – e também dentro do nazismo. Afinal, havia nazistas que consideravam perfeitamente possível conciliar a mensagem cristã com a nazista e outros, provavelmente em maior número, que não acreditavam ser uma boa ideia se indispor com a tradição cristã da população alemã, preferindo o compromisso e a acomodação.

Em Rosenberg, e nos seus escritos, também fica evidente um dos aspectos mais cruciais no funcionamento do Estado nazista, ou seja, os conflitos entre partido e Estado e entre as várias instituições e grupos dentro do regime. Suas críticas contínuas a Goebbels, a Himmler e a outros são representativas da selva competitiva que era a Alemanha nazista.

Nesses conflitos, ele ganhou e perdeu, conforme as circunstâncias e os equilíbrios do poder. No comando da Einsatzstab Rosenberg, ele saqueou bibliotecas, arquivos e coleções privadas em toda a Europa, especialmente judias. Nesse processo, estava em competição com as SS, que também roubava livros para sua biblioteca sobre os inimigos do Reich. Ele foi muito bem-sucedido e, no seu Instituto de Pesquisa sobre a Questão Judaica, fundado em Frankfurt, ele acumulou um imenso acervo sobre o judaísmo na Europa. Também saqueou arte de propriedade dos judeus por toda a Europa, em competição com

Göring, com Goebbels e outros. Mais adiante, ficou responsável até mesmo pelo saque de mobiliário dos judeus. Nessa atividade, foi mais vencedor do que perdedor.

Já na administração do Leste ocupado, a competição com outras agências e grupos se tornou ainda mais brutal e, nesse caso, Rosenberg perdeu. Ele recebeu o encargo de organizar os novos territórios ocupados, mas sua influência se diluiu, especialmente frente às SS. Ele imaginava o espaço entre Berlim e Moscou como um de dominação, no qual, após o extermínio dos judeus e dos comunistas, haveria alguma negociação com os nacionalismos ucraniano, báltico e outros para a criação de uma frente anti-russa. Já Hitler, Göring e as SS queriam uma dominação mais completa e absoluta, de escravidão e, posteriormente, de substituição demográfica.

Também nas relações exteriores Rosenberg, que tinha sido um ator importante na formação da política externa do NSDAP, perdeu influência no decorrer do tempo, especialmente para Ribbentrop. Ele também disputou com Goebbels o controle da arte e da literatura alemãs e, nesse caso, houve quase um empate, pois, mesmo perdendo poder, ele continuou um ator importante, comandando vários escritórios e agências culturais dentro da Alemanha.

Todas essas idas e vindas são identificáveis nos diários, especialmente nas suas contínuas críticas aos que o superavam, como Goebbels e Göring. Ao mesmo tempo, ele buscava e registrava cada possível aprovação de Hitler às suas ações, o que refletia tanto a sua submissão psicológica a ele como o reconhecimento que, na luta pelo poder na Alemanha nazista, o favor de Hitler era o elemento chave. Nos seus papéis, ele vencias as batalhas que estava a perder na realidade e tinha esperanças de reverter a situação. Em linhas gerais, contudo, fica evidente como, com o passar do tempo, ele estava em uma posição cada vez mais fraca na estrutura de poder nazista.

Talvez tenha sido um problema, no caso de Rosenberg, o fato de ele ser, apesar de medíocre, um intelectual. A liderança nazista preferia a ação, a política e desprezava a cultura, a não ser aquela dirigida à propaganda e à formação de consensos. Mesmo sendo um intelectual orgânico, no sentido de um homem ligado ao partido e ao Estado nazistas, o ser intelectual demandava um mínimo de refinamento teórico e a liderança nazista normalmente desprezava isso frente ao imperativo da ação, como já indicado acima.

Em qualquer projeto ideológico, na verdade, a escala de convencimento ideológico dos que aderem vai do totalmente pragmático (aquele que não leva a sério aquele conjunto de ideias, mas que as defende por interesses outros, materiais

ou emocionais) até o totalmente idealista, ou seja, que acredita piamente em tudo o manifestado. Quase sempre, esses dois extremos não existem e a combinação entre ambos é o padrão geral, com contínuas oscilações conforme o tempo, o espaço, os grupos sociais, a individualidade etc.

No caso dos intelectuais orgânicos, o mesmo acontece, mas a sua própria função – estabelecer, refinar e proclamar uma ideologia que sustenta um dado modelo político ou econômico – demanda que seu pragmatismo seja controlado. Afinal, se o que sustenta a sua posição é o fato de ele ser o defensor de um conjunto de ideais, ele não pode simplesmente ignorar o que é dito e escrito, especialmente por si próprio. Assim, nem Himmler ou o próprio Hitler podiam simplesmente ignorar o que a ideologia nazista proclamava abertamente, mas sua margem de manobra era maior do que a de pessoas como Rosenberg.

A sensação que fica na leitura dos diários, na verdade, é que Rosenberg efetivamente acreditava na ideologia nazista. Como já indicado acima, como acontecia com a maioria dos nazistas, seus conceitos políticos não eram fixos e havia muito oportunismo e negociação na sua prática, como não podia deixar de ser, frente a uma conjuntura sempre em mutação e o fato de ele ser um político além de um ideólogo. Mesmo assim, a sensação que fica da leitura dos diários é que seus princípios ideológicos eram mais sólidos do que em outros líderes nazistas.

Em resumo, Rosenberg compartilhou da flexibilidade entre teoria e prática (ou oportunismo) que o regime nazista sempre manifestou. No seu caso, contudo, essa flexibilidade era menor ou demandava, no mínimo, mais articulação teórica, até interna, pois ele parecia realmente acreditar naquilo que dizia e escrevia. Ele era muito mais inflexível frente a seus princípios ideológicos básicos do que outros líderes nazistas, tanto que seus diários indicam seus malabarismos internos para lidar com a aproximação do Terceiro Reich com a Igreja Católica ou com a União Soviética. Isso, provavelmente, enfraqueceu a sua posição na luta pelo poder na Alemanha nazista, ao mesmo tempo em que delimitava e reforçava o seu espaço e as suas prerrogativas, já que ele era o guardião dos ideais.

Outro ponto interessante que a biografia e os diários de Rosenberg ressaltam é a problemática de ele ser um indivíduo no limite do aceitável para a ideologia nazista. Ele era etnicamente alemão, mas havia dúvidas e questionamentos a respeito da pureza das suas origens germânicas, até porque ele tinha um sobrenome comumente associado aos judeus e tinha nascido no Báltico. Para piorar, ele, fluente em russo, falava alemão

com um sotaque carregado, o que também dava margem a questionamentos e dúvidas: um pertencente ao “nós”, mas na fronteira entre o “nós” e “eles”.

Ao observarmos a história do nazismo, nota-se que, entre os maiores defensores da doutrina, estavam muitos que não se enquadravam perfeitamente no modelo ariano por suas características físicas. Himmler era franzino, Goebbels era muito moreno e manco, Göring era viciado em drogas, Heydrich era considerado, apesar de não ser verdade, meio judeu e o próprio Hitler não era um nórdico puro. A justificativa era que, apesar dessas características, eles ainda estavam dentro do padrão ariano aceitável, mas o fato óbvio era que o poder determinava, em boa medida, como a ideologia era aplicada nos casos reais. Ou alguém teria a coragem de afirmar que Hitler não deveria liderar por não ser um nórdico no modelo viking? Mesmo assim, essa falta de conexão com a doutrina era visível e isso poderia, conforme a conjuntura mudasse, ser utilizado contra os inimigos.

Do mesmo modo, é impressionante a presença de não-alemães no comando nazista. O próprio Hitler era austríaco, Rudolf Hess havia nascido no Egito e Rosenberg e vários outros eram refugiados do Báltico. Mesmo sendo aceitos como alemães, o fato é que eles estavam no limite: não haviam crescido na Alemanha, muitos falavam alemão com sotaque e suas origens, muitas vezes, podiam ser questionadas. Para os nesse meio-termo, a fidelidade ao regime e à ideologia podia ser ainda mais fundamental, até como forma de compensar uma origem questionável. A maciça presença, em termos proporcionais, de austríacos na máquina nazista talvez seja um reflexo não apenas da força da extrema direita na Áustria e no sul da Alemanha nos anos 1920 e 1930, como também um esforço deles para serem aceitos como plenamente alemães depois do *Anschluss*.

Essa problemática dos “na fronteira”, evidentemente, vai além do nazismo. Nos Estados Unidos, por exemplo, alguns italianos emigrados do *Mezzogiorno* se tornaram profundamente racistas para afirmarem uma identidade branca que era questionada por muitos anglo-saxões. Isso para não mencionar, evidentemente, o tradicional papel das classes médias no capitalismo, sempre sob o risco de proletarização e, até por isso, seus cães de guarda mais fiéis. Talvez a biografia de Rosenberg pudesse ser útil como foco para estudos desse tipo de perfil, cuja utilidade para o regime nazista ainda não foi explorada a contento.

Em resumo, os diários de Rosenberg são, dentro dos seus limites, uma fonte útil para o entendimento não apenas dele e de sua personalidade, mas também do regime em

si. Isso não apenas no tocante à ideologia – o antissemitismo, o racismo, a perspectiva anticristã, o anticomunismo e as articulações entre esses elementos – como também na prática, na conversão desses princípios ideológicos em políticas e ações. Ideias, afinal, não existem fora do mundo real e mesmo as registradas em papéis privados estão conectadas ao mundo material, de interesses, disputas, negociações e acomodações. Rosenberg pode ter suas especificidades enquanto intelectual, mas ele pertencia a um grupo, a uma sociedade e a um regime e é estudando essa relação que sua vida, e seus diários, adquirem significado histórico.

TORNANDO-SE HITLER. A CONSTRUÇÃO DE UM NAZISTA¹³

Um cálculo recente indica que já foram publicados 130 mil livros sobre Adolf Hitler. Por si só, esse número impressionante indica como o personagem continua a fascinar os historiadores do século XX e o público em geral. A questão inevitável é simples: haveria algo mais a dizer sobre ele depois de dezenas de milhões de páginas escritas?

O livro de Thomas Weber, professor da Universidade de Aberdeen, indica como ainda há espaço para novos trabalhos sobre uma das figuras chave da história contemporânea. As questões básicas do livro são três. Em primeiro lugar, o autor quer entender como e em que momento um homem comum e até insignificante, Adolf Hitler, se tornou um líder e um mito político. De forma paralela, discute-se o momento em que as suas ideias dispersas finalmente se cristalizaram em uma ideologia e em um programa político. Por fim, o autor lida com a memória construída pelo próprio Hitler na tentativa de explicar essas transformações e criar uma narrativa conveniente para seus objetivos políticos. A pergunta, em resumo, é: quando Adolf Hitler se tornou nazista?

Houve várias tentativas de localizar esse momento no tempo; de identificar esse “momento definidor” no passado. Alguns historiadores e, especialmente, psicólogos, olharam para a infância de Hitler. Os traumas da morte da mãe e a convivência com um pai autoritário teriam gerado uma criança problemática em termos psicológicos, uma semente do mal que teria frutificado depois. Outros avançaram para o seu período em Viena, onde ele teria sido exposto ao antissemitismo, ao nacionalismo alemão opositor ao Império Habsburgo e se radicalizado politicamente.

A partir da década de 1990, essas abordagens perderam força e a busca pelo “momento definidor” avançou no tempo: o foco passou para as experiências militares de Hitler na Primeira Guerra Mundial e para a sua vivência em Munique em 1918. Ao observar a transformação da Alemanha Imperial em uma República e um governo de esquerda na Baviera, ele teria se radicalizado politicamente e manifestado seus dons de liderança. A influência de círculos nacionalistas e mesmo místicos, por sua vez, o teria conduzido, em termos ideológicos, para a direita radical.

O autor questiona essa visão e avança ainda mais no tempo. Ele examina a vida de Hitler entre 1914 e 1918 (estudados por ele, inclusive, em livro anterior) e considera que, ao contrário do apregoado pelo próprio, Hitler voltou do fronte com

¹³ Resenha de Weber (2019). Publicada originalmente em *Revista Contemporâneos*. n. 22: 1-7, 2022.

poucas convicções políticas firmes, excetuando-se a defesa de uma Alemanha poderosa em oposição a qualquer tipo de internacionalismo (católico, socialista, Habsburgo ou capitalista) e um ideal coletivista, nacionalista, mas inimigo da esquerda radical. Não estaria ainda firmemente dentro do campo da direita (tanto que teria sido, no mínimo, ambíguo frente à República socialista da Baviera) e não era ainda um antissemita. A narrativa criada naqueles anos e consolidada no *Mein Kampf* e em toda a propaganda nazista, não seria um caso de “alguma verdade muito exagerada”, como se pensava, mas total mistificação.

O ponto de transformação, para o autor, teria sido 9 de julho de 1919, a assinatura do Tratado de Versalhes, quando ficou evidente que a Alemanha tinha perdido a guerra. A partir daí, Hitler tentou responder a uma pergunta dupla: como era possível a Alemanha ter perdido a guerra e como ela poderia ser reconstruída para que voltasse a ser uma potência? Ele foi absorvendo influências de vários grupos e pessoas, especialmente de Alfred Rosenberg (que lhe apresentou ao modelo de antissemitismo conspiratório que vinha dos refugiados da Rússia) e nas palestras do curso de educação política promovido pelo capitão Karl Mayr no verão de 1919, e as reelaborou em um modelo próprio. Foi a partir de então que seu antissemitismo (cada vez mais de base racial e relacionando o internacionalismo liberal e o comunismo com os judeus) tomou forma e ele passou a associar o judaísmo também com o bolchevismo

A redação do *Mein Kampf* seria o momento de consolidação final de suas ideias, de cristalização de uma radicalização política que vinha desde 1919. No ano de 1923, enquanto ele escrevia o livro, sua grande pergunta – como tornar a Alemanha uma potência impossível de ser derrotada – foi respondida pelas propostas do *Lebensraum* no Leste Europeu, a dominação racial de outros povos e a eliminação dos judeus da vida alemã. Por volta de 1923, Adolf Hitler havia se tornado um nazista propriamente dito e dado o seu toque pessoal ao que significava ser adepto dessa ideologia.

É um dos pontos fortes do livro observar como o pensamento de Hitler foi se construindo. Seu antissemitismo, por exemplo derivou, em essência, da sua obsessão maior, que era reconstruir o poder alemão. Nesse sentido, o antissemitismo de Hitler não era um fim em si mesmo. Era uma necessidade para o objetivo central da sua ideologia e da sua ação política: fortalecer o Estado para que a Alemanha jamais perdesse novamente uma guerra. Para Hitler, as forças que ameaçavam a Alemanha eram o capitalismo internacional (visto como judaico), a presença de “elementos estranhos” (judeus) no corpo alemão e a revolução comunista promovida pelos judeus na vizinha Rússia. Todos esses inimigos poderiam ser derrotados através do expurgo dos judeus na Alemanha: o antissemitismo

era conjuntural e servia para mobilizar as pessoas, mas era também uma “cola ideológica” que reunia todos os problemas em um só.

No mesmo sentido de acompanhar a evolução ideológica de Hitler, o autor observa como ele não tinha sentimentos fortes contra os eslavos e a Rússia antes de 1919, mesmo após ter convivido de perto com eles em Viena; ele pensava até na hipótese de uma grande aliança russo-alemã contra as potências liberais. Seu sentimento de oposição aos eslavos e a proposta de que eles deveriam ser dominados pela Alemanha só cresceu devido à influência dos refugiados alemães bálticos e russos brancos. A partir daí, os eslavos, os bolcheviques e os judeus começaram a ser vistos como inimigos: a União Soviética tinha que ser destruída para eliminar o perigo judaico-bolchevique e garantir os recursos para a sobrevivência da Alemanha frente às potências capitalistas liberais.

O autor é muito cuidadoso ao indicar como Hitler recebeu muitas influências nesse processo de radicalização, mas que não era um receptor passivo: ele as selecionava e as ponderava. Apesar, por exemplo, da influência de círculos germanistas no pensamento de Hitler, o autor indica como o pensamento ocultista era de pouco interesse para ele e que ele recusou a proposta da Sociedade Thule de que o NSDAP fosse uma sociedade secreta a mais, ao invés de um partido com base popular.

Nesse respeito, aliás, o autor inverte as nossas visões tradicionais da política e da cultura bávaras. É tradicional pensar que a Baviera não foi o berço do nazismo por acaso: permeada por um profundo conservadorismo católico, nela vicejariam associações, ideologias e forças políticas que teriam sido o “caldo cultural” do nazismo. O autor indica como essa visão é limitadora, pois na Baviera também estariam presentes um forte sentimento separatista e uma cultura democrática em ebulição. Mesmo o antissemitismo na região seguia os padrões católicos, não raciais, de forma que judeus teriam participado até mesmo dos *Freikorps* que destruíram a República bávara.

Por fim, ele indica como organizações como a Sociedade Thule eram formadas basicamente por alemães protestantes imigrados na Baviera ou por refugiados do exterior, especialmente do Leste Europeu. Os protestantes e os alemães étnicos (da Rússia, dos Estados Unidos, da Suíça, da Áustria etc.) estavam super-representados no entorno de Hitler nos inícios do partido, que estava longe, cultural e politicamente, portanto, do establishment bávaro naqueles anos.

Uma colaboração importante do trabalho de Weber é que, ao acompanharmos o processo de politização de Hitler e de formação do NSDAP, podemos entender melhor o que significava a palavra “socialismo” naquele contexto. Para Hitler – e para a direita

radical em geral – o capitalismo liberal era o mal maior: não apenas dava poder aos que não o mereciam, os homens comuns, como permitia que a nação fosse dominada pelas grandes forças financeiras do capitalismo internacional. O liberalismo gerava, além disso, a esquerda radical e era mais válido combater a causa do que seu efeito. Isso explica porque Hitler, nos seus primeiros anos de luta política, apresentava um discurso menos contra a esquerda do que seria de se esperar, e mais contra o internacionalismo financeiro. Essa ênfase explica, do mesmo modo, porque seu discurso era muito mais voltado, em um primeiro momento, contra as potências liberais, os Estados Unidos e a Inglaterra, do que contra a União Soviética. O problema, para Hitler, não era destruir o capitalismo, mas como nacionalizá-lo para evitar que ele atrapalhasse a coesão e o poder nacionais.

A alternativa era fortalecer a nação e um pensamento coletivo: a combinação socialismo + nacionalismo era a solução desejada. Socialismo, nesse contexto, não significava, portanto, uma proposta de viés marxista, de mudança (pela revolução, pela reforma ou pela lenta evolução da sociedade) em direção a uma nova sociedade, mas que o todo social deveria ter prioridade sobre os direitos individuais, incluindo, até certo limite, os de propriedade. O NSDAP, dessa forma, tinha um discurso coletivista e antiliberal, mas não socialista nos termos dos comunistas ou do SPD. O próprio uso do termo “nacional-socialista” no partido, aliás, foi uma tentativa de ressaltar que não se tratava de um partido marxista e internacionalista.

A bandeira “socialista” do NSDAP era, pois, uma tentativa de afastar os trabalhadores do socialismo em favor de um coletivismo nacionalista e mesmo essa perspectiva, obviamente, se enfraqueceu após os acordos de Hitler para a chegada ao poder. O nazismo – e o fascismo em geral – não era de esquerda, mas era antiliberal, o que gera confusões e entendimentos equivocados até os dias de hoje.

O autor também redimensiona o papel individual de Hitler no nazismo. Ele não seria o “homem especial” a conduzir os destinos da Alemanha, mas também não era uma “casca vazia” onde os alemães jogaram suas frustrações e desejos. Ele era um líder, com qualidades substanciais em termos de oratória e entendimento do processo político; uma figura chave, sem a qual o NSDAP não teria sido, provavelmente, nada. E era um homem que tinha uma ideologia, um conjunto de ideias que conduziam a sua ação política; não apenas um oportunista vazio, como sugerido por biógrafos de Hitler como Allan Bullock.

O livro tem, contudo, alguns problemas, que não diminuem o seu valor, mas que devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, as evidências para as afirmações de Weber

são circunstanciais e baseadas em indícios indiretos. Em parte, algo inevitável, dada a ausência de fontes diretas, mas que abre margem a muitas dúvidas. Não é à toa que outros autores analisaram as mesmas fontes e chegaram a conclusões diferentes, identificando o “momento de ruptura” antes ou depois, apresentando o antissemitismo como o elemento central do pensamento de Hitler, relativizando o papel do anticapitalismo liberal no mesmo etc.

Um exemplo dessa fragilidade nas evidências é a relação de Hitler com a República bávara, entre 1918 e 1919. O autor tenta demonstrar como Hitler ainda oscilava ideologicamente naquele momento e não se opôs a ela, o que provaria que ele era, no mínimo, tolerante com a esquerda. Há, contudo, outros motivos que explicam a ambiguidade de Hitler, sendo o principal, provavelmente, puro oportunismo. Hitler podia ter um ou outro valor comum com a esquerda (como o antiliberalismo), mas não há sinais de que ele um dia tenha pensado em se tornar socialista ou comunista. Um caso diferente do de Mussolini, que veio da esquerda socialista e mudou de posição em 1914.

Do mesmo modo, apesar de ele estar correto ao indicar como a cultura bávara não gerou o nazismo, ele talvez subestime as forças da reação na região e superestime as perspectivas democratizantes da Baviera. O antissemitismo católico, por exemplo, não formatou o proclamado pelo NSDAP, mas a sua existência prévia fornecia um quadro mental que tornou a versão racial e biológica nazista mais palatável. O mesmo, aliás, pode ser dito do antissemitismo e do sentimento contra os eslavos de Hitler: eles podem não ter se cristalizado em uma proposta política na Viena do Império Habsburgo, mas a exposição de Hitler a essas propostas naquele momento permitiu a formação de um mapa mental adequado para a sua politização posterior. A busca do “momento definidor”, por mais importante que seja, traz o risco de perder o “acúmulo ideológico” das experiências anteriores.

Outro ponto polêmico é a conexão feita por Weber entre o Hitler de 1923 e o Holocausto: a partir desse momento, com a conversão final de Hitler ao antissemitismo biológico mais radical, o genocídio dos judeus já estaria na mesa. Hitler seria pragmático para entender os limites do que podia fazer e optou, em um primeiro momento, pela emigração forçada dos judeus. Em um contexto de guerra, contudo, não havia outra solução a não ser o extermínio: aquilo previsto já no início dos anos 1920 foi posto em prática. Hitler teria sido aquele que teria visualizado o Holocausto e preparado o terreno, em termos ideológicos e práticos, para que a sua execução pudesse se dar, vinte anos

depois. O autor, nesse ponto, discorda das propostas de que o Holocausto aconteceu por iniciativas de gestores locais de forma independente. Hitler estaria no coração do Holocausto, pois ele teria criado os princípios que o permitiram e o fizeram quase que inevitável.

O grande problema, novamente, é que, ao definir o “momento definidor” da formação de Hitler, entre 1919 e 1923, o autor subestima as mudanças que vieram depois. Ele tem razão ao afirmar que, a partir desse momento, Hitler cristalizou o seu antissemitismo em uma plataforma política e que, sem ele, o Holocausto provavelmente não teria acontecido. É difícil, contudo, aceitar que ele só esperou o momento certo para agir e que os inúmeros problemas e questões enfrentadas de 1923 e 1939 não tenham alterado o fluxo dos acontecimentos. Em 1923, a proposta do extermínio físico dos judeus foi colocada, pela primeira vez, na mesa, mas sua aplicação dependeu de inúmeros outros elementos e não foi inevitável, apesar de provável, desde o início.

Em resumo, apesar de seus possíveis pontos fracos (explicáveis, de qualquer forma, pela escassez de fontes seguras e pela dificuldade do debate), o livro de Thomas Webber é de suma importância para entender a transição de um “homem comum” a um líder carismático, com todos os dramas que essa transição trouxe à Europa e ao mundo no século XX.

HITLER E STALIN: ESTILOS DE LIDERANÇA, PERSONALIDADE E O SISTEMA DE PODER NAZISTA E SOVIÉTICO¹⁴

Os estudos sobre o nazismo alemão e o regime de Stalin na União Soviética são um dos filões mais tradicionais para os historiadores especializados no século XX. Centenas de milhares de artigos e livros já foram publicados sobre os dois sistemas e essa produção continua a se expandir. Os estudos que tentam analisar de forma comparativa os dois regimes também são comuns, em parte pelo esforço da época da Guerra Fria em associar a ambos como totalitários, mas também pelo simples fato que há pontos em que eles efetivamente se aproximavam. Os estudos biográficos sobre os dois ditadores também são numerosos e as tentativas de acompanhar as suas “vidas paralelas” (para parafrasear o título do livro publicado em 1991 por Allan Bullock) também não são incomuns.

O historiador Laurence Rees apresenta um novo trabalho tentando dar conta dessa última tarefa, mas o resultado é decepcionante. Com a exceção de alguns poucos *insights* que podem estimular o debate sobre temas de importância, o livro nada traz de novo frente a tantos outros que já foram escritos. Sua única novidade é incorporar uma série de depoimentos - colhidos durante a produção de documentários pelo autor, na BBC, nas últimas décadas – de pessoas que viveram o período e vivenciaram a vida nos dois regimes. São depoimentos interessantes e que dão vida ao livro, mas que pouco acrescentam ao que já sabemos sobre Hitler, Stalin e seus regimes.

Na verdade, isso reflete o simples fato de que o autor, apesar da formação em História, é mais um documentarista do que um historiador. Isso não significa que bons documentários não possam ser feitos e seu valor é evidente. Do mesmo modo, a história oral já demonstrou a sua utilidade para recolher memórias e informações de pessoas que viveram determinado contexto. O que está em discussão não é a utilidade da fonte oral ou o valor de documentários, pelo contrário.

O problema surge quando os depoimentos orais servem de fonte praticamente única para um trabalho que se pretende de historiador. Depoimentos de pessoas que viveram uma determinada época são sempre valorizados em documentários, pois dão um ar de credibilidade e de história vivida a quem assiste. São também, obviamente, documentos vivos que podem ser de extrema utilidade para o trabalho do historiador.

¹⁴ Resenha de Rees (2022). Publicada anteriormente em *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)*, v. 22, n. 236: 148-152, 2022.

Quando eles formam, contudo, ao lado de uns poucos registros de diários, memórias e de correspondência, a base da narrativa, seus limites e defeitos ficam evidentes: um simples depoimento não pode servir de base sólida para uma afirmação.

Apenas um exemplo. Na página 23, ele menciona como Hitler dava pouca importância ao partido nazista, afirmando inclusive que poderia eliminá-lo se assim o desejasse. Uma afirmação que corroboraria várias de suas teses sobre a relação de Hitler com o NSDAP, mas que é baseada apenas em uma afirmação isolada, em uma linha, das memórias de Hans Frank. Dificilmente uma base sólida para um argumento como esse.

A pouca densidade analítica do livro aparece também quando acompanhamos os inúmeros locais comuns presentes em toda a obra: Hitler e Stalin compartilhariam a disposição de matar milhões em busca de seus ideais; o horror, a morte e a destruição que eles espalharam são um mal a ser evitado; é muito melhor viver em uma democracia liberal do que em regimes de viés quase totalitário. São afirmações das quais é difícil discordar, mas que são apenas a reafirmação do óbvio para qualquer humanista e democrata.

Alguns poucos pontos do livro merecem, contudo, ser destacados, mesmo que seja apenas para indicar questões que merecem aprofundamento. Uma delas seria os estilos de liderança dos dois ditadores, os quais não poderiam ser mais diferentes, e como eles impactaram os dois regimes

Hitler seria, segundo o autor, um líder carismático no sentido weberiano do termo: justificaria o seu poder pela força de sua personalidade, projetaria uma aura messiânica e não se encaixaria bem em estruturas burocráticas. A notória preguiça de Hitler para os procedimentos burocráticos, sua tendência a discursos intermináveis e a nunca assinar ordens indicariam o efeito da sua personalidade no sistema. Dessa forma, na Alemanha, decisões cruciais eram tomadas simplesmente pela manifestação, da parte de Hitler, de uma opinião ou desejo, sem ser específico. Não havia encaminhamentos para partes interessadas, análises por comitês, planejamento, consultas ou discussão real do que se poderia fazer. A partir do que se imaginava ser o desejo de Hitler, os vários órgãos e pessoas corriam a tentar atendê-lo, em uma disputa incessante. Como o líder não se manifestava abertamente, era sempre possível, para ele, negar responsabilidades ou atribuir avaliações negativas ou positivas sobre a atuação dos outros, mantendo o clima de competição incessante.

Já Stalin era justamente o inverso. Orador pouco convincente, praticamente sem carisma e bom ouvinte, adotou e manteve as práticas da burocracia. Reuniões de comitê e longas horas na mesa lendo e discutindo relatórios eram prática comum, ainda que

isso não significasse decisões colegiadas. Era a personalidade adequada para dar conta da estrutura burocrática que ele próprio criou: de 4 milhões de administradores em 1929 para quatorze milhões dez anos depois. Stalin também fugia de responsabilidades, tendia a culpar os outros pelos seus erros e as decisões eram, ao final, sempre dele, mas elas eram discutidas e documentadas.

Hitler nunca pedia conselhos, mas não eliminava fisicamente os que as davam, tanto que os generais que a ele se opuseram no tocante a algumas decisões foram afastados ou aposentados, mas não assassinados. Já Stalin pedia opiniões e as ouvia, mas a palavra final era sua e todos tinham medo de se manifestar, pois a possibilidade de execução estava sempre presente. Ao final, um sistema mais eficiente, pois não houve golpes militares contra ele, ao contrário do que aconteceu com Hitler em 1944.

Ambos também teriam, sempre segundo o autor, vivido em realidades próprias, perdendo o senso da realidade em vários momentos. Hitler, contudo, foi se afastando cada vez mais do mundo real a medida em que a guerra ia se revelando desastrosa, enquanto Stalin aprendeu com seus erros, passou a dar mais liberdade de ação aos seus militares e, ao final, teria se revelado um mestre do realismo: ele sabia o que queria e o que poderia obter ou não e jogou de forma a atender esses objetivos. Stalin teria sido muito mais pragmático e racional do que Hitler, do que é difícil discordar.

A personalidade de ambos também teria ajudado a moldar a forma como eles viam os partidos políticos dos quais participavam. Stalin permitiu que a NKVD e certos comissariados adquirissem poder e, durante a guerra, os militares conseguiram reafirmar a sua autonomia frente ao partido. Nunca se concebeu, contudo, a destruição do Partido Comunista, do qual ele era servidor dedicado. Já Hitler suspeitava de qualquer tentativa institucional de restringi-lo e estimulava as rivalidades, incluindo diminuir, quando necessário, a influência do partido, de forma a manter o seu poder pessoal.

Em termos de legitimidade no poder, o autor também indica uma diferença que parece episódica, mas que é de importância: Hitler era o criador do nazismo, Stalin o sucessor de Lênin. Stalin não tinha sido o criador do novo Estado e, em um senso simbólico, Lênin continuava, do seu mausoléu em Moscou, a ser a fonte do poder. Sendo apenas o sucessor de Lênin, Stalin precisava do partido para que seu poder fosse justificado e, ao mesmo tempo, ele era quase que obrigado a exercer o terror para se afirmar.

O autor está correto ao indicar como os diferentes estilos de liderança e as personalidades dos ditadores foram fundamentais para explicar o sistema de tomada de

decisões na Alemanha e na URSS. No entanto, ao se concentrar nos homens no comando, o autor acaba por subestimar a estrutura política dentro da qual eles tinham que manobrar. Hitler não conseguiu destruir o velho Estado alemão, ainda que o tenha permeado pela ideologia nazista e mantido o NSDAP funcionando ao lado, ao redor e dentro dele. Já Stalin comandava um sistema no qual o velho Estado havia sido destruído e no qual o partido, portanto, tinha muito mais poder. Sendo ele apenas um funcionário desse partido, as possibilidades de ele ser substituído por outro eram maiores e, portanto, havia mais necessidade de terror, coerção e controle sobre a sociedade, sobre o Estado e sobre o próprio partido.

A falta de atenção aos sistemas de poder em si também torna difícil para o autor explicar a manutenção de Hitler no comando, enquanto Mussolini caiu em um golpe de Estado em 1943. Ele menciona como Hitler foi perdendo legitimidade na Alemanha, até porque essa é a grande armadilha dos líderes carismáticos: a confiança neles depositada é emocional e se perde quando o líder não consegue mais apresentar resultados. No entanto, ele continuou no poder pois, segundo o autor, os alemães temiam uma substituição de liderança em um momento crítico, quando os exércitos soviéticos se aproximavam e temia-se a retaliação dos judeus.

Isso é até possível, mas o fato é que essa opção nunca esteve nas mãos do público alemão. Hitler não foi derrubado porque o controle que ele, e o partido, exerciam sobre a Alemanha era menor do que na URSS, mas muito maior do que na Itália. O autor até menciona brevemente como a situação de Hitler era diferente da de Mussolini: ele era chefe de Estado, portanto não havia um monarca acima dele que pudesse destituí-lo, nem um Grande Conselho ao qual ele tivesse que prestar contas. E Hitler dispunha das SS como força pretoriana do regime e era difícil assassiná-lo, pois estava sempre em fortalezas e postos de comando isolados.

Em outras palavras, Hitler e Stalin conseguiram permanecer no poder por questões políticas, de organização do Estado, e não por traços especiais das suas personalidades, ainda que isso possa ter tido um papel auxiliar. A ênfase excessiva na personalidade individual e em motivações subjetivas acaba por dificultar a identificação, pelo autor, das questões essenciais.

Em termos conceituais, o autor é cuidadoso em separar as convicções ideológicas de ambos, evitando cair em uma falsa analogia, como é comum em outros trabalhos. Hitler

acreditava nas leis da natureza, era um racista convicto, jamais foi socialista (sendo a adoção do termo pelo partido apenas uma questão de propaganda) e objetivava a formação de um império mundial no qual a dominação e a hierarquização dos povos e das pessoas seria regra. Já Stalin seguia o marxismo e pensava em um futuro, ainda que distante, sem classes e sem nações.

Essas concepções diversas se refletiam inclusive em termos da lógica da repressão coletiva. Hitler praticou, como é mais do que conhecido, a limpeza étnica em escala continental. Stalin, contudo, também praticou deportações e efetivou assassinatos em massa contra os alemães do Volga, os tártaros da Crimeia e outros povos acusados de colaboracionismo. As motivações, contudo, não eram exatamente iguais. Para Hitler, a questão era racial, ideológica e de sangue: eliminar grupos era necessário para a criação de uma Europa racialmente pura. Já Stalin não pensava em exterminar povos por motivos raciais, mas entendia a repressão a alguns deles como uma questão de segurança – real ou imaginária – a ser tratada com toda a violência necessária pelo bem do Estado e do partido.

A diferença entre os dois fica, na verdade, mais clara quando pensamos em como eles lidaram com a herança da Revolução Francesa, que formatou o mundo contemporâneo. Para utilizar os termos de Norberto Bobbio, no tocante ao problema da autoridade, ambos se aproximavam, pois odiavam a democracia liberal. Mas no quesito da fraternidade e da igualdade, eles se diferenciavam totalmente: um à direita, proclamando a desigualdade absoluta, a ser implantada brutalmente; outro, à esquerda, defendendo a máxima igualdade possível (e tendo o ideal da sociedade sem classes), mesmo que através da violência generalizada.

O autor afirma, ao final, que ambos os regimes eram pós iluministas: Deus estava morto, sendo substituído por uma nova ideologia, que fazia as vezes de religião. Novamente, espanta como um tema complexo como esse possa ser resolvido sem a menor discussão, em uma ou duas frases. A herança iluminista efetivamente abriu o caminho para a criação das utopias e distopias modernas: se o mundo não é pré-ordenado por Deus e é feito pelos homens, uma outra realidade é possível. Ao mesmo tempo, o pensamento iluminista era progressista e foi a partir dele que surgiram ideologias como o socialismo, o comunismo, o liberalismo e outras. Como reação, contudo, se desenvolveu uma extrema direita antidemocrática, conservadora e autoritária a qual, nos anos 1920 e 1930, se

transmutou no fascismo. Em resumo, a relação do iluminismo com o universo fascista é complexa e passível de debate, mas não da forma rápida e rasa como feito pelo autor.

Resumindo, ao se basear em fontes limitadas, especialmente depoimentos, ignorar a maior parte da produção historiográfica sobre o tema e ao reduzir discussões fundamentais a lugares comuns, o livro perde densidade e valor. Mesmo assim, ele discute temas de importância, como a personalidade dos ditadores e seus estilos de liderança e, nesse sentido, é válida a sua leitura.

MEMÓRIAS, MITOS E MITOLOGIAS

NAZISMO, OCULTISMO E CONSPIRAÇÕES.¹

Na sociedade contemporânea, tudo o que se refere a conspirações tem vendagem garantida. Livros sobre a Opus Dei ou o assassinato de Kennedy ou seriados como “Arquivos X” têm público cativo e representam parte substancial do movimento das livrarias e locadoras. Do mesmo modo, tudo o que se relaciona ao nazismo também atrai a atenção. Não espanta, assim, como livros e revistas sobre conspirações nazistas, sobre o relacionamento do nazismo com o oculto e temas correlatos tenham tanto público no mundo todo e há muito tempo.²

Nos últimos anos, contudo, provavelmente na esteira do sucesso dos muitos livros relacionados ao “Código Da Vinci”, temos percebido uma onda de livros e revistas populares relacionados à temática, como uma passagem por qualquer livraria ou banca de jornal pode demonstrar. Vale a pena, portanto, utilizar os livros aqui resenhados como gancho para analisarmos um filão aparentemente inesgotável na cultura contemporânea.

O primeiro livro, o de Pablo Allegritti, defende, em essência, que grandes forças moldam o mundo por trás de nós. Desde a antiguidade, passando pela era medieval e

1 Resenha de Allegritti (2006), Jiménez (2006) e Goodrick-Clarke (2004). Publicado originalmente em *História Unisinos*, v. 11, n. 3: 381-384, 2007.

2 Ver, por exemplo, para livros disponíveis em português, Angebert (1977) e Pennick (1994).

moderna, confrarias e associações secretas estariam conduzindo o destino dos homens. Grupos como os *illuminati*, os cátaros, a Maçonaria, a seita Moon, a KKK e outros seriam os verdadeiros agentes da história humana e, mesmo hoje, confrarias como a *Skull & Bones* seriam chaves para explicar o Império norte-americano, o domínio mundial midiático desse etc.

Sobre o nazismo, ele indica que sua ideologia veio de velhos mitos persas, druidas e teutônicos e do pensamento de autores como Platão, Wagner ou Nietzsche, todos reciclados e potencializados por confrarias secretas como os Templários, os *illuminati* e outros, indicando os contornos de conspirações que estendem através dos tempos.

De especial interesse para seu pensamento são sociedades como a Thule e a Vril. A primeira teria, entre seus adeptos, não apenas Hitler, como Rosenberg, Hess, Haushofer e outros líderes nazistas. Já a *Vril* teria mobilizado imensas energias místicas e ajudado, como a *Thule*, a criar o movimento nazista e a levá-lo ao poder e quase ao domínio mundial. O domínio nazista de “objetos de poder”, como a Lança de Longino (que teria perpassado o corpo de Cristo na cruz), a Arca da Aliança ou o Santo Graal também seriam importantes para explicar a ascensão nazista. Nesse contexto, Hitler seria um ocultista, um iniciado e sua ascensão e queda seriam um efeito disto.

O segundo livro aqui resenhado, o de Pablo Jiménez Cores, se centra no caso nazista e não segue exatamente o mesmo padrão de pensamento do anterior. Mas ele também acredita que os historiadores, por preconceito contra o ocultismo, não conseguem compreender o nazismo e volta a mencionar os cátaros, a sociedade *Thule*, as seitas orientais e a magia astrológica como fontes das crenças e do poder nazista, tanto que Hitler, justamente por temer a “concorrência”, proibiu todas as sociedades esotéricas no Reich já em 1933 (p. 103). Hitler também volta a ser apresentado como um iniciado em várias seitas esotéricas racistas, adepto da astrologia e da numerologia e que teria tido sua capacidade oratória e sua força de vontade potencializadas em rituais dentro da sociedade *Thule*.

Como prova de suas teorias, esses autores normalmente mencionam o uso de toda uma simbologia mística pelo nazismo, as inúmeras atividades e crenças esotéricas de Himmler e de outros líderes nazistas, assim como as atividades das

divisões da SS devotadas a pesquisas sobre a herança nórdica, a raça ariana etc. As revistas populares são ainda mais explícitas nessas associações, relacionando o nazismo diretamente ao inferno e Hitler ao demônio.

Não vale a pena discutir as opiniões e ideias presentes nesses textos e nem as várias discordâncias e nuances entre elas. Não apenas porque são completamente irrealistas para qualquer um que não compartilhe daquelas crenças, como porque, normalmente, são livros mal escritos, confusos etc.

De qualquer modo, nessa massa de material, o que realmente incomoda, para o historiador, é a impossibilidade de confrontar fontes e documentos. Em livros desse tipo – e os aqui mencionados não são exceção – não há citação correta de documentos nem notas de rodapé, o que impede a verificação da credibilidade das fontes. Depois, estes livros têm por praxe citarem-se uns aos outros. Assim, de citação em citação, um boato acaba por se tornar aceito, mesmo que sem nenhum documento para comprová-lo. Não espanta que expressões como “Afirma-se”, “Corre o boato”, “Correu a história” e outros semelhantes sejam tão comuns nos mesmos.

Na verdade, esse tipo de literatura, sem querer, acaba por acertar em alguns pontos. Ela nos permite recordar como o nazismo é um movimento que flerta com a religião e o irracionalismo e que, muitas vezes, atitudes e ações nazistas só podem ser compreendidas dentro dessa irracionalidade. O que complica é quando começa a se levar em conta apenas isto e não as realidades objetivas nas quais essas crenças e preconceitos agiram.

Em resumo, entender o nazismo implica em sair do racional e entrar no emaranhado de ideias irracionais que eles seguiam. Dessas, nem todas tinham origem no ocultismo, mas na mitologia nórdica, nas tradições racistas e antisemitas europeias etc. É realmente possível, como veremos a seguir, que lojas e associações esotéricas tenham fornecido elementos para a formação do ideário nazista. Os livros aqui resenhados são, assim, úteis ao nos recordarem disto. Mas pecam por exagerarem a influência do oculto sem base documental que o comprove e, especialmente, por efetivamente acreditarem nas conexões místicas do nazismo. Entrar na irracionalidade nazista significa compreender racionalmente as suas crenças, por mais absurdas que sejam, e não acreditar e concordar com elas.

Nesse contexto, o terceiro livro aqui resenhado, o de Nicholas Goodrick-Clarke, curiosamente lançado pela mesma Editora que publicou o anterior, representa um alívio. Seu autor é um historiador profissional, Doutor pela Universidade de Oxford, e, nesse e em outros livros anteriores, procurou adentrar ao tema de forma séria. Isso se reflete não apenas no formato do livro, com citações feitas da forma correta, notas de rodapé, uso de bibliografia pertinente, fontes citadas e identificadas com precisão etc., como, acima de tudo, no tipo de abordagem.

Já no seu famoso livro sobre as origens ocultas do nazismo (1992), Goodrick-Clarke fez todo um esforço para entender os elementos místicos e religiosos do nacional-socialismo. Ele retornou às sociedades ocultistas e antissemitas da Alemanha e Áustria imperiais, as quais defendiam ideias apocalípticas, antissemitas e de regeneração nacional nórdica e se articulavam em torno de um sem-número de mitos raciais e simbólicos.³

Tais mitos e ideias forneceriam, para algumas pessoas daquela época, uma ideologia para a defesa da identidade alemã frente a um mundo em mudança e muitas dessas mitologias acabaram, associadas a outras influências, por encontrar a sua expressão definitiva na ideologia nazista. Sua sugestão, assim, é simples e bem razoável: mitos e ideais do século XIX acabaram por influenciar a formação da ideologia nazista⁴, o que não significa dizer que esses mitos eram verdadeiros ou que sejam o único elemento a ser levado em conta para entender o nazismo, o que é bastante razoável.

Nesse livro em resenha, o seu foco é outro. Ele demonstra como mitos raciais arianos, antissemitismo, ocultismo e outros tópicos relacionados fornecem um argumento revolucionário a grupos atuais que se sentem ameaçados de perda de identidade em sociedades multiculturais e multirraciais. Aquelas mesmas ideias e mitologias que surgiram no século XIX e que foram reelaborados pelo nazismo estariam de volta, recicladas por vários grupos neonazistas da Europa e Estados Unidos.

3 Outro livro, entre outros, que analisa o tema de forma séria é o de Galli (1995).

4 Como já sugerido por Poliakov (1974).

Não faria sentido detalhar a imensa rede de mitologias e paranoias investigada e detalhada pelo autor. Basta ressaltar como ele é cuidadoso em se manter distante dela, mas procurando entender como esses cultos arianos e esse nazismo esotérico fazem sentido para grupos assustados com o declínio do poder branco no mundo. Ou seja, ele entende a racionalidade de quem acredita nesse tipo de coisa, mas sem compartilhar dessa crença, o que é válido. Nesse esforço, é de se destacar o seu cuidado em investigar a origem histórica da literatura que começou a identificar o nazismo como uma conspiração das trevas, a partir, especialmente, de 1945.

Ele demonstra, assim, como, depois de uma primeira fase na França dos anos 1940 e 1950 (o que seria explicável, dado o interesse francês em encontrar uma explicação para a sua derrota de 1940), a identificação do nazismo com o sobrenatural teria se espalhado pela cultura popular e pela indústria cultural do Ocidente nos anos 1960 e 1970. A reapropriação desses mitos pelos neonazistas, a partir dos anos 1980, seria uma nova fase do processo. Mistificado e romantizado como uma religião neognóstica associado à magia negra, isolado de todo o contexto histórico, o nazismo se tornou vendável (especialmente quando associado à Atlântida, discos voadores e outros itens similares) e não apenas para os neonazistas. Os dois primeiros livros aqui resenhados indicam como esse apelo editorial continua a existir.

Para o historiador, é especialmente relevante o cuidadoso trabalho de “desmonte” que ele faz das bases de todas essas mistificações. Em primeiro lugar, ele destaca a todo o momento as motivações reais, práticas, que estiveram por trás de várias atitudes nazistas. Assim, por exemplo, o terror das SS não era simplesmente uma maneira de implantar uma nova “ordem mágica” na Europa, mas de submetê-la ao domínio econômico e político alemão (p. 163-164).

Ele também identifica como vários dos mitos tão caros aos ocultistas tiveram origem simplesmente como peça de ficção literária (como a ideia do *vril*), depois convertidas em suposta realidade em outros livros. Outros textos fundamentais para a criação da ideia de Hitler como médium, como o de Herman Rauschnig, também teriam sido quase que completamente inventados (p. 143-144).

No mesmo sentido, livros chave para a literatura nazi-ocultista são analisados criticamente, sendo expostas suas falhas. O influente livro de Trevor Ravenscroft⁵, por exemplo, se basearia em uma conversa do autor com o místico Walter Stein, íntimo de Ernst Pretzsche, que teria conhecido Hitler em Viena e confirmado suas leituras de astrologia e simbologia. O problema é que, segundo as fontes disponíveis, Ravenscroft nunca conheceu Stein, esse nunca teria visto Hitler e a figura de Pretzsche teria sido simplesmente inventada (p. 154-156).

Do mesmo modo, a sociedade *Thule* realmente existiu, como um grupo racista que acreditava em mitos arianos. Fundada em 1918, ela provavelmente teve algum papel como foco para círculos nacionalistas e racistas de Munique naquele momento. Também parece haver sinais de que ela apoiou a repressão à Revolução bávara de 1918 e de que alguns membros futuros do nazismo dela fizeram parte. Como fonte de mitos e local de socialização de futuros nazistas, portanto, ela teve um papel histórico, até seu fim em 1925.

O seu papel como núcleo ocultista ou como local onde iniciados como Dietrich Eckart teriam ensinado a magia negra a Hitler ou coisas do gênero, contudo, é questionável. O autor demonstra como Eckart, apesar de ter conhecido Hitler e, provavelmente, ter estimulado o seu antissemitismo, era figura secundária no nascente movimento nazista. Hitler, além disso, nunca teria ido a uma reunião da *Thule* e, pelas atas de suas reuniões, percebe-se que o oculto era um mero detalhe frente às preocupações da sociedade com os judeus, o folclore nórdico ou a política do momento (p. 148-152).

Ainda com relação à *Thule*, menciona-se sempre a famosa viagem de Karl Haushofer, seu fundador, ao Extremo oriente em 1908-1910, na qual ele teria forjado uma aliança com as forças ocultas orientais, no Tibete. Seria essa a causa do seu esforço para levar Hitler à conquista da Ásia, para que a Alemanha tomasse posse dos centros ocultos do poder no mundo. Mas Goodrick-Clarke indica como a viagem de Haushofer, muito bem documentada, nunca incluiu visitas ao Tibete e que sua influência sobre Hitler, por si só limitada, foi mais como geopolítico do que como ocultista (p. 148-152).

5 Disponível da edição em espanhol, adquirida em Buenos Aires, justamente em uma loja de assuntos esotéricos. Ver Ravenscroft (1994).

Por fim, ele analisa o mito das “SS místicas”. Ele reconhece que Himmler era uma pessoa especialmente interessada no sobrenatural e que tentou levar o máximo possível de simbologia nórdica e ocultista para as suas forças. Também patrocinou ações como viagens ao Tibete em busca das origens da raça ariana e a criação de uma organização dentro das SS – a *Abnenerbe* -, para estudos e pesquisas destinadas a justificar a visão racial nazista. Nessa, ao lado de estudos históricos, linguísticos e genéticos, também havia espaço para pesquisas sobre os cataros, o Santo Graal etc.

Ele demonstra, contudo, como, a partir dessa base real, escreveram-se livros e roteiros de filmes (como a série *Indiana Jones*) populares, mas sem nenhum fundamento. Elementos como lamas tibetanos sendo descobertos nas ruas de Berlim em 1945, rituais mágicos dentro das SS e outros, totalmente ficcionais, passaram a ser vistos como realidade e ofuscaram o real caráter de dominação da polícia política nazista. Ou seja, a partir de uma base real, o mito acabou por adquirir tal força que suplanta a sua própria origem (p. 158-162).

Em resumo, o livro de Goodrick-Clarke indica claramente como um historiador treinado pode e deve trabalhar com esses assuntos. É realmente importante recordar que o nazismo efetivamente tinha um padrão de pensamento incrivelmente irracional e que ao menos algumas das suas atitudes durante o seu período de poder, como o Holocausto, são inexplicáveis pensando apenas em termos lógicos. Os judeus, afinal de contas, não foram massacrados por serem inimigos ameaçadores ou por questões econômicas, mas a partir dos preconceitos, mitos e imagens antissemitas que povoavam as mentes da liderança nazista.

Assim, entender as origens desse pensamento pode implicar perfeitamente o estudo de organizações e pessoas completamente fora dos nossos padrões de racionalidade, mas que podem ter influenciado as ações e as atitudes do Terceiro Reich. Convém, contudo, não perder de vista o bom senso, não desconectando tais ideias do contexto histórico e não as supervalorizando, como se representassem a realidade. Ver o nazismo como resultado da ação de forças arcanas e sobrenaturais e Hitler como o produto de uma conspiração do Inferno pode ser até consolador e simplifica bastante as coisas, mas não nos ajuda a compreendê-los realmente e evitar a repetição do Inferno real que eles criaram na Terra.

A HISTORIOGRAFIA DO NAZISMO NOS ÚLTIMOS QUINZE ANOS: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO EM LÍNGUA INGLESA⁶

Richard Evans é um dos mais importantes historiadores do nazismo. Professor da Universidade de Cambridge, ele escreveu obras seminais sobre a história alemã e, especialmente, sobre o Terceiro Reich, todas baseadas em sólida pesquisa empírica e arquivística em vários países e em amplo domínio da monumental e sempre crescente bibliografia histórica sobre o tema.

No livro em questão, ele é menos o historiador que revela algo novo a partir do resgate ou da reinterpretação de documentos e mais aquele que utiliza o conhecimento acumulado em décadas de leituras para avaliar o que se escreve sobre o tema. Em vinte e oito pequenos ensaios, ele apresenta um panorama geral do que vem sendo produzido, em língua inglesa, nos últimos quinze anos, grosso modo o início do século XXI.

Uma originalidade do livro é que todos esses ensaios foram escritos no formato de resenha. Resenhas, como se sabe, podem ser meramente descritivas, apresentando ao leitor a obra resenhada e o convidando a fazer a sua leitura ou analíticas, as quais utilizam o objeto da resenha como ponto de partida para reflexões mais amplas sobre o tema em discussão. Regra geral (mas não absoluta) é que as primeiras são normalmente escritas por iniciantes, os quais procuram enriquecer seu currículo com publicações, mas sem se arriscar a uma crítica real da obra estudada. Já as segundas demandam um conhecimento mais amplo sobre o tema e a disposição para o debate, pelo que são normalmente escritas por veteranos no assunto.

Richard Evans, como já mencionado, só poderia ser incluído na segunda categoria e é isso que faz das suas reflexões sobre o trabalho dos outros algo tão instrutivo e enriquecedor. Ele, além disso, é um historiador de alto rigor metodológico, exigindo continuamente, dos autores que resenha, rigor na interpretação das fontes, no domínio da literatura secundária, na análise crítica de memórias e depoimentos etc. Isso significa que as suas considerações não são

6 Resenha de Evans (2016). Edição brasileira posterior: Evans (2018). Publicada originalmente em *Esboços (UFSC)*, v. 23, n. 36: 493-499, 2016.

baseadas em subjetividades ou em posturas de ordem ideológica, mas em rigorosos padrões de pesquisa acadêmica, os quais só podem ser atingidos após anos de estudo e aperfeiçoamento.

Os temas abordados no livro são inúmeros, indo desde o carro do povo, o *Volkswagen*, a arte e as utopias urbanas na época da guerra até a vida cultural de Berlim nos anos 1920, a biografia de Walter Rathenau ou as empresas de armamentos Krupp. Aqui e ali, as repetições são inevitáveis, já que vários dos assuntos abordados, inevitavelmente, se inter cruzam e se conectam. O conjunto forma, não obstante, um sólido panorama da produção historiográfica em língua inglesa sobre o nazismo nos últimos quinze anos.

A sua exigência de rigor acadêmico e de análise cuidadosa das fontes e da bibliografia o permite anular “armadilhas” políticas e historiográficas, como quando relativiza a comparação entre os massacres nazistas e soviéticos na Europa oriental ou o papel dos diplomatas alemães no Terceiro Reich e no Holocausto. Especialmente interessantes são os momentos em que ele utiliza a sua régua analítica na direção de argumentos ou temas de interesse para a mídia ou a cultura popular, como as doenças e a vida sexual de Hitler.

No primeiro caso, ele analisa vários dos mitos que procuraram explicar o seu antisemitismo ou o seu fanatismo, como uma suposta ascendência judaica, sua contaminação por sífilis por uma mulher judaica, sua relação incestuosa com a mãe ou uma hipnose mal resolvida. Sua conclusão é que as evidências nada comprovam e, pelo contrário, indicam que tudo isso não passa de rumores ou boatos sem fundamento, recuperados pela mídia para alavancar as vendas de seus produtos ou para aliviar a consciência culpada dos alemães. Do mesmo modo, sua homossexualidade ou suas inclinações sadomasoquistas teriam sido construções baseadas em frágeis indícios, sendo o mais provável que ele fosse um homem heterossexual relativamente comum.

A ideia de que ele tivesse sido um viciado em drogas ou remédios também é testada e a conclusão geral é a de que sua saúde não era particularmente boa, mas, ainda assim, dentro dos padrões esperados para um homem da sua idade e posição na sua época. Seus problemas de saúde também não teriam sido ampliados por um suposto tratamento errôneo pelo Dr. Theo Morrell, que teria seguido práticas médicas que pertenciam ao profissionalmente aceitável na época.

Ele também comenta a suposta insanidade de Hitler e, com base nas recentes pesquisas sobre o tema, a refuta. Hitler tinha uma maneira particular de ver o mundo, baseada em uma racionalidade própria que tinha sua base de partida em mitos e mitologias. Ele não era, contudo, insano e todas as tentativas de explicar o fenômeno Hitler por supostas anomalias em sua biografia – doença mental ou física, vício em drogas, tendências homossexuais não resolvidas etc. – não passariam de esforços para que a sociedade alemã e europeia pudesse lidar com seu passado e esquecer que suas crenças eram compartilhadas por milhões e que seus atos foram, de alguma forma, apoiados e sustentados por parcelas substanciais da população alemã e do continente.

A busca pela racionalidade do nazismo é algo que permeia boa parte dos livros resenhados, em uma indicação dos rumos historiográficos atuais. Por décadas, os historiadores tentaram compreender as motivações nazistas dentro de perspectivas racionais, iluministas. Quais seriam as reais motivações por trás do Holocausto, da perseguição implacável aos eslavos ou aos homossexuais? Não seria possível que um povo sofisticado, como o alemão, tivesse acreditado nos mitos conspiratórios antissemitas, nos sonhos imperiais nazistas no Leste Europeu ou na mitologia do corpo racial alemão a ser purificado. Deveria haver motivações outras, escondidas, e elas deveriam estar – especialmente se a base teórica do historiador fosse marxista – no econômico, no social.

Na verdade, na minha interpretação, o que havia era a dificuldade em conciliar duas versões da palavra “ideologia”, ou seja, conjunto de ideias de uma pessoa ou grupo e visão invertida do mundo real. No ponto de vista de muitos historiadores, o nazismo tinha bases ideológicas tão absurdas – de um ponto de vista racional - que sua ideologia só podia ser uma tentativa de esconder os interesses de fundo, econômicos, de classe etc. Ou seria, no máximo, uma desculpa para questões de momento, como a necessidade de suprir a Alemanha de alimentos ou aumentar a vigilância sobre os povos dominados.

É verdade que motivações imediatas estavam presentes e vários dos ensaios do livro mencionam isso. Um exemplo foi a crise de abastecimento de alimentos e o recrudescer da luta guerrilheira no novo Império alemão a partir, mais ou menos, de 1942, as quais aceleraram políticas já existentes de eliminação

de “bocas inúteis” eslavas e judias. As contingências de momento, contudo, apenas reforçavam os preconceitos e percepções mentais, não os criavam.

As fontes reais da política nazista estavam efetivamente mais no campo das mitologias e dos mitos do que no racionalismo puro e simples. Em vários dos ensaios, Evans questiona a real importância da experiência colonial alemã anterior, especialmente na Namíbia, para a imaginação imperial nazista e indica como essa imaginação tinha inspiração em fontes muito mais longínquas, como a britânica ou a americana. Hitler imaginava o Leste europeu como um novo *Far West* ou uma nova Índia, onde colonos alemães iriam subjugar, pela simples superioridade racial e pela força bruta, as massas de nativos e, com o tempo, substituí-los. Uma visão mítica que não levava em conta, por exemplo, o esforço de acomodação, compromisso e colaboração que os ingleses, por exemplo, usavam para manter seu império na Índia e na África com relativamente pouco esforço.

Do mesmo modo, o tema do Holocausto acaba por adquirir novo significado dentro da historiografia sobre o tema. Debatendo com vários livros e autores, Evans discute uma questão central: foi o Holocausto uma experiência histórica única ou apenas um capítulo dentro de uma história humana repleta de massacres, genocídios e violência coletiva?

Para responder isso, sua primeira tarefa é comparar os massacres nazistas na Europa do Leste com os perpetrados pelos soviéticos, especialmente na parte oriental da Polônia, por eles ocupada de 1939 a 1941. É evidente que Stalin também tinha ambições de remodelar a região em favor de uma utopia, o socialismo, assim como Hitler tinha no tocante ao nazismo. É também evidente que ambos os ditadores agiram com brutalidade extrema nesse sentido.

Evans recorda, contudo, como a violência soviética era dirigida não contra um povo ou etnia em particular, mas contra grupos e classes que pareciam ser um obstáculo real a seus planos. A deportação, a fome e os assassinatos tinham um objetivo instrumental de eliminar resistências, reais ou imaginárias, enquanto o nazismo pensava no extermínio como um projeto em si, de limpeza racial. Ele indica, igualmente, outra diferença substancial: o objetivo soviético era o de incorporar as novas regiões ao sistema e não o de excluir e, por fim, ele não planejou exterminar um povo em particular, como fez o nazismo. Os tártaros, por

exemplo, foram perseguidos e deportados por Stalin, por exemplo, mas porque eram vistos, erroneamente, como uma ameaça à segurança nacional e não por estarem destinados ao extermínio simplesmente por existirem.

Nesse ponto, eu acrescentaria que Hitler e Stalin seguiram, dentro de um modelo de ambições totalitárias, as tradições de “esquerda” e “direita”, como indicadas por Bobbio (1995), no sentido de igualdade e desigualdade. Stalin concedeu, aos povos recentemente dominados, o direito de serem iguais aos demais soviéticos, na esperança de dias melhores e na repressão implacável. Já Hitler, ao lidar com os conquistados, estabeleceu imediatamente a hierarquia racial e começou a eliminar os considerados indignos até mesmo de viver.

Em seguida, ainda nesse esforço de contextualização do Holocausto, Evans recorda como as ambições genocidas dos nazistas não se limitavam aos judeus. No caso dos eslavos, sua ambição era claramente a de exterminar algumas dezenas de milhões de poloneses, ucranianos e outros povos do Leste para “abrir espaço” para a expansão ariana. Já durante a guerra, esse projeto foi sendo levado a cabo, sendo cabível recordar aqui, apenas como exemplo, o extermínio pela fome de 3 milhões de soldados soviéticos prisioneiros de guerra e as maciças deportações de poloneses do território anexado pela Alemanha e pertencente à antiga Polônia. Os massacres dos ciganos também poderiam ser recordados como indício de que os judeus não foram as únicas vítimas da violência nazista.

Evans ressalta, contudo, em vários dos ensaios, como o extermínio dos judeus não pode ser visto como apenas um capítulo a mais dentro de um projeto mais amplo de reorganização racial da Europa. Os eslavos da Polônia ou da Ucrânia, por exemplo, eram um obstáculo físico a ser removido de forma a “abrir espaço” para os colonizadores germânicos. Seriam explorados impiedosamente enquanto fossem úteis e depois eliminados. Os nazistas não pensavam, contudo, na destruição de todos os eslavos no mundo e nem consideravam isso algo necessário. Os eslavos, enquanto raça inferior, não eram uma ameaça existencial aos arianos - a não ser quando liderados por judeus, como os bolcheviques, o que dava contornos precisos, aliás, ao mito “bolchevique-judeu” - e sua eliminação completa não era necessária, a não ser em regiões específicas.

Também os ciganos eram um problema de “higiene”, de eliminação de um elemento racial inferior, mas os nazistas não os viam como uma ameaça que

tornasse a sua destruição uma tarefa urgente e necessária, tanto que muitos sobreviveram. Os nazistas, também nesse caso, simplesmente exerciam um poder colonial, reorganizando o espaço e eliminando os que poderiam atrapalhar a construção do Império.

Os judeus entravam em outra categoria, de *Weltfeind*, inimigo mundial e eterno da raça ariana. Sua destruição era um dos objetivos fundamentais, senão o mais importante, da guerra iniciada em 1939. Derrotar os Aliados no campo de batalha era fundamental, mas essa vitória seria incompleta sem a destruição física do povo judeu, o qual, na mitologia nazista, era a fonte de todo o mal na Terra. Isso explica a obsessão nazista em procurar e exterminar judeus em todos os lugares e o desvio de fundamentais recursos econômicos e militares para isso.

A novidade do genocídio judeu não estaria, portanto, no método empregado para o assassinato (ainda que o uso do gás e os métodos industriais fossem um diferencial), mas no fato de se basear, fundamentalmente, em mitos e mitologias e por não ter limites delimitados pelo tempo ou pelo espaço. Os judeus seriam exterminados onde quer que estivessem (e, caso as condições o permitissem, isso teria acontecido também no Oriente Médio ou nas Américas) porque, do ponto de vista nazista, essa era a luta de vida e morte entre duas concepções de mundo, entre duas forças titânicas e eternas que disputavam a humanidade desde sempre, luz e escuridão.

Mesmo outros antissemitismos não compartilhavam essa abrangência, essa visão cosmológica da questão judaica. Como ele menciona em vários momentos, os regimes da Croácia e da Romênia agiram contra os judeus (assim como contra outras minorias), assassinando-os ou expulsando-os com vista à purificação racial de seus países. No entanto, eles viam os judeus como um problema nacional ou, no máximo, regional. A sobrevivência do povo judaico em outros países ou regiões não era motivo de preocupação, o que forma uma diferença marcante com relação ao modelo nazista.

Nesse aspecto, aliás, estaria também o elemento central que diferenciaria o genocídio judeu do armênio ou dos hereros na Namíbia, por exemplo. Em ambos os casos, turcos e alemães procuraram remover um obstáculo aos seus sonhos imperiais ou de expansão e homogeneidade racial, mas não imaginavam armênios

ou africanos como ameaças transcendentais à sua existência. Nesse caso, estariam mais próximos da relação nazista com os eslavos e não com os judeus.

Evans conclui que o Holocausto, enquanto fenômeno histórico, pode e deve ser comparado com outros genocídios e que o ocorrido com os judeus durante a Segunda Guerra Mundial foi, efetivamente, um capítulo dentro de livros muito maiores, como a história dos massacres e limpezas étnicas na História ou a tentativa de reorganização racial da Europa pelo nazismo. Foi, contudo, um capítulo muito especial, a ser visto e compreendido dentro dessa ótica.

Outro ponto forte do livro é quando ele discute a questão da coerção e do consenso dentro da nova historiografia relacionada ao nazismo e, especialmente, as oscilações entre um e outro polo.

Com efeito, os estudos sobre o nazismo e os fascismos (e, na verdade, sobre as ditaduras em geral) enfatizavam, em um primeiro momento, a questão da dominação do Estado sobre a sua população. Os historiadores se concentravam no sistema repressivo, na propaganda e em temas semelhantes, enfatizando a questão da coerção. Depois, em um momento posterior, a ênfase passou para o outro lado. Não apenas a capacidade do sistema repressivo e da propaganda em controlar totalmente as pessoas passou a ser questionado, como passou a se ressaltar a sua adesão ao regime.

Em vários dos ensaios, Evans comenta sobre o contexto político que levou a essa mudança de foco por parte dos historiadores, fazendo com que a maioria dos alemães que viveram de 1933 a 1945 parasse de ser considerado “vítimas”, como no período anterior, para receberem outras classificações, como “perpetradores” ou “culpados”.

Ele não contesta as novas pesquisas, as quais indicam os limites do aparato repressor e propagandístico do regime e que ele não teria se mantido sem algum tipo de adesão, ativa ou passiva, do grosso da população. Evans, no entanto, é especialmente crítico sobre duas das bases que sustentam essa nova visão.

Em primeiro lugar, ele questiona a suposta legalidade da chegada do nazismo ao poder, a qual indicaria a adesão alemã ao projeto nazista. A violência e a intimidação teriam estado presentes em todo o processo eleitoral que deu maioria parlamentar ao nazismo e mesmo essa maioria era tão tímida que foi

necessário o apoio dos partidos conservadores para a sua consolidação. No período crítico de fevereiro a junho de 1933, por sua vez, elas teriam sido as chaves para demolir resistências – especialmente na esquerda, mas também entre liberais e conservadores – e consolidar o poder de Hitler.

Em segundo, ele indica como é reducionista imaginar que o sistema repressivo nazista se restringia à Gestapo e aos campos de concentração. O efetivo da Gestapo era efetivamente muito pequeno para controlar a Alemanha e poucos alemães, proporcionalmente, foram enviados a campos de concentração. O centro da repressão, contudo, era outro: o sistema legal e coercitivo que já existia. Depois do período crítico de consolidação no poder, a maior parte da repressão e da vigilância vinha das cortes tradicionais e era conduzida pelas forças policiais do Estado. Além disso, outros agentes, como os inspetores de quartirão ou a juventude hitlerista, amplificavam e se somavam às tradicionais para tornar o sistema ainda mais radicado no território. Dessa forma, considerar que o povo alemão vivia sob a dominação de um poder repressivo demiúrgico seria errado, mas imaginar o seu oposto também seria um excesso.

Em resumo, ele compartilha as críticas feitas por, por exemplo, Nicola Tranfaglia (1995) e outros historiadores do fascismo italiano frente à hipótese de um “consenso fascista” na Itália dos anos 1930: só é possível falar de “consenso” ou de “adesão” quando ele é dado livremente e quando existem alternativas. Em caso de ameaças físicas ou simbólicas, seria mais real falar de “resignação” do que “consenso”, ainda que diferentes gradações de apoio possam ser identificadas conforme o tempo, o grupo social etc.

Richard Evans ressalta, assim, algo tão básico que nem precisaria ser lembrado: o nazismo era um sistema de ideias e práticas no qual a violência, o terror e a coerção eram centrais. Quaisquer julgamentos de valor moral sobre as decisões tomadas pelas pessoas que viviam em tal situação só podem ser feitos levando-se em consideração esse fato, ainda que isso não os torne impossíveis.

Para finalizar, a leitura do presente livro com certeza não significa que seja possível se esquivar da tarefa de ler diretamente, na fonte, as muitas dezenas de títulos que ele comenta e discute. Ler os comentários de um historiador do porte de Evans sobre eles, contudo, é um excelente referencial para apoiar essas leituras maiores e é recomendável aos interessados na temática.

SEXO, DROGAS E ARMAS. A ETERNA REINVENÇÃO CULTURAL DO NAZISMO⁷

O nazismo continua a ser um produto cultural vendável, como demonstra a infinidade de livros, documentários e outros produtos continuamente lançados pela indústria cultural. Do mesmo modo, ele se tornou plástico o suficiente para servir de pano de fundo para os mais diversos interesses e as mais diversas manifestações. Três livros recém-lançados nos permitem refletir um pouco sobre isso.

O primeiro livro resenhado aborda o uso de drogas estimulantes no Terceiro Reich. Escrito pelo jornalista alemão Norman Ohler, ele se centra em dois pontos básicos: o vício em entorpecentes da liderança nazista (e seu papel na derrota alemã na guerra) e o uso maciço de anfetaminas pela máquina militar alemã.

O primeiro tópico não é exatamente uma novidade. Há toda uma mitologia sobre a liderança nazista como depravada e que se consumiu, especialmente no final da guerra, em orgias regadas a álcool, drogas e sexo. Hitler, especialmente, seria um viciado em cocaína, morfina e todo tipo de estimulantes químicos, ministrados especialmente pelo seu médico, dr. Theodor Morell. Ohler recupera e renova essa mitologia, indicando como o vício de Hitler o teria afastado da realidade, com a consequente tomada de decisões militares absurdas, o que teria acelerado a queda do Terceiro Reich.

O segundo tema do livro é um pouco mais inovador, apesar de não ser uma novidade absoluta. Segundo o autor, a indústria farmacêutica alemã, extremamente desenvolvida, produziu estimulantes à base de anfetamina - como o Pervitin, de uso civil - já na década de 1920. Durante a guerra, o uso desses medicamentos teria sido generalizado, especialmente entre os civis desiludidos pela derrota e entre os militares. Tais estimulantes teriam sido utilizados em massa pelos soldados alemães, especialmente os tripulantes de blindados e aviões, permitindo-os ficar sem sono e cansaço nas longas horas de combate. Para o autor, a *blitzkrieg* alemã

⁷ Resenha de Ohler (2017); Halbrook (2017) e McDonough (2016). Publicada originalmente em *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)*, n. 1: 142-146, 2019.

não teria sido possível sem a utilização maciça de estimulantes e a historiografia desconheceria esse tema.

O autor, um romancista de sucesso, menciona, em um momento do livro, que a História não passa de uma forma de ficção. Um viés pós-moderno da História que explica, em boa medida, os defeitos e problemas do seu livro e como e porque suas conclusões se revelam falsas quando confrontadas com a metodologia da disciplina histórica, especialmente no trabalho com as fontes.

Inicialmente, é importante considerar que ele baseia sua argumentação em documentos encontrados nos arquivos, especialmente alemães, e não há dúvidas, portanto, que ele fez pesquisa em fontes primárias. O grande problema é que ele parece desconhecer o método histórico e sua pesquisa acaba mais por encobrir a realidade do que revelá-la.

Ele apresenta, por exemplo, vários documentos nos quais surgem indícios de que soldados alemães utilizavam drogas como a anfetamina e, igualmente, que vários líderes nazistas – como Hitler e Göring – eram dependentes de estimulantes ou de suplementos vitamínicos e alimentares. Não há indícios, contudo, nessa documentação, de que essa utilização era tão ampla como o autor sugere ou que as decisões militares equivocadas de Hitler ou Göring tenham tido relação com seus problemas com entorpecentes, os quais, aliás, são claramente exagerados pelo autor. Ou seja, a partir de uma documentação real, o autor extrapola além do possível, criando uma mitologia vendável, mas falsa, de uma sociedade, uma liderança e um Exército movidos a drogas.

Seus próprios dados e informações vão contra essa tese. Ele indica os números de comprimidos de Pervitin adquiridos pela Wehrmacht, na casa das dezenas de milhões, sem levar em conta que nem todos podem ter sido utilizados e que, além disso, esses milhões pouco representavam frente ao tamanho das Forças Armadas alemãs, para não falar da população civil da Alemanha. O esforço do regime nazista contra as drogas – incluindo lideranças como o dr. Conti e os próprios comandantes militares – também indica que o uso de anfetaminas existia, mas era visto como um problema a ser combatido, o que também enfraquece a tese de um sistema militar e político moldado pelas drogas.

A tese do autor, portanto, é muito frágil e ainda acaba por dar uma certa absolvição moral aos militares alemães que cometeram atrocidades e ao próprio

povo alemão, que sustentou Hitler. Afinal, um povo de drogados pode ser visto com pena, mas não como responsável. O livro pode ter vendido bem na Alemanha justamente por isso, por agradar um público específico, mas isso não o torna mais crível.

Outro livro que deve ter tido boa vendagem justamente por escrever o que seus leitores querem é o de Stephen Halbrook. Sua tese é bastante simples: os regimes autoritários em geral, e o nazismo em particular, consideram que uma população civil desarmada é mais facilmente controlável e, portanto, se preocupariam de forma obsessiva em desarmá-la, recolhendo todos os tipos de armamento pessoal, como pistolas, revólveres e fuzis. Em defesa dessa teoria, o autor também fez pesquisa em fontes primárias e na bibliografia relevante, indicando o aparato legal, as campanhas e os esforços para recolher as armas de fogo entre os alemães e, posteriormente, nos territórios ocupados.

Que o nazismo procurou desarmar a população civil é uma informação óbvia. Com raras exceções, os Estados, sejam democracias ou ditaduras, defendem o monopólio da violência e que a posse de armas seja restrita aos legalmente aptos a exercer esse monopólio, como policiais e soldados. Essa regra nem sempre é aplicada literalmente e existem variações entre sociedades que defendem a posse quase irrestrita de armas, como os Estados Unidos, e outras com restrições quase absolutas, como o Japão. O controle de armas, de qualquer forma, não é uma característica exclusiva de Estados autoritários ou com viés totalitário.

Ainda assim, é evidente que tais Estados procuravam limitar a posse de armas pela população civil, especialmente em territórios conquistados. Desarmar a população é uma forma de limitar ou dificultar a resistência e faz todo o sentido que o nazismo defendesse essa postura com especial cuidado. Até aqui, a proposta do autor faz algum sentido.

O problema é quando ele deixa a entender que, se os alemães estivessem armados, poderiam ter defendido a democracia na Alemanha e/ou deposto Hitler quando ele começou a levar o país à ruína. Ou, ainda, que os judeus, se armados, poderiam ter resistido melhor à perseguição e ao genocídio promovido pelo nazismo.

É difícil acreditar que os democratas alemães ou os judeus poderiam ter resistido eficazmente, com fuzis de caça e pistolas, ao poder das divisões armadas

das SS ou do Exército alemão. Isso é tão pouco provável que o próprio autor, em vários momentos, afirma que não defende essa tese. No entanto, ela está implícita em quase todo o livro e refletem a sua posição política: a posse de armas seria um elemento fundamental em defesa da democracia e das liberdades individuais.

Sendo ele advogado e militante da *National Rifle Association*, essa correlação faz todo o sentido. Novamente, identificamos hipóteses baseadas em documentos e pesquisa, mas que são esgarçadas pelo interesse político a tal ponto que perdem o sentido. Uma população armada pode, talvez, ser um problema nos planos de uma ditadura, mas um de pequena monta, especialmente se as forças armadas e paramilitares ficarem do lado do poder. Fuzis de caça ou pistolas não são páreo para tanques, artilharia e metralhadoras e é inacreditável que esse fato óbvio tenha que ser recordado.

O terceiro livro a resenhar é mais um dedicado à polícia política alemã, a Gestapo. É um livro escrito por um historiador, Frank McDonough, e que faz uso adequado de uma documentação específica – os arquivos da Gestapo de Dusseldorf – para discutir temas e questões fundamentais. Até que ponto a Gestapo tinha condições efetivas de controlar a população alemã? Quem eram os seus agentes e quais suas motivações? Quem eram seus alvos e vítimas?

Sua conclusão é que a Gestapo só funcionava porque contava com uma rede de apoio entre a população alemã, a qual a abastecia de denúncias e acusações. Essas eram investigadas e analisadas segundo um viés profissional e não da forma arbitrária e brutal que tradicionalmente imaginamos.

Em um certo sentido, esse livro pertence ao filão recentes de estudos a respeito das polícias políticas das ditaduras, o qual procura entender o seu sistema de funcionamento e suas intersecções com a sociedade. A PIDE portuguesa, a OVRA italiana, a DOPS brasileira e tantas outras foram investigadas nessa perspectiva e as conclusões do autor sobre a Gestapo se aproximam da auferida por outros pesquisadores sobre outros casos e contextos, ou seja, que as polícias políticas eram cruciais para o funcionamento e a manutenção das ditaduras, mas que não eram tão onipresentes como se imaginou posteriormente.

Evidentemente, cabe chamar a atenção para o outro lado da questão, pois nem a Gestapo nem outros órgãos repressivos podem ser vistos de forma isolada.

A polícia política podia, sempre que necessário, contar com o apoio de unidades do Exército, das SS e das outras forças de polícia. A Gestapo realmente não era a principal força de repressão do Terceiro Reich a partir de certa época, mas ela só pode ser avaliada – em seus limites e em sua abrangência - dentro de um conjunto maior, nunca isoladamente.

O que mais chama a atenção, nesse livro, contudo, é que, após essa discussão inicial sobre os limites do poder e da violência da Gestapo, sucedem-se vários capítulos explorando justamente essa violência, frente aos judeus, aos comunistas, aos religiosos etc. Os julgamentos, as prisões, o arbítrio e a violência física reaparecem com força total mesmo após o autor ter se questionado sobre os seus limites.

Claro que a violência totalitária deve ser continuamente recordada, mas o que merece ser evidenciado é que mesmo um estudo acadêmico sério como esse pode ter atraído leitores não pela sua discussão historiográfica, mas porque a brutalidade e a violência, mesmo estetizada e no papel, fascinam. Susan Sontag chamou a atenção para isso anos atrás e sua conclusão não parece ter se tornado obsoleta.

Na verdade, há muito que tenho feito um esforço de observação sistemático de livrarias e bancas de jornal para acompanhar a demanda popular pelo tema do nazismo. Nas revistas de divulgação histórica, é provável que as capas com Hitler ou outros temas nazistas sejam as mais numerosas, superando temáticas como o cristianismo, o Islã e outros que também têm demanda popular. Tenho a sensação, inclusive, que basta haver uma queda nas vendas para os editores, imediatamente, ordenarem uma capa com o nazismo na edição seguinte.

No caso dos livros e documentários produzidos para a TV (hoje disponíveis facilmente no You Tube e na Netflix), o fluxo de produção é tamanho que é difícil adquirir o que é produzido e/ou assistir tudo. E isso em um país como o Brasil, no qual a atuação nazista, apesar de importante, não teve obviamente o mesmo impacto que na Alemanha ou na Polônia.

A parte positiva disso é que se abre um espaço para a tradução, em português, de obras publicadas originalmente em inglês ou alemão, enquanto outros temas históricos não merecem a mesma atenção. No entanto, isso não

muda o fato que parte expressiva das traduções são de obras menores publicadas por autores de outros países (onde o interesse da indústria cultural pelo nazismo também está presente), suplementadas por outras produzidas localmente.

Para manter o interesse do público, boa parte do produzido é rotulado como “novidades”, “revelações” ou “verdades escondidas”, reciclando coisas já sabidas ou fazendo sensacionalismo a partir de boatos ou detalhes. Reciclar mitos e criar narrativas atrativas, mas desprovidas de pesquisas sólidas e documentadas, também são estratégias comuns.

O nazismo, dessa forma, foi uma experiência histórica real e que deve ser estudado dessa forma, a partir das fontes, dos documentos e da historiografia já produzida sobre ele. Enquanto produto cultural vendável, contudo, ele tem uma plasticidade maior. Ele pode ser reduzido a efemérides, a curiosidades ou servir de argumento para as mais diferentes bandeiras, como os livros aqui resenhados o indicam. Mais uma razão para combatermos as propostas do pós-modernismo que, ao igualarem todos os discursos, abriam margem para a pós-verdade em que, infelizmente, estamos. Todo mundo é livre para estudar o nazismo ou vê-lo a partir da sua ótica própria, mas o método histórico é ainda imprescindível para separar o joio do trigo, especialmente quando há tanto joio ao redor.

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO, FAKE NEWS E O NACIONAL-SOCIALISMO ALEMÃO⁸

O mundo contemporâneo tem a tendência a inventar termos novos para designar questões ou atividades antigas. Um dos mais frequentes atualmente é “fake news”, ou seja, notícias fabricadas, sem nenhuma base na realidade (ou, no mínimo, explorando um fato real, mas alterando seu significado ou alcance) e espalhadas pelos meios de comunicação ou pelas mídias sociais para ganhos políticos ou econômicos. Na realidade, apesar da especificidade dos meios digitais, como maior alcance e repercussão imediata, esse tipo de prática é muito antiga e respondia, antes, por um nome mais simples, ou seja, mentira.

No livro ora resenhado, o renomado historiador Richard Evans explora justamente as fake news e, mais especificadamente, as teorias conspiratórias. Para ele, elas vão além de distorcer ou manipular os fatos para oferecer uma narrativa diversa, como as fake news em geral, mas pressupõe a existência de um grupo de pessoas tramando em segredo para levar a cabo uma tarefa maligna. Ele aborda cinco teorias conspiratórias de um passado recente, o século XX, relacionadas a um tema que, tradicionalmente, é objeto de mistificações e crenças, ou seja, o nacional-socialismo alemão.

Os cinco mitos explorados são: 1) se o Holocausto foi inspirado pelos famosos Protocolos dos Sábios de Sião, que afirmavam expor um plano judeu para o domínio mundial; 2) se o incêndio do Reichstag em 1933 foi um plano maquiavélico elaborado pelos nazistas para culpar os comunistas e permitir a sua consolidação no poder; 3) se Rudolf Hess fez a sua misteriosa viagem para a Grã-Bretanha em 1941 para transmitir uma oferta de paz oferecida por Hitler aos britânicos; 4) se o Exército alemão foi “apunhalado pelas costas” em 1918 e se essa alegação teve alguma repercussão na liderança nazista; 5) se Adolf Hitler escapou da morte ao final da Segunda Guerra Mundial e se refugiou no exterior, vivendo décadas escondido.

Essas teorias conspiratórias são destrinchadas seguindo a boa prática histórica, através da análise crítica dos documentos e da bibliografia disponíveis

⁸ Resenha de Evans (2022). Publicado originalmente em *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)*, v. 22, n. 239: 148-152, 2023.

e do mais puro bom senso. As falhas argumentativas, os “buracos” factuais e as inconsistências argumentativas e lógicas são apresentadas em minúcias, demonstrando como esses cinco mitos não se sustentam e carecem de qualquer base na realidade histórica recuperável.

Dessa forma, ele demonstra não apenas como os Protocolos dos Sábios de Sião eram uma pura invenção, o que já era conhecido, como também que são uma cópia barata de um documento antimacônico francês do início do século XIX. Além disso, ele indica como, apesar de úteis como instrumento de propaganda, eles nunca teriam sido levados a sério pelos próprios nazistas. O mesmo poderia ser dito do mito da “punhalada nas costas”: não apenas era uma fraude, como os próprios nazistas não acreditavam nele.

Do mesmo modo, ele analisa o incêndio do Reichstag em 1933 e indica como foi uma iniciativa pessoal de um jovem comunista, aproveitada por Hitler, obviamente, para reforçar o seu poder na Alemanha. Ao contrário do que os próprios comunistas afirmaram por décadas, os nazistas não teriam colocado fogo ao prédio para culpá-los, mas meramente aproveitado um acontecimento fortuito para seus próprios objetivos. A viagem de Hess à Escócia em 1941 também foi, sempre segundo Evans, um fato ocasional, uma iniciativa individual de um homem que tinha perdido contato com a realidade. Já a fuga de Hitler, um dos temas mais tradicionais da mitologia nazista depois de 1945, é analisada em suas múltiplas vertentes, sendo provada a sua implausibilidade a partir de registros e documentos históricos e forenses.

Outro ponto fundamental do livro é como ele apresenta as motivações e interesses que fizeram com que esses mitos fossem alimentados e nutridos. A sugestão da “fuga de Hitler”, por exemplo, não apenas servia para que os soviéticos (que eram os que tinham, aliás, as evidências concretas de que isso não era verdade, ou seja, os restos mortais de Hitler) acusassem o mundo ocidental, já na Guerra Fria, de serem cúmplices com o nazismo, como sempre foi um produto vendável: até hoje é lucrativo produzir documentários e livros que indiquem onde e como Hitler viveu nos seus anos de refugiado, escondido em algum lugar. Uma das últimas versões, essa nacional, indicaria um Hitler vivendo, como agricultor, até os 97 anos no Mato Grosso, casado com uma cabocla e caçando tesouros com o auxílio de mapas recebidos de amigos no Vaticano.

Evans não se limita igualmente a catalogar essas cinco teorias conspiratórias a respeito do Terceiro Reich e desmontá-las, mas também identifica certos padrões comuns a elas. Ao fazê-lo, seu livro passa a ser interessante não apenas para os estudiosos do nazismo, mas também para todos aqueles que tentam entender, e combater, a onda de mentiras e falsificações que domina o debate público na contemporaneidade.

Um primeiro aspecto que ele desvenda é a “economia política” das falsificações e dos mitos. Ele indica, com propriedade, como mitos e mitologias são, acima de tudo, instrumentos da luta política, criações com um fim muito específico: gerar emoções e afetividades e produzir identidade de grupo para que partidos, movimentos e Estados possam agregar pessoas e ascender ou permanecer no poder. Ao mesmo tempo, há toda uma indústria formada por pessoas à margem da Universidade, do jornalismo ou da mídia (ou mesmo jornalistas e acadêmicos que se prestam a esse papel) que encontram na difusão de mentiras uma forma de conseguir o reconhecimento, a fama e as recompensas financeiras que não conseguiriam de outra forma. Se não fizessem tanto sucesso e gerassem tanto lucro, seria improvável que as teorias conspiratórias tivessem tanta força: mesmo em épocas em que não havia monetização de sites e canais, era possível viver e prosperar apenas vendendo fantasias, por mais absurdas que fossem.

O segundo elemento a destacar é como há uma diferença entre os criadores e divulgadores de mentiras (que podem ou não acreditar nelas), e seus consumidores, que as aceitam essencialmente porque, por vários motivos, desejam acreditar nelas. O termo **desejo**, nesse caso, me parece fundamental: se as pessoas não quisessem acreditar nos mitos conspiratórios, dificilmente eles teriam tanta repercussão. Não podemos deixar de reconhecer, a propósito, como as teorias conspiratórias podem ser atraentes: elas simplificam o mundo, o pintam dentro de um quadro de valores morais perfeitamente delimitados (o bem e o mal) e dão a sensação, ao seu consumidor, de ter adquirido um conhecimento especial, que a maioria não consegue obter. Além disso elas permitem jogar em alguém ou em algo a culpa por todas as frustrações e crises da vida: se o meu negócio ou empresa está falindo ou se a minha carreira acadêmica não decolou, a culpa não é minha ou de um contexto nacional ou internacional difícil de entender, mas de grupos

que se organizam nas sombras para impedir as pessoas comuns de chegarem ao sucesso.

Por fim, Evans ressalta como todo o sistema de falsas conspirações funciona seguindo certos princípios discursivos gerais, facilmente identificáveis nos cinco mitos com que ele trabalhou. Esses princípios criam uma narrativa circular e que consegue se sustentar, em que pese a sua fragilidade empírica, desde que algumas premissas gerais sejam aceitas a priori.

A premissa básica é que nada acontece por acaso, que nada é exatamente o que parece à primeira vista e que tudo o que ocorre é resultado das ações de grupos malignos, que manipulam a História. Ao mesmo tempo, há a premissa de que todas os acontecimentos têm beneficiários e que esses são os responsáveis pelos primeiros. Se, por exemplo, os liberais, democratas e socialistas foram beneficiados, em 1918, pela queda do Império alemão, seria óbvio que eles a teriam orquestrado desde o início. Uma visão, portanto, conspiratória da realidade, o que é diferente de reconhecer, como bem indicado pelo autor, que, em alguns momentos, conspirações e ações na surdina acontecem efetivamente.

Os teóricos da conspiração, curiosamente, dizem seguir o método científico (ou seja, a busca de evidências e provas), mas invertendo-o: eles tentam a todo momento apresentar provas de seus argumentos e de suas evidências, mas a evidente fragilidade deles seria mais uma prova da existência de uma poderosa conspiração, capaz de tudo esconder sob o seu manto, do que o contrário. Dessa forma, é possível esconder a falta de evidências sólidas em desculpas como as que os arquivos foram destruídos ou as testemunhas eliminadas assim que os conspiradores se viram em perigo ou fazer raciocínios tortuosos para explicar um absurdo evidente.

Outra estratégia comum é a analogia vazia ou o encadeamento forçado dos fatos: se, por exemplo, houve uma expedição alemã para a Antártida em 1938-1939, o que é um fato, seria supostamente evidente que Hitler preparava já então a sua fuga ou que discussões estavam a ser estabelecidas com os alienígenas ali residentes. O destaque para um fato isolado também é algo muito presente: acontecimentos de pequena importância ou que precisam ser contextualizados são apresentados como evidências definitivas de algo, sem levar em conta o contexto de sua produção ou a existência de outros fatos e discursos que o contradizem.

Também é possível fazer uma leitura enviesada de documentos e chegar à conclusão oposta do que seria razoável. Um exemplo clássico seria citar e mencionar toda a investigação que o FBI fez na Argentina no final dos anos 1940 tentando esclarecer o mito de que Hitler estava vivendo na Patagônia e cortar a conclusão final dos investigadores, ou seja, que era tudo uma imensa tolice. Ou apresentar essa conclusão, mas afirmando que os agentes tinham sido forçados a não revelar a realidade pelos donos do poder.

No mesmo sentido, existe a questão da “verdade essencial”, algo que se define como uma realidade inabalável desde o princípio e sobre a qual não cabem dúvidas. Não importava, por exemplo, se os Protocolos dos Sábios de Sião eram evidentemente falsos: a “verdade essencial” que os judeus eram o mal do Universo não era abalada por isso. Ela também permite conviver com duas ou mais versões do mesmo fato, separar facilmente amigos de inimigos e simplificar o mundo para os que dela compartilham. Não importaria tanto, assim, se os nazistas eram aliados a alienígenas, aos *illuminati* ou a forças arcanas: a “verdade essencial” era que eles seriam muito mais do que um simples movimento político. As teorias conspiratórias podem, assim, ser compartilhadas, mesmo quando até mesmo seus discursos internos se contradizem.

A leitura do brilhante livro de Evans é de suma importância, com efeito, não apenas para os estudiosos do nazismo, mas para todos os que vivem na sociedade do século XXI. As teorias da conspiração, assim como as fake news em geral, têm um efeito deletério no debate público. Elas desqualificam o conhecimento sistematizado e estimulam um ceticismo radical, muito além do que é razoável no debate qualificado. Ao final, é a própria ideia da verdade que é colocada em xeque. Se todas as narrativas históricas são equivalentes (não importando a distinção entre as fundamentadas e as fantasiosas), não podemos mais ter a perspectiva de compreensão do mundo real que nos cerca. A narrativa vencedora não é mais aquela que tem mais base na realidade, está mais fundamentada nos fatos, nos documentos e em uma leitura cuidadosa deles e da bibliografia. O que importa é a capacidade de agradar um dado público, a quantidade de likes que ela recebe ou a conveniência de se acreditar naquilo.

Os historiadores e os demais profissionais das Humanas, na verdade, são responsáveis, em parte, pelo novo fôlego das teorias conspiratórias e das fake news

no mundo contemporâneo. Elas adquiriram nova vitalidade especialmente pela capacidade das redes digitais em amplificar e dar voz, a custo baixo, a todo tipo de ideia e teoria. Quando, contudo, os historiadores (e outros profissionais das Ciências Humanas) passaram a defender a proposta de que não existe a verdade, que tudo depende da perspectiva de quem escreve e lê e que o real é irrecuperável, nós abrimos a guarda para todo tipo de mistificação e mentira. O historiador não tem a verdade absoluta, mas pode oferecer a verdade parcial, temporária, passível de ser recuperada pelo seu trabalho e pelo método histórico. Esquecer isso foi e é uma tragédia. Os historiadores e outros profissionais das Ciências Humanas, que deveriam ser os grandes caçadores de fake news, acabaram por abrir mão dessa sua tarefa em favor de uma pluralidade em princípio positiva, mas nem sempre válida.

Em outras palavras, nem toda escrita da história é equivalente. Ao contrário do que sugere o pós-modernismo, nem todas as formas de saber se equivalem. Há boas narrativas, embasadas no método histórico e que captam a objetividade e a subjetividade da História. Essas narrativas mudam com o tempo, abrangendo novas perguntas e questões e as demandas de novos grupos sociais, e isso apenas enriquece a História. Há também, contudo, versões falsas, normalmente baseadas em abordagens parciais, com pouca base teórica, metodológica e empírica ou com interesses políticos evidentes, como as teorias conspiratórias estudadas por Evans. Discordâncias entre interpretações sólidas, em termos metodológicos, podem existir e ampliam a nosso conhecimento dos fatos. A dicotomia mais básica de todas, aquela entre verdade e mentira, parece, contudo, ter sido esquecida e essa é a fonte de boa parte das dificuldades do mundo atual.

Esse é o nosso dilema como historiadores no mundo das fake news e dos mitos conspiratórios, tão bem analisados por Evans nesse livro. Há uma grande confusão – proposital – entre o direito de ter uma opinião e o fato de que opiniões não são o equivalente a conhecimento. É um direito democrático opinar sobre o que se quer, mas, como indicado acima, há opiniões fundadas em pesquisa, em método, e opiniões que surgem do nada. Ou, ainda pior, que surgem do objetivo de angariar vantagens políticas ou de outro tipo, através das conhecidas máquinas de produzir mentiras, especialmente na mídia e nas redes sociais, que marcam a nossa época.

Está na hora de nós, historiadores e demais profissionais das Ciências Humanas, reafirmarmos que produzimos conhecimento sólido e que temos sim uma posição especial para discutir o passado e o presente. Não somos os senhores da verdade, mas também não deveríamos ser apenas uma voz entre tantas. As opiniões vazias e o achismo sempre foram um problema, em qualquer época, como bem indicado no excelente livro ora resenhado. No mundo contemporâneo, contudo, elas acabam por se tornar perigosas e levaram a desdobramentos catastróficos, como o triste Brasil depois do golpe de 2016 e da eleição de Bolsonaro em 2018 podem comprovar. Combater as fake news e os mitos conspiratórios é tarefa difícil, mas, como bem recordado por Richard Evans, é quase um pré-requisito para restaurar a sensatez no debate político contemporâneo.

PARTIDO, ESTADO E POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

AMANHÃ O MUNDO? UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO HISTÓRICA RECENTE SOBRE AS OS OBJETIVOS INTERNACIONAIS DA ALEMANHA NAZISTA¹

No gênero literário conhecido como “história alternativa”, um dos filões mais explorados é a apresentação de mundos alternativos onde a Alemanha ganhou a Segunda Guerra Mundial. A partir dessa vitória, os autores têm grande liberdade de criação para imaginar o mundo de hoje e os cenários variam desde uma Europa nazista vivendo uma guerra fria com os Estados Unidos a um mundo dividido entre Alemanha e Japão (com a linha divisória bem no centro dos Estados Unidos) e a um império nazista global que exterminaria rapidamente todos os povos não arianos.

Apesar da diversão que esse gênero de ficção científica pode proporcionar, o historiador não tem tanta liberdade para extrapolar livremente e um dos objetivos da historiografia que aborda a Alemanha nazista tem sido estabelecer, a partir dos documentos disponíveis, os reais objetivos internacionais desse Estado e que tipo de mundo poderíamos esperar se ele tivesse vencido o conflito. Diversas pesquisas têm sido realizadas recentemente sobre o assunto e é nossa intenção fazer um balanço de alguns textos recém-lançados a respeito.

1 Resenha de Schweller (1997), Stoakes (1986) e Goda (1998). Publicado originalmente em *Via Mundi Boletim de Análise do Estado da arte em relações internacionais*, n. 9: 6-8, 2002.

O primeiro problema é definir o grau de planejamento estratégico da Alemanha de Hitler. Para alguns autores, o nazismo não tinha um projeto ou plano definido de conquista do mundo, sendo seus atos de agressão pura improvisação. Tal teoria dificilmente se sustenta, pois, se algumas das conquistas nazistas na Europa Ocidental e nos Balcãs tenham sido, em boa parte, motivadas pelo oportunismo e por necessidades econômicas e militares imediatas, as tradições geopolíticas alemãs e a ideologia nazista forneceram ao menos algumas ideias base sobre como o Terceiro Reich devia se comportar no mundo.

Nesse sentido, a maioria dos historiadores concorda com um plano minimamente consistente de domínio da Europa, remodelação política e racial desse continente e conquista de um espaço vital na Rússia. Dentro dessa visão, o ataque nazista à URSS não foi simplesmente uma ação impensada ou oportunista, mas um cálculo cuidadoso dentro de um programa de criação de um império.

Autores como Norman Hillgruber (1981) e Klaus Hildebrand (1973) já trabalharam esse plano nazista e demonstraram como essa ideia de usar o Leste Europeu como a base do futuro império mundial alemão já estaria nos planos de guerra do Kaiser em 1918, o que indicaria que, se os objetivos de longo prazo do Estado nazista (a reordenação racial do mundo) diferiam da tradição da política exterior alemã, o mesmo não poderia ser dito das estratégias de curto e médio prazo para transformar a Alemanha em um Estado continental, as quais estariam presentes no pensamento estratégico da Alemanha desde o Segundo Império.

Recentes trabalhos, como o de Randall Schweller (1997), reforçam essa ideia. Baseando-se em um sistema de modelos, ele procura demonstrar como, em 1938, o mundo era tripolar: Estados Unidos, União Soviética e Alemanha detinham mais de 70% do poder mundial. Nesse cenário, que teria sido claramente percebido por Hitler, a Alemanha poderia ter escolhido entre a segurança e o império mundial. A segunda opção teria sido a escolhida. Inicialmente, um dos polos (a URSS) seria incorporado, com substancial aumento dos recursos à disposição da máquina militar alemã e criação de uma potência continental. Depois, seria criado um mundo bipolar Alemanha/Estados Unidos até que esse último oponente pudesse ser eliminado.

O que pode ser considerado relativamente consensual na historiografia, portanto, é que Hitler tencionava, com a conquista da URSS e da Europa, reunir

os pré-requisitos territoriais e populacionais para a criação de uma superpotência alemã. Já esboçada nos trabalhos de Hillgruber e Hildebrand (e no de Michaelis, 1973. Ver também Koch, 1985), tal proposta é reforçada pelo texto de Schweller. Poucos trabalharam, contudo, com o problema das pretensões globais da Alemanha nazista. E depois da União Soviética, quais seriam as metas do nazismo?

Hillgruber e Hildebrand propuseram a existência de um cuidadoso plano nazista (*0 Stufenplan*) de dominação do globo. Nesse plano, a Alemanha se expandiria em estágios cuidadosamente planejados (restauração do poder nacional, controle da Europa Central, hegemonia continental, ocupação da URSS europeia e conquista final do planeta). Schweller tenta reforçar esse raciocínio, apesar dos elementos que ele usa para demonstrar a existência desse último estágio serem bastante frágeis.

Geoffrey Stoakes (1986) critica essa ideia de um plano preciso de conquista global do mundo pela Alemanha. Para ele, historiadores como Hildebrand e Hillgruber pecaram por excesso de especulação. Sem dúvida, a ideologia nazista deixava implícito que a raça ariana deveria vencer e dominar as supostas raças inferiores. Isso aconteceria, porém, em um futuro incerto e não implicava na conquista total do planeta pelo Estado alemão. O objeto central do Estado nazista seria simplesmente se tornar um dos poderes dominantes da Terra, reunindo recursos para garantir a evolução e o progresso da raça ariana. Para isso, o espaço russo e a população europeia seriam imprescindíveis. Para além desse ponto, só existiriam especulações. O *Stufenplan* de Hillgruber seria pura criação desse autor e as referências à conquista de bases na África em 1940 seriam mais medo da intervenção americana no espaço alemão do que indícios de uma “passagem de nível” no plano, com intenções reais de ataque ao continente americano.

É justamente a partir das preocupações alemãs a respeito de bases nas ilhas atlânticas portuguesas e espanholas e no Nordeste africano em 1940/41 que Norman Goda (1998) defende a tese das preocupações globais do Reich e que elas iam além de simples especulação. Para ele, a preocupação com tais bases, mais os planos militares alemães de pós-guerra (que previam a construção de uma esquadra de alto mar e de bombardeiros de longo alcance) indicam que a confrontação com a América já era vista como dentro de um futuro previsível.

Planos claros nunca teriam sido feitos (no que seu trabalho se diferencia da escola de Hillgruber), mas os projetos de expansão em direção a essas áreas indicam seu caráter ofensivo, de preparação para uma luta global com os Estados Unidos que já estava sendo vista no horizonte.

É difícil acreditar que os nazistas tivessem um plano perfeito e articulado de conquista do mundo. Por outro lado, podemos localizar tendências claras dentro do expansionismo nazista, facilmente identificáveis na sua ideologia. Nesse sentido, não há dúvida de que, na ideologia nazista, nada menos do que o domínio do mundo seria aceitável, com a eliminação total do judaísmo e a supremacia da cultura e da raça superiores (Rich, 1973 e 1974; Weinberg, 1995). Ao mesmo tempo, os recentes trabalhos deixam claro como os nazistas eram suficientemente razoáveis para compreender que essa vitória estava distante, sendo necessário antes conquistar maiores elementos de poder, na Europa Oriental.

Stoakes está especialmente certo ao propor que Hitler, provavelmente, não imaginava a sua Alemanha como senhora do mundo, mas como um dos poderes dominantes. Para além desse passo, é difícil acreditar que existissem mais do que especulações e ideias sobre o domínio futuro da raça ariana. Por outro lado, como demonstra Goda, a não existência de planos fechados não significa que não possamos identificar tendências e caminhos. E esse caminho, inevitavelmente, seria o da tentativa de domínio global e o da confrontação com os Estados Unidos nas margens do Atlântico e na América Latina.

A América Latina é, aliás, um aspecto fundamental da questão que os autores estudados poderiam ter estudado com mais ênfase. Ela é virtualmente ignorada nos trabalhos de Goda, Schweller, Stoakes e outros, o que espanta, pois um estudo mais aprofundado das intenções nazistas para a América Latina (campo óbvio para o conflito germano-americano) poderia nos ajudar a compreender melhor seus desígnios mundiais.

Temos indícios de que Berlim nunca teve planos reais de invadir a América Latina ou de usar as comunidades alemãs do sul do Brasil ou da Argentina como quinta coluna (Rich, 1974, Gertz, 1987; Desch, 1993). Mesmo na época da Segunda Guerra Mundial, a preocupação imediata do governo americano não era de uma invasão alemã. Imaginava-se que qualquer ação agressiva da Alemanha à América

Latina se daria, inicialmente, através de um aumento de influência econômica e política, seguido por insurreições lideradas pelos colonos alemães locais. Só então se poderia pensar em um desembarque de tropas da Wehrmacht e uma ameaça direta ao território americano. Vários livros já trabalharam isto (Gellman, 1979; Haglund, 1984) e o recente trabalho de Michael Desch (1993) é bem incisivo nesse ponto, ressaltando, porém, como esse plano coerente e articulado nunca existiu. De qualquer forma, a América Latina tinha importância estratégica para o Reich e, com certeza, teria ainda mais no futuro. Os Estados Unidos teriam sido negligentes com sua própria segurança se não tivessem prestado atenção a essa ameaça.

A ausência de planos definidos de conquista da região demonstra como a única política consistente da Alemanha era a conquista da URSS. A ideia de bases da África e do Atlântico como arma ofensiva perde credibilidade quando não há sequer especulações sérias para o seu uso na invasão do subcontinente. A sua transformação de instrumentos defensivos em ofensivos, contudo, poderia se dar quando as condições se revelassem favoráveis e o caminho lógico da agressão seria a América Latina. Hitler teria mencionado a necessidade de haver um Brasil alemão (Michaelis, 1973, p. 333) e seria quase impossível, para uma Alemanha vitoriosa, não pensar na recuperação do sangue germânico perdido na América do Sul. O conflito final entre as duas superpotências pelo domínio do globo seria muito provável e a América Latina um de seus campos de guerra, fria ou quente. “Podemos ter um século ou mais de lutas a nossa frente”, disse Hitler certa vez. Provavelmente, ele estava certo.

Em resumo, o que fica claro no estudo desse tema é que, apesar dos documentos serem, seguramente, a base do trabalho do historiador, nem sempre eles são imprescindíveis para esse trabalho. Com o conhecimento das tendências e informações fragmentárias, muitas vezes o historiador pode ser capaz de identificar os futuros que teriam sido possíveis (e aqueles mais prováveis) a partir de uma dada situação histórica. Uma certeza completa do que poderia ter acontecido, contudo, é privilégio do místico ou ao romancista e não do historiador.

O IMPÉRIO DE HITLER. A NOVA ORDEM NAZISTA NA EUROPA, 1939-1945.²

Vários mitos rondam a história da Alemanha nazista. A princípio, seria esse o Estado mais eficiente que já existiu, já que combinava a tradicional eficiência alemã com o sistema político nazista, o qual seria completamente hierárquico e centralizado. Um super Estado, que funcionaria como um relógio, substituindo a anarquia da sociedade liberal democrática que ele vinha a substituir.

A pesquisa histórica dos últimos anos tem indicado como essas qualificações para o Terceiro Reich são, acima de tudo, mistificações, criadas, em parte, pela própria propaganda nazista. O Estado nazista, longe de ser hierárquico e centralizado, era uma verdadeira coleção de instituições, organizações e indivíduos disputando poder e influência. É evidente que Hitler detinha, no limite, o poder de decisão final, mas isso não implicava na formação de uma estrutura tão coesa e hierarquizada como se supunha.

Isso fica evidente, por exemplo, na produção de armamentos durante a Segunda Guerra. Estados Unidos e a Grã-Bretanha conseguiram articular a coordenação estatal com a livre empresa, enquanto a URSS adotou um modelo mais centralizado e com planejamento central. Todos esses países conseguiram aumentar significativamente sua produção bélica durante o conflito, enquanto a Alemanha, o suposto Estado mais eficiente do mundo, ficou muito atrás e isso ocorreu, em boa medida, pelas disputas sem fim entre seus líderes e instituições.

Mark Mazower derruba mais um mito sobre a Alemanha nazista em seu novo livro. Em *Hitler's Empire: How the Nazis ruled Europe*, ele demonstra como, ao contrário do que tradicionalmente se imagina, os nazistas não tinham um plano definido e perfeito de como dominar o mundo e que ninguém mais do que eles se espantaram com a enormidade de suas conquistas entre 1939 e 1941.

O autor, na verdade, não rompe com a análise tradicional que indica que, nas mentes dos líderes nazistas, haveria algumas prioridades e diretrizes gerais a seguir na busca do império. Unificar todos os germânicos em uma grande

2 Resenha de Mazower (2008). Edição brasileira posterior: Mazower (2013). Publicado originalmente em *Tempo: Revista de História da UFF*, v. 14, n. 28: 239-244, 2010.

Alemanha, conseguir o controle da Europa e, especialmente, da Rússia europeia, eram os estágios mais ou menos certos a serem seguidos. Um dia, no futuro, talvez, haveria um grande conflito com os Estados Unidos, mas isso estava apenas no campo das especulações, sem nenhuma indicação imediata de que iria ocorrer.

O que Mazower indica é que, na verdade, mesmo para os estágios iniciais, os nazistas não tinham muita segurança do que fazer. A unificação dos povos alemães dentro de um Estado nazista era algo mais ou menos simples de conceber e imaginar. No entanto, mesmo os passos posteriores, apesar de sempre pensados, nunca haviam se convertido em planos e diretrizes prontas a serem aplicadas. Assim, quando quase toda a Europa caiu sobre o controle alemão, entre 1939 e 1941, a ideologia nazista oferecia apenas alguns esboços gerais do a ser feito, sendo necessárias inúmeras adaptações e experiências para tentar delimitar o que fazer.

Assim, em pouco tempo, vários órgãos e instituições começaram a debater sobre como agir frente ao novo império. A Ucrânia, por exemplo, era vista como o seu futuro celeiro. Mas seria ela um protetorado com algum grau de autonomia ou uma colônia? E a França, seria ela retalhada ou manteria alguma autonomia? E os países nórdicos, fariam parte de algum tipo de confederação germânica ou seriam anexados ao Reich? Essas e outras questões começaram a surgir naqueles anos em que parecia que a Alemanha tinha vencido a guerra e não havia resposta clara a elas.

Claro que algumas diretrizes centrais já estavam mais ou menos estabelecidas. Haveria uma hierarquização geral dos povos europeus com base na doutrina racial e todos os recursos desse espaço serviriam para manter a máquina de guerra alemã e, ao seu final, para o engrandecimento desse império. Também está claro como haveria povos que seriam mais ou menos tolerados, como os europeus ocidentais, e outros destinados a escravidão, como os poloneses, além, é claro, da eliminação, pela emigração ou morte, dos judeus. Mas isso eram apenas ideias gerais, que, ao serem confrontadas com a realidade, levaram, muitas vezes, à improvisação e a experiências diversas. Os nazistas tiveram que recorrer, assim, às únicas fontes de inspiração possíveis, ou seja, os velhos padrões colonialistas europeus, os tradicionais objetivos geopolíticos alemães na Europa do Leste e as suas obsessões raciais. Foi com base nisto que eles construíram suas políticas, em uma combinação de tradição e novidade realmente notável.

Dessa forma, a ocupação da Polônia, por exemplo, refletia um histórico de luta entre alemães e poloneses que já vinha de séculos, mas os nazistas incluíram, na mesma, um padrão de guerra racial que implicava na impossibilidade de qualquer autonomia para a Polônia. Eles tendiam a ver, no Leste Europeu, um verdadeiro *Far West* nos moldes da conquista americana do Oeste, no qual eles exterminariam os povos nativos, ou uma Índia, a ser dominada pela suposta raça superior. Ou seja, eles seguiam padrões tradicionais para o colonialismo europeu, com o diferencial de estarem aplicando esses padrões no continente europeu e os combinando com a obsessão racial.

Estas tradições e obsessões, contudo, eram tão vagas que permitiam que o Exército, o Partido, os diversos ministérios civis, as SS e muitas outras instituições apresentassem a sua versão do correto a fazer, levando o projeto de reorganização do espaço europeu a se tornar mais um campo de disputa entre os polos de poder nazista. Dessa forma, enquanto Rosenberg e outros líderes políticos queriam oferecer, aos ucranianos, bálticos e mesmo aos russos algum grau de autonomia para atraí-los ao campo do Eixo, as SS e o próprio Hitler preferiam uma política de terra arrasada, de repressão contínua, que acabou por ampliar cada vez mais a resistência.

Já muitos militares e burocratas do Ministério dos Armamentos não se conformavam com a morte de milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, ciganos e judeus enquanto a necessidade de mão de obra no Reich crescia a olhos vistos. Pessoas do Ministério do Exterior, por sua vez, queriam oferecer algum tipo de recompensa mais palpável para os colaboracionistas em toda a Europa, enquanto as SS e outras forças se recusavam a compactuar com os racialmente destinados a obedecer.

Enfim, fica claro como havia um intenso debate a respeito da política a ser seguida. A ideia dos nazistas como monstros que só pensavam em matar e destruir nos faz perder a realidade de que aqueles eram homens que podiam defender, dentro de certos limites, propostas diferentes.

Mazower indica, além disso, como a própria experiência da guerra levou a política nazista a se radicalizar de forma expressiva. Assim, enquanto o “problema judeu” era uma constante no pensamento nazista, a ideia de exterminá-los

fisicamente foi emergindo aos poucos, até a criação dos campos de extermínio, não previstos desde o primeiro momento.

Na verdade, tenho dúvidas se todas essas opções menos brutais, que o autor elenca com cuidado, tinham realmente chance de ser colocadas em prática. Em alguns momentos, aliás, Mazower dá a impressão de considerar que todas as várias propostas tinham chances iguais de serem transformadas em políticas, o que me parece complicado. Afinal, mesmo que reconheçamos que havia várias percepções nazistas sobre o mesmo assunto, fato é que o nazismo se caracterizava por uma idolatria à violência e à dominação e a vitória das propostas mais radicais, de dominação total e ostensiva, como as das SS, me parece quase lógica.

Um ponto interessante do livro, igualmente, é quando ele começa a discutir o significado de raça e política racial dentro do pensamento nazista e, especialmente, as inúmeras adaptações que a doutrina racial teve que se submeter para se tornar minimamente prática na organização do novo império.

Assim, no afã de colonizar as partes ocidentais da Polônia, substituindo os poloneses por alemães, eles encontraram um problema demográfico insuperável. Não apenas os poloneses eram numerosos, como não havia germânicos em número suficiente para substituí-los. A solução, em boa medida, passou pela germanização forçada de muitos poloneses que tinham as características adequadas para serem assimilados, em uma louca tentativa de encontrar alemães para os objetivos colonialistas do regime.

Duas questões de interesse emergem, a meu ver, dessa sua observação. A primeira é que o nacionalismo etnolinguístico do século XIX e a visão mais racista do nazismo não eram completamente incompatíveis. As discussões sobre raças, na Europa do século XIX, giravam sempre em torno de questões de língua e cultura, com a possibilidade de aculturação e assimilação do “outro” sempre presente. Mas havia também um tom racial, que identificava uma determinada cultura com determinada raça e nem sempre se aceitava que a assimilação desta ou daquela raça era aceitável e/ou desejável.

A Alemanha nazista inverteu esse padrão, absorvendo os ideais do racismo científico e levando a raça ao posto de divisor central entre povos e pessoas. Mas um tom etnocultural também existia. Assim, havia eslavos mais próximos da cultura alemã, como parte dos tchecos, que poderiam ser assimilados, enquanto os

poloneses, dado a histórica rivalidade entre os dois povos, só o seriam em mínima parte. O nazismo levou o racismo biológico ao seu máximo desenvolvimento, mas as ideias de assimilação cultural e linguística também estavam presentes, sendo judeus e ciganos, provavelmente, os únicos aos quais essa possibilidade foi cem por cento negada.

O segundo ponto que me chama a atenção é a facilidade com a qual Estados quase totalitários, como a Alemanha de Hitler, planejaram e executaram projetos de engenharia populacional de uma magnitude inacreditável. Discutia-se a morte ou o deslocamento de dezenas de milhões de pessoas e a reorganização espacial de todo um continente com uma facilidade impressionante. Em um momento, chegou-se a imaginar até o envio de milhões de escravos ao Brasil, o qual, em troca, devolveria a população de origem germânica ali emigrada (p. 209). Um total absurdo, mas que indica a facilidade com que esses projetos de reorganização espacial e populacional eram pensados e como, no caso nazista, eles foram colocados em prática ao menos em parte.

A ironia maior indicada pelo livro, contudo, é a de que o próprio estilo de administração alemã da Europa ocupada colaborou para o seu fim. Ao pilhar toda a economia europeia (ao invés de permitir o seu desenvolvimento), desperdiçar a sua força de trabalho em massacres inúteis e não oferecer nenhuma opção aos povos conquistados que não a dominação, o nazismo não conseguiu extrair, do continente, tudo o que poderia em termos de recursos econômicos e militares, o que facilitou a sua derrota pelos Aliados. Na sua brutalidade, na sua violência gratuita, estava a semente da sua destruição. Uma conclusão não inédita, mas que ele consegue detalhar e explicitar em detalhes.

O livro de Mazower, assim, é uma leitura que vale a pena. Ele não explora fontes primárias e se baseia, em essência, na imensa bibliografia acumulada sobre o tema nas últimas décadas. Em alguns momentos, o esforço para absorver e reorganizar toda a massa de informação recolhida se transmuta em repetições e em uma prolixidade que cansa o leitor. Mesmo assim, é um estimulante relato a respeito dessa história de ideias, adaptações, morte e construção imperial que merece ser lido não apenas pelos especialistas em nazismo ou em políticas imperiais, mas por todos os interessados em estudar o processo pelo qual ideias e (pré) conceitos se adaptam a realidade e, ao mesmo tempo, fazem a realidade se adaptar a eles.

AS CRIANÇAS ESQUECIDAS DE HITLER³

O apelo popular e midiático do nazismo continua, inevitavelmente, a atrair pessoas e leitores. Em uma recente visita que fiz a uma livraria, constatei, mais uma vez, a presença maciça de títulos a respeito do nazismo na seção de História. O nazismo continuava vendável e a vender.

As razões do apelo popular do nazismo são inúmeras. Algumas pessoas se interessam pelo seu aspecto mais violento, genocida, em uma atração, em alguns casos, quase mórbida. Outros são fascinados pela sua glorificação estética da violência e pela figura de Hitler, por si só controversa e coberta de mitos. Por fim, o nazismo se presta a um sem-número de teorias da conspiração e oferece um cenário para fantasias convenientes para a indústria cultural contemporânea. Não espanta, assim, que vejamos, na cultura popular, os nazistas envolvidos com rituais satânicos, discos voadores ou atalhos para Atlântida.

O nazismo, contudo, só é capaz de dar o cenário para mitologias as mais variadas por ter desenvolvido um corpo ideológico radical e apresentado propostas de reorganização social realmente revolucionárias. Revolucionárias não no sentido marxista do termo e muito menos dentro das tradições da esquerda, mas no de procurar alterar significativamente a herança cristã e humanista da Europa através de programas e políticas públicas, pelo poder do Estado. Essas alterações radicais na sociedade incluíam a morte em larga escala, como no Holocausto, e a criação e a promoção da vida, como no projeto *Lebensborn*, objeto desse livro.

O trabalho de Ingrid von Oelhafen e Tim Tate é jornalístico e memorialístico e, como tal, traz poucas novidades analíticas, bibliográficas ou documentais. Também não é o primeiro livro a dar voz às crianças do *Lebensborn*, pois livros publicados em inglês, francês ou alemão anteriormente já o fizeram. Suas 240 páginas são, na realidade, uma descrição, jornalística e romanceada, da odisseia da autora, por décadas, para descobrir sua verdadeira origem, tendo sido uma das crianças raptadas pelos agentes nazistas e adotadas por casais alemães para reforçar demograficamente a Alemanha e a raça ariana. Apenas por isso, a leitura

3 Resenha de Von Oelhafen e Tate (2017). Publicada originalmente em *Diálogos – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, v. 21, n. 3: 251-255, 2017.

já valeria a pena, pois é uma tocante história de uma pessoa em busca de sua identidade, de sua origem. Uma história que parte da Alemanha e se desenvolve em parte do continente europeu, até chegar à Eslovênia.

No entanto, do ponto de vista do historiador e de leitores com mais conhecimento a respeito do nazismo, o livro, na verdade, é insuficiente e seu título indicando a “verdadeira história” do projeto é um pouco fantasioso e até sensacionalista. Os dados apresentados não são corretamente referenciados, muitos números e informações são vagos ou não passíveis de confirmação e as observações são subjetivas e impressionistas. Em termos historiográficos, valeria muito mais a pena ter traduzido um livro denso em termos analíticos e documentais como o de Lilienthal (2003) ou um quase clássico em língua inglesa, como o de Clay e Leapman (1985).

Mesmo assim, dada a carência de estudos sobre o projeto *Lebensborn* em português, ele é uma bem vida adição à bibliografia disponível. Além disso, perdidas nas recordações e na pesquisa da autora, temos alguns elementos muito interessantes para repensar o próprio projeto *Lebensborn* e, especialmente, para relacioná-lo à grande questão de fundo, ou seja, a obsessão demográfica nazista e dos Estados fascistas em geral.

Nos anos posteriores à guerra, uma série de filmes explorou a conexão entre o nazismo, a violência e o sexo. Todo um filão da cultura contemporânea explorava – e ainda explora – a dominação sexual como fonte de prazer e os nazistas se encaixavam perfeitamente enquanto protagonistas. Dentro desse filão, surgiram livros e filmes que associavam o *Lebensborn* à criadouros das SS, locais onde a elite de Himmler procriava com arianas escolhidas para gerar bebês para o Reich.

Na verdade, a organização surgiu, em 1936, com objetivos bem mais prosaicos, ou seja, fornecer assistência social às famílias das SS e, especialmente, às mulheres consideradas racialmente válidas que não tivessem, por si só, condições de criar seus filhos. Longe de ser uma vergonha ou um fardo para a sociedade, as mães solteiras, especialmente, deveriam ser amparadas e apoiadas, para o bem racial da Alemanha. Um esquema de adoção dessas crianças por oficiais das SS sem filhos também foi criado e desenvolvido.

Em um certo sentido, essa proposta não era muito diferente de outras políticas natalistas que estavam em projeto em vários países da Europa e das Américas naquele momento. Em uma época em que, pelo próprio avanço da modernidade, a natalidade caía em todo o Ocidente, vários Estados – democráticos ou não - procuraram lançar iniciativas para diminuir a mortalidade infantil e a geral, apoiar a maternidade e a infância e controlar a emigração, a imigração e as migrações internas para seus próprios fins. A Inglaterra, a França, a Bélgica e vários países das Américas agiram nesse sentido.

Os Estados fascistas estavam especialmente preocupados com isso. Para o fascismo, número era poder e a juventude era a marca das nações vitoriosas. Além disso, todos os projetos de construção imperial concebidos pelos fascistas tinham como pré-requisito um número crescente de homens para conquistar, policiar e povoar os territórios a serem conquistados. O número de nascimentos, contudo, estava em contínuo declínio também na Itália e na Alemanha e ambos os regimes mobilizaram os instrumentos do Estado totalitário para tentar reverter isso.

No caso italiano, conforme indicado por Carl Ipsen (1997), Roma criou uma série de instituições estatísticas e de pesquisa demográfica para dispor de dados atualizados sobre natalidade, mortalidade e migrações. Com base nesses dados, começou uma série de políticas, especialmente na década de 1930, para impedir a emigração, promover o retorno dos emigrantes italianos instalados no exterior e, especialmente, aumentar a natalidade e a fecundidade. Para tanto, a eugenia positiva foi instrumento fundamental, através de subsídios para mães e crianças pobres, prêmios em dinheiro para apoiar casamentos e nascimentos, taxaço aos solteiros etc. Houve algum resultado positivo, mas menos do que o desejado pelo regime.

O fascismo, contudo, não pensou em reverter a moral católica e cristã e a maior parte das suas iniciativas teve apoio da Igreja. Já o nazismo radicalizou a questão, especialmente em termos de redefinição da moral sexual. Inicialmente, no sentido de se afastar do ideal cristão que enfatizava a necessidade da formação da família antes da concepção de crianças e, depois, na seleção racial e rapto de crianças consideradas biologicamente desejáveis. No geral, contudo, as iniciativas nazistas estavam dentro do espírito geral do tempo, de preocupação com a

natalidade, e se coadunava com a obsessão demográfica e com o intervencionismo social do regime.

As casas *Lebensborn* não eram, pois, “fazendas de criação” das SS. Mesmo assim, é claro que não podemos imaginar que elas eram pouco mais do que creches nazistas, nos moldes das que existem hoje. Como bem recordado por Thompson (1971), racismo e eugenia estavam presentes todo o tempo, tanto na seleção das crianças e das mães a serem aceitas (as quais deveriam ser aprovadas em testes raciais) como depois do nascimento. Crianças doentes ou com atraso no desenvolvimento intelectual ou físico podiam ser simplesmente assassinadas, já que não se enquadravam nos parâmetros da “raça superior”.

Além disso, a doutrinação na ideologia nazista era uma constante e os bebês ali nascidos eram considerados quase uma propriedade das SS. Elas providenciavam até mesmo rituais de batismo e “bênçãos” às suas crianças no ato de entrega delas para seus pais adotivos, em um cerimonial digno de uma religião laica. Talvez, em caso de vitória alemã na guerra, muitas dessas crianças teriam sido parte essencial do futuro do regime, já que pré-selecionadas na infância. A derrota de 1945, contudo, nos impede de saber se elas teriam realmente se tornado parte de uma nova elite nazista, apesar de ser provável.

Como aconteceu com várias outras políticas nazistas, foi a guerra, contudo, que radicalizou a experiência do *Lebensborn*. Até 1939, cerca de 8 mil mães foram abrigadas nas suas estruturas, com um número semelhante de bebês nascendo e sendo adotados. Um resultado, portanto, bastante modesto. A partir da invasão da Polônia, contudo, as perdas imensas de vidas nas linhas de frente preocuparam as SS, pois o “corpo vivo da nação germânica” estava sendo drenado sem chances de recuperação. Para contrastar isso, reforçou-se o sistema de apoio às crianças nascidas fora do casamento e ele foi expandido para fora da Alemanha, especialmente para os países considerados nórdicos, a partir dos quais “sangue ariano” poderia ser transferido para a Alemanha.

O caso norueguês, nesse contexto, foi especial. O regime estimulou o contato sexual e os casamentos entre os soldados alemães e as mulheres norueguesas e garantiu que as casas *Lebensborn* dessem todo o apoio aos filhos que fossem gerados. Após a guerra, contudo, as mães e os filhos desses

relacionamentos – entre 8 e 10 mil pessoas - sofreram uma profunda discriminação por parte da sociedade norueguesa.

Além da “transusão de sangue ariano” dos países nórdicos ocupados, surgiram, com o tempo, iniciativas ainda mais radicais, como o simples rapto de bebês com aparência ariana, especialmente da Polônia, da Eslovênia (terra de origem da autora) e do Leste europeu em geral. Em termos ideológicos, fazia sentido: na cosmovisão nazista, cada gota de sangue ariano que era “recuperado” pela Alemanha reforçava a sua força e diminuía a dos seus vizinhos, garantindo a vitória final.

O roubo de crianças estava dentro, igualmente, de um outro processo, em plena execução durante a guerra e que iria se completar, provavelmente, com uma vitória alemã. O novo império nazista na Europa oriental seria constituído, em parte, de vastas áreas coloniais, de exploração direta, no qual os alemães seriam a minoria dominante em meio aos escravos ucranianos ou russos. Por outro lado, outras áreas (como partes da Polônia e dos países bálticos, o protetorado tcheco ou a Criméia) deveriam ser germanizadas e integradas ao Estado nacional alemão. Nesses locais, a população autóctone seria removida ou exterminada totalmente e substituída por alemães.

Esse segundo projeto implicava em encontrar colonos em número suficiente para formar maiorias demográficas nos locais desejados. Mesmo com as ofertas de terras e apoio e a mobilização dos *Volksdeutsche* do Tirol do Sul, da Romênia ou da URSS, fato é que não havia homens em número suficiente para que o projeto desse certo. A seleção racial dos “germanizáveis” nos novos territórios, assim, não apenas fazia sentido na cosmovisão nazista, como era fundamental para modificar o mapa demográfico europeu. O roubo de crianças e sua assimilação cultural forçada era apenas uma parte desse processo e ele também aconteceu, aliás - em outros termos - na colonização europeia nas Américas, na África e na Austrália, o que indica como o nazismo não inventou nada que os colonizadores europeus já não conhecessem.

O número de crianças raptadas efetivamente é algo ainda em discussão. A autora apresenta o número de 300 mil, das quais 200 mil oriundas da Polônia. Um estudo de Isabel Heinemann (2004) reduz esse número para apenas um

sexto desse total. É provável realmente que o número tenha sido inflado depois da guerra, até porque isso permitiria maior retorno político. Mas não resta dúvida sobre o sofrimento dos envolvidos.

Com efeito, o destino da maioria dessas crianças foi trágico. Separadas das suas famílias, muitas morreram na seleção, no trajeto para a Alemanha e na destruição geral do fim da guerra. Muitas outras só foram saber de suas origens e identidade muito depois e outras nunca o souberam. O caso pessoal da autora é comovente e ainda mais por ser apenas um entre muitos.

Nesse ponto, aliás, é interessante a narração que a autora faz dos seus encontros com essas crianças tantos anos depois. Ao invés dos super-homens arianos cuidadosamente selecionados, apenas homens e mulheres comuns, a maioria bastante ressentida e amargurada pelas circunstâncias do seu nascimento. As *Lebensborn* deveriam ser a prova final do sucesso da ciência racial e da eugenia nazistas, mas acabaram por revelar apenas seres humanos comuns, vítimas dos projetos e planos do nazismo e da sua obsessão racial.

A MILÍCIA DO NACIONAL-SOCIALISMO ALEMÃO: A SS, UMA HISTÓRIA⁴

O finado historiador Robert Koehl Lewis (1922-2015) teve uma trajetória singular no tocante aos seus estudos sobre o nacional-socialismo, área em que se especializou. Ele não apenas estudou o assunto em nível acadêmico, como o vivenciou diretamente, como oficial do Exército americano em ação na Europa durante a guerra. Essa experiência provavelmente influenciou a sua trajetória profissional, já que sua carreira foi focada, a partir dos anos 1940, no estudo das milícias nazistas e sua função no regime criado por Adolf Hitler em 1933.

Lewis apresenta, apresenta, nesse livro, a história da polícia política nazista, as *Schutzstaffel*, cuja sigla, SS, se tornou um quase sinônimo da brutalidade e da violência perpetradas pelo nacional-socialismo alemão. O livro se pretende um manual, um apanhado geral, que, sem avançar em questões historiográficas ou interpretativas maiores (a não ser de forma lateral), se concentra na história da organização em si. A narrativa que se apresenta é cronológica e factual, seguindo a história das SS desde os seus primórdios, entre 1919 e 1924, passando pela sua fundação oficial, em 1925, e chegando até o seu colapso, junto com o resto do Terceiro Reich, em 1945. O seu caráter de manual fica evidente, inclusive, na sua estrutura: os sete capítulos que o compõem são divididos não por temas, mas de forma totalmente cronológica.

É uma reconstrução minuciosa, seguindo as idas e vindas organizacionais e ideológicas das SS, pelo que se constitui em um texto introdutório adequado para os que quiserem começar a compreender a polícia política nazista e seus inúmeros desdobramentos e facetas.

Essa reconstrução genealógica é um ponto de destaque no livro. Especialmente nos primeiros anos, os corpos livres e as forças paramilitares ligadas ao NSDAP surgiam e desapareciam com frequência, se fundiam ou se separavam e é difícil acompanhar as suas trajetórias, pelo que o trabalho do autor é bastante útil. Só a partir de meados dos anos 1920 é que essa confusão de grupos, nomes e siglas diminui um pouco, mas ela esteve presente, na verdade, até o fim do regime,

⁴ Resenha de Koehl (2021). Publicada originalmente em *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)*, v. 21, n. 232: 168-172, 2022.

indicando a sua natureza caótica. e a perspectiva do “dividir para conquistar”. A ênfase do autor no factual acaba por se revelar, nesse caso, um instrumento válido para a compreensão do tema em estudo.

O caráter informativo e didático do livro se confirma ulteriormente pelo fato de ele não contar com notas de rodapé e nem com uma bibliografia final. O texto flui em uma narrativa quase perfeita, sem a indicação de debates, questões, nuances ou de pontos cegos no nosso conhecimento. Setenta anos de estudos a respeito das SS aparecem no texto apenas de forma indireta e isso limita bastante o seu valor para especialistas que já tenham algum conhecimento acumulado sobre o tema. Mesmo assim, ele engendra algumas questões e problemas que merecem ser mencionados.

Um ponto forte do livro é quando ele trabalha com a relação entre as forças paramilitares e os militares. Já em 1919, as diferenças ficaram evidentes: os *Freikorps* utilizados para conter a agitação operária e combater a esquerda eram formados por ex-militares e seguiam um *ethos* militar, mas tinham uma politização inédita e, na verdade, culpavam os militares profissionais por terem perdido a guerra e por serem incapazes de restaurar a ordem. Ao mesmo tempo, boa parte do seu financiamento e do seu armamento e das suas ordens vinham da cúpula militar, o que indica o caráter dual, de competição e aliança, que marcou a relação das forças armadas alemãs com as unidades paramilitares nazistas (e as nacionalistas e outras) por toda a República de Weimar e, depois, no Terceiro Reich.

A partir, grosso modo, de meados dos anos 1920, a divisão crucial, em termos institucionais, passa a ser entre as SA e as SS. As primeiras eram uma força imensa, dentro das quais as perspectivas de uma nova ordem nazista parecem ter sobrevivido com mais força. As segundas, por sua vez, foram criadas justamente como oposição às primeiras, uma força de elite, disciplinada e capaz de fazer valer os desejos do partido e, acima de tudo, do próprio Hitler.

A parte ambições pessoais, disputas por controle de orçamento e prerrogativas, as questões que parecem dividir o partido, e suas forças paramilitares, a partir de meados dos anos 1920 são duas: o papel dos milicianos na conquista do poder e sua função no futuro Estado nacional-socialista. Essa disputa – que acabou por se corporificar na oposição entre as SA e as SS – tem lugar de destaque na reconstrução de Koehl, que resumizamos a seguir.

A partir de 1925, Hitler havia chegado à conclusão que só chegaria ao poder pela via legal e que aventuras como o putsch de Munique de 1923 (no qual as SA, aliás, haviam se revelado pouco eficientes enquanto instrumento para um golpe de Estado) não deveriam se repetir. Nessa perspectiva, as SA deveriam ser apenas forças de guarda-costas das atividades do NSDAP e vetores da propaganda, a serviço da liderança partidária. Já a liderança das SA continuava convencida que ela seria capaz de pressionar o governo da República de Weimar na direção desejada pelo partido e, no limite, tomar o poder pela força.

Enquanto Hitler privilegiava uma estratégia gradual de conquista do poder, através da aliança com as forças conservadoras, as SA eram mais impacientes e ameaçavam essa estratégia, o que era mais um dos motivos pelo qual elas tiveram que ser eliminadas: as SA não apenas eram vistas como uma ameaça, dado o seu tom popular, pelas forças tradicionais como a sua impulsividade podia atrapalhar as negociações em curso com essas mesmas forças para tornar o NSDAP palatável às classes dirigentes. Depois da conquista do poder, de forma similar, o problema das SA era a sua impaciência. Hitler considerava que a conquista do Estado seria um processo lento, a ser conduzido de forma permanente por uma força de elite. As SS seriam a força mais capacitada para dar conta dessa tarefa, enquanto as SA poderiam, com sua impetuosidade, colocar tudo a perder.

Do mesmo modo, as SA foram desenvolvendo, no decorrer do tempo, um projeto pelo qual elas seriam a base de um novo Exército popular. Pouco a pouco, sua liderança foi privilegiando a construção de um aparato pré-militar, com a constituição de unidades motorizadas e de serviços, treinamento militar e um sistema hierárquico mais elaborado, abandonando a época em que as SA eram apenas um bando de valentões dispostos a brigas de rua. A herança da época anterior, de indisciplina e violência gratuita, não foi superada completamente, mas as SA estavam a se distanciar de Hitler e do próprio partido, especialmente no que se refere aos acordos com as forças conservadoras e no tocante ao seu papel na nova ordem.

As SS surgiram, nesse ponto, como uma força de elite e com funções centralmente policiais. Se, no futuro, elas seriam usadas para policiar e reprimir a população alemã e europeia, na sua origem seus objetivos eram mais modestos:

proteger os comícios e as atividades nazistas e controlar as forças centrípetas dentro do próprio partido. Não se deve imaginar que essas disputas eram insuperáveis: as SS, as SA e o partido trabalhavam juntos para atingirem um objetivo comum. Além disso, em 1933-1934, com a absorção das milícias do movimento conservador *Stablbelt* nas SA, quaisquer tons revolucionários que ela poderia ter ficaram ainda mais diluídos. No entanto, o caráter popular das SA e a sua perspectiva potencialmente radical acabou por convertê-la em uma ameaça potencial a Hitler, especialmente à medida em que prosseguiram suas negociações com as classes dirigentes alemãs tradicionais.

Nesse sentido, o golpe de Hitler e das SS contra as SA em 1934 não foi simplesmente um “preço a pagar” para atender às classes dirigentes e ao Exército, incomodadas com o aspecto popular das SS e com a sua pretensão de se tornar um Estado dentro do Estado. A “Noite das Longas Facas” foi também uma forma de garantir que o movimento nacional-socialista como um todo estaria alinhado com as perspectivas hitlerianas de chegar ao poder através de acordos com as classes dirigentes e de ocupar o Estado de forma lenta, sem conflitos excessivos. E, do mesmo modo, foi um golpe em uma organização que havia se tornado poderosa e ambiciosa demais. Essa relação entre os militares e os milicianos das SA e das SS, com as tensões explodindo em 1934, é uma questão chave para entendermos a chegada do nazismo ao poder e sua consolidação e a reconstrução de Koehl é bastante adequada para a sua compreensão.

Outro aspecto interessante desse conflito entre as SA e as SS resgatado por Koehl é o seu aspecto classista. As SA recrutavam majoritariamente entre trabalhadores rurais e urbanos, desempregados e outros que precisavam do seu posto nas milícias até para conseguir sobreviver. Já as SS reuniam oriundos da classe média baixa, mas também muitos profissionais liberais, como médicos, advogados e professores (os quais não queriam se misturar com as classes baixas), e até mesmo alguns nobres. Ser parte de uma “unidade de elite” como as SS, nos anos 1920 e no início da década de 1930, significava mais não ter que compartilhar os espaços com as classes sociais inferiores do que um ethos racial e político diferenciado, o que só viria a acontecer nos anos seguintes. O autor indica como a lealdade das SS à liderança do partido, cada vez mais dominada pelos trabalhadores

de colarinho branco, também era uma solidariedade de classe média. O oficial SS padrão, ao contrário do seu equivalente nas SA, tinha pouca simpatia por rebeldes, trabalhadores ou destituídos em geral. A presença de profissionais e acadêmicos nas SS também era um fator de diferenciação frente às SA, pois dava a ela um ar “científico”, distante do voluntarismo popular das SA.

Outro ponto interessante trabalhado pelo autor a respeito dos anos cruciais de enfrentamento entre as SA e as SS (1933-1934) é que as SS já tinham, por volta de 1933, um projeto de “Estado SS” dentro do Estado alemão. Seus escritórios, suas divisões e a sua estrutura de comando já estavam prontos para se fortalecer, crescer e operar, como, de fato, o fizeram nos doze anos seguintes. Seu projeto era ainda, contudo, pouco visível, especialmente frente ao caráter ostensivo do projeto de “Estado SA”. Em política, muitas vezes, é melhor passar despercebido ou ser subestimado e isso foi fundamental para a destruição das SA e a sobrevivência e crescimento das SS a partir de 1934.

A ironia do processo, evidentemente, foi que acabou por se formar justamente o que se pretendia impedir, ou seja, a criação de um Estado dentro do Estado, ou seja, as SS: as elites tradicionais e o NSDAP tinham optado por fortalecer as SS como forma de impedir um poder exagerado das SA, mas acabaram por criar um poder paralelo igual ou talvez até maior. Ano após ano, as SS estenderam seu poder pelo Estado e pela sociedade alemães, saindo das funções policiais (como a vigilância interna e a gestão dos campos de concentração) para a gestão de empresas, a administração da política racial e inúmeras outras funções, incluindo a formação de unidades propriamente militares.

No início, em 1934, essas unidades militares eram, na verdade, forças de polícia organizadas em formato militar, as *Verfügungstruppe*. Em um primeiro momento, elas não eram pensadas como oposição ao Exército ou mesmo para ações em combate, mas como forças de segurança que, em caso de guerra, manteriam a ordem na retaguarda, evitando a “punhalada nas costas” de 1918. Elas eram consideradas tropas do partido, mas recebiam seu orçamento do Ministério do Interior, depois da aprovação da Wehrmacht, que também fornecia o armamento.

A guerra, a partir de 1939, evidentemente mudou tudo. O combate aos traidores e aos inimigos internos, razão de existir das SS, se tornou uma tarefa

ainda mais ampla quando imensos territórios foram conquistados e determinou-se o extermínio ou a expulsão de povos inteiros para a colonização germânica e a formação do Império. Como bem indica o autor, uma espécie de profecia autorrealizada acabou por existir dentro do imperialismo alemão tal qual praticado pelas SS: os soldados-políticos de Himmler viam inimigos em todo lugar e, ao agir com uma brutalidade sem par, estimulavam o seu surgimento até mesmo em locais onde eles não existiam antes, o que demandava mais operações policiais e ainda mais violência.

Ao mesmo tempo, a expansão das forças de caráter militar, nas *Waffen-SS*, permitiu a ela recuperar os sonhos das SA de se tornar uma força alternativa a *Wehrmacht*. A ambição das SS parece ter sido a de chegar a 10% do efetivo das forças armadas em tempo de paz, o mesmo número pretendido, aliás, pelas SA. Não seria o suficiente para eliminar o Exército, mas daria às SS força suficiente para contar ainda mais nos equilíbrios e disputas de poder no interior do regime. Na prática, isso nunca pôde se tornar realidade, até porque a maior parte das divisões da *Waffen-SS* era composta de unidades de polícia militarizada, pouco eficientes. Mesmo as unidades de elite, como as divisões blindadas ou as forças de voluntários germânicos, não tinham poder de fogo para competir com o Exército. De qualquer modo, a partir de 1941, as SS haviam chegado perto de se tornar uma estrutura econômica, política e militar autônoma, para além do partido e do Estado, ainda que a derrota militar tenha impedido que o processo tenha avançado até a sua conclusão esperada, ou seja, a independência completa.

As questões econômicas, especialmente no tocante a financiamento, também são um aspecto a valorizar no livro. Em 1932, por exemplo, as SS só conseguiam manter sua independência porque os grandes industriais alemães canalizavam fundos diretamente a elas, sem passar pelas SA ou pela tesouraria do NSDAP. Do mesmo modo, a expansão dos campos de concentração acabou por gerar uma fonte de renda própria – a partir da exploração do trabalho escravo – que permitiu às SS se tornar cada vez autônoma tanto do partido como do Estado. Durante a guerra, os campos de concentração se tornaram parte substancial da economia de guerra alemã e as SS foram a maior beneficiada economicamente, já que os geria e administrava. Os analistas que discutem o como e o porquê de

as SS terem se tornado crescentemente autônomas (o que não aconteceu, por exemplo, com a milícia do partido fascista italiano) normalmente esquecem esse elemento econômico e financeiro e tal tópico deve ser ressaltado.

Em resumo, o livro de Koehl abre margem para discutirmos questões de importância a respeito do nazismo e vale a pena ser lido. No entanto, os seus limites são evidentes. Como já indicado, seu caráter de manual, sem fontes e notas, limita grandemente o seu valor, já que não há como confirmar e contestar informações e fontes. No tocante à edição brasileira, é a se valorizar a incorporação ao livro de um glossário e de um índice remissivo. Ainda assim, algumas imprecisões na tradução poderiam ter sido evitadas. Um exemplo seria *völkisch*, que foi traduzido como “folclórico”. O termo, contudo, tem uma conotação muito particular em alemão, se confundindo com nação, raça, tribo e se relacionando a políticas populistas, dentro do campo da direita política. O melhor, provavelmente, teria sido manter o original.

Mesmo assim, a tradução, em geral, foi bem-feita. O que não se justifica é a adição da palavra “revelada” no título, não presente no original inglês e que é apenas um sensacionalismo desnecessário. O livro de Koehl, portanto, pode e deve ser lido pelos especialistas e pelos iniciantes no tema, mas apenas dentro do que se propõe, ou seja, uma introdução a um tema polêmico, espinhoso e que já engendrou a publicação de uma imensa historiografia, a qual foi, contudo, ignorada nesse volume.

HOLOCAUSTO E NEONAZISMO

OS CARRASCOS VOLUNTÁRIOS DE HITLER¹

Em 1996, o livro de um jovem professor de Harvard provocou um verdadeiro terremoto no meio universitário europeu e americano e uma verdadeira crise de consciência na Alemanha, onde o texto foi lido, relido e provocou imenso debate. Sua tese central: os alemães, como povo, foram ativos e voluntários carrascos dos judeus durante o Holocausto nazista.

Goldhagen refuta categoricamente a ideia de que os carrascos nazistas assassinaram os judeus por coerção, por uma disciplina tipicamente alemã que os levava a cumprir mesmo as ordens que consideravam indignas, por pressão psicológica ou ainda, em uma recusa clara das teses de Hannah Arendt (1983), por serem burocratas cumprindo com suas obrigações, sem se importar com mais nada. Para ele, os alemães massacraram os judeus porque acreditavam que assassinar o povo hebreu era algo necessário e correto e a base para essa crença seria o antissemitismo, desenvolvido em séculos de história alemã.

Trabalhando em torno dessa tese, o autor vai procurar demonstrar as origens do antissemitismo em torno do cristianismo e a sua lenta evolução de um padrão “religioso” – no qual havia aversão e discriminação, mas não se pregava

¹ Resenha de Goldhagen (1997). Publicado originalmente na *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37:321-327, 1999.

o extermínio e se abriam as portas da conversão) para outro “nacional” e cada vez mais “racial”, pelo qual o problema judeu só poderia ser resolvido com a sua eliminação do corpo nacional e racial alemão.

Para ele, o modelo antissemita alemão, com ênfase na periculosidade e na necessidade de eliminar os judeus, já estava plenamente desenvolvido na Alemanha do século XIX e início do XX. O regime nazista não teria criado, assim, o ódio aos judeus, mas se aproveitado de um sentimento antigo e espalhado pela sociedade alemã como um todo. Tanto seria assim que as leis antissemitas e o próprio Holocausto teriam sido integralmente apoiados na sociedade alemã, mesmo entre os grupos (católicos, conservadores etc.) que, por outros motivos, se opunham, ao menos parcialmente, ao Reich.

Hitler e o nazismo sempre teriam tido, ainda segundo Goldhagen, a intenção de fazer o genocídio. Apenas as condições objetivas teriam retardado o processo até o momento adequado, quando então o massacre dos judeus se tornou a prioridade número um do regime.

O livro procura ressaltar à exaustão que os alemães foram cruéis até o último segundo. Que não eram burocratas executando ordens. Odiavam. Que não foram enganados. Tinham consciência e apreciavam o que faziam. Que não foram coagidos. Eram voluntários. E que, especialmente, os carrascos não eram simplesmente as SS, mas militares, policiais, alemães comuns, os “carrascos voluntários” de Hitler.

A abordagem de Goldhagen é muito interessante em vários aspectos. Em primeiro lugar, a ideia de parar de estudar a máquina de morte alemã na voz passiva, como se ela fosse apenas uma estrutura mecânica, sem homens de carne e osso que a faziam funcionar, e estudar as motivações desses homens é muito importante para recuperar o seu papel (e a sua culpa) em um processo em que eles não eram, sem dúvida, cem por cento passivos.

O livro também cresce ao ressaltar o papel das ideias e das mentalidades no fazer-se histórico. De fato, é uma realidade que o extermínio dos judeus foi realizado contra toda a lógica das necessidades militares e econômicas e é possível até imaginar que o uso racional da mão de obra judia na economia e nas forças armadas poderia ter levado a Alemanha à vitória na guerra. Em nome

da necessidade de eliminar o grande inimigo (cem por cento imaginário, sem dúvida) da raça alemã e de atender o leitmotiv de sua ideologia e uma das bases de sua estrutura mental (o “perigo judeu”), os nazistas podem, paradoxalmente, ter destruído as suas próprias chances de vitória. Nesse sentido, os carrascos não eram, certamente, totalmente passivos e a grande maioria devia considerar que fazia o correto e o justo, por mais repugnante que isso possa parecer.

Pensando nessa direção, a ideia assustadora levantada pelo autor de que os nazistas foram, talvez, os maiores revolucionários modernos, não deve ser descartada. Eles não pensavam, realmente, em apenas resolver questões de classe e poder, mas em reverter a moral europeia, arrasar a herança do moralismo cristão e do humanismo iluminista e criar um mundo baseado na biologia, na raça, na dominação e no ódio.

Apesar desses pontos positivos, várias das teses de Goldhagen podem ser questionadas. Que havia uma base cultural de séculos que facilitou e muito o trabalho dos nazistas e que eles não criaram e impuseram o antissemitismo, é algo evidente, mas é grandemente duvidoso que esse antissemitismo tenha sido tão generalizado e genocida como ele propõe.

Com efeito, suas provas de que o antissemitismo era absoluto e incontestável na Alemanha; de que o povo alemão estava total e completamente consciente do que ocorria e aprovando tudo sem hesitação² e de que toda pessoa que compartilhasse de algum traço de antissemitismo (por mais leve que fosse) era um genocida pronto a atuar quando as condições fossem propícias são muito falhas e não refletem a realidade histórica.

Não sejamos ingênuos. É verdade que a ideia, correta para muitas pessoas, de que os judeus deviam morrer, colaborou para o Holocausto e que, muito provavelmente, as resistências teriam sido muito maiores se, para usar o exemplo do autor, tivesse sido o povo dinamarquês o escolhido para vítima. Esse antissemitismo, porém, era comum à grande parte da Europa e o autor não consegue provar que o alemão era tão particularmente genocida como ele deseja demonstrar.

² Que não havia total ignorância, é evidente até pela própria magnitude do evento. Ver, por exemplo, Laqueur (1981).

Diferenças nacionais frente ao antissemitismo certamente existiram e determinaram reações diferentes frente ao desejo nazista de exterminar o judaísmo europeu (ver o colaboracionismo báltico ou romeno e a resistência italiana e dinamarquesa), mas não há nada que indique que apenas o alemão, apesar de fortíssimo e com suas peculiaridades (Tucci Carneiro, 1988; Poliakov, 1985; Sorlin, 1974), tinha o ethos cultural que levaria inevitavelmente ao genocídio.

A particularidade da Alemanha nazista, na realidade, é que um grupo particularmente radical e disposto a implantar seus ideais (e dentro dos quais a eliminação do “perigo judeu” atingia uma importância única) assumiu o poder (e não o fez certamente, ao contrário do que propõe o autor, apenas pelo seu antissemitismo) e não só permitiu, como estimulou ao extremo a criação de uma máquina da morte que foi dirigida com especial ênfase e crueldade aos judeus, mas que podia ser transferida (e o foi) contra outros povos e até mesmo contra os próprios alemães, se isso fosse necessário para a manutenção do poder e a criação do “mundo novo” nazista³. Goldhagen apenas consegue isolar o elemento que explica o “tratamento especial” dado aos judeus⁴ e não aquele capaz de nos fazer compreender a “máquina da morte” nazista como um todo.

Nesse sentido, nos parece que, apesar das objeções de Goldhagen, as informações e reflexões de Hannah Arendt (1983) e Christopher Browning (1992) sobre como muitos dos mentores e agentes do extermínio não eram necessariamente antissemitas extremados, mas principalmente fiéis funcionários da Alemanha que cumpririam quaisquer funções – com maior ou menor entusiasmo - para os quais fossem designados, continuam válidas. Sendo assim, o extermínio dos dinamarqueses, por exemplo, teria suscitado muito menos entusiasmo e muito

3 O caso do extermínio dos doentes mentais alemães é, nesse sentido, exemplar. Goldhagen tem razão, porém, em recordar como o massacre dos alemães levantou muito mais protestos na Alemanha do que o dos judeus. Ver Cytrynowicz (1990: 47-56) e Burleigh (1995).

4 Ele demonstra com razoável eficiência (ainda que ignorando a brutal violência e crueldade nazista contra os escravos e ciganos, por exemplo, e subestimando o fato, sobre o qual ele é plenamente consciente, de que a crueldade nos campos não era, muitas vezes, derivada apenas de motivações cognitivas, mas também de uma estratégia cuidadosamente pensada para instituir a dominação e a submissão) que realmente os judeus foram o povo escolhido não para o trabalho escravo e a morte e a violência ocasionais, mas para o extermínio e a crueldade totais. Ainda assim, e ainda que os séculos de antissemitismo tenham influência clara nessa situação, esquecer o papel da “pirâmide racial nazista” na determinação dos níveis “aceitáveis” de violência e extermínio em relação à cada grupo é problemático.

mais resistências do que o dos judeus, sem dúvida, mas, se fosse esse o interesse dos dirigentes do Terceiro Reich, teria sido certamente realizado.

Também é bastante questionável a sua convicção (compreensível dentro do seu esforço para demonstrar o massacre dos judeus como efeito natural do antissemitismo alemão) de que o Holocausto estava permanentemente nas mentes de todos os alemães desde sempre. Que muitos alemães, desde o século XIX, e, especialmente, muitos nazistas (incluindo Hitler), pensavam com frequência na idéia de exterminar os judeus e esperaram o momento propício para isso, é perfeitamente aceitável. É difícil acreditar, porém, que essa ideia tenha estado sempre tão presente na mente de todos os alemães e mesmo na de todos os nazistas e que soluções outras não tenham sido cogitadas. Mais provável é que a evolução das condições históricas tenha feito a cúpula nazista decidir pela “solução final” e não que eles tenham simplesmente esperado essas condições para implementar um plano decidido desde sempre (Burrin, 1990).

A incapacidade (ou falta de vontade) do autor em fazer distinção entre, por exemplo, os iluministas alemães do XIX interessados em assimilar pacificamente os judeus e ferozes antissemitas genocidas como, por exemplo, Streicher também é frustrante. Ao reunir em uma categoria única (determinada pela cultura alemã) todas as pessoas que tenham tido algum tipo de pensamento ou ação antissemita, isolá-las de seus contextos e ignorar o antissemitismo fora das fronteiras da Alemanha, ele acaba negligenciando o próprio papel e a própria culpa das elites nazistas e dos genocidas verdadeiros, pois, se levarmos o seu raciocínio ao extremo, o Holocausto não teria sido mais do que a expressão da essência da alma alemã. Voltamos à “voz passiva” de onde tínhamos tentado sair.

O livro também tem inconsistências metodológicas evidentes e é irritantemente repetitivo, como que desejando convencer o leitor pelo cansaço da validade de suas teses. Entre essas inconsistências, as mais gritantes são a generalização, as simplificações, a colocação de fatos fora do contexto e a ignorância de dados que poderiam contradizer a tese principal.

A partir de alguns exemplos de antissemitismo dos carrascos (certamente verdadeiros), assim, ele generaliza para todo o povo alemão, sem dar virtualmente

nenhum indício consistente de que essa generalização era possível⁵ e recusando fontes que fornecem indícios em contrário.⁶ No decorrer do próprio livro, além disso, são contínuos os momentos em que, para demonstrar o antissemitismo generalizado e absoluto dos alemães, ele cita exemplos que acabam por contradizê-lo.⁷ São problemas que afetam a credibilidade do trabalho.⁸

O livro, além disso, procura se mostrar como totalmente inovador ao trabalhar as motivações dos carrascos e como a resposta definitiva ao problema do Holocausto, o que não é.⁹ Em grande parte, ele não passa da recuperação de velhos textos, o que nos impede de aceitar que ele seja o suprassumo da historiografia que o autor o considera. Ele é útil ao isolar, ainda que de forma problemática, um elemento (o antissemitismo) que fez dos judeus a grande vítima da máquina da morte nazista, mas é incapaz de trabalhar com o conjunto que fez dessa máquina um perigo para todo o mundo, incluindo judeus, não judeus e até alemães.

5 Ainda assim, sua demonstração de que os agentes do Holocausto não eram apenas os membros das SS e que incluíram muitos alemães comuns é convincente e merece ser destacada como lembrança do nível de envolvimento do povo alemão com o nazismo. Só nesse sentido é que a “culpa geral do povo alemão” poderia ser aceita.

6 Ver o diário do judeu alemão Viktor Klemperer, no qual há vários exemplos de alemães solidários com os judeus (subutilizado no livro) ou, para ficar em exemplos mais conhecidos da mídia, os casos de Edward Schultze e Oskar Schindler. Ver Klemperer (1998); Laqueur e Breitman (1987) e o filme *A lista de Schindler* de Steven Spielberg.

7 O mais gritante é o das páginas 371-372, nos quais ele mostra prisioneiras judias, em plena “marcha da morte”, sendo impedidas de receber alimentos ofertados pela população das pequenas aldeias alemãs por onde elas passavam. Um bom exemplo de como os guardas, muitos deles “alemães comuns”, não apreciavam (para dizer o mínimo) os judeus e desejavam puni-los, mas dificilmente um bom indício de que o antissemitismo era tão absoluto como o que ele propõe.

8 Para uma análise detalhada dos problemas metodológicos do livro de Goldhagen, ver Finkelstein e Birn (1998).

9 Christopher Browning e Raul Hilberg, por exemplo, já haviam trabalhado a questão das motivações dos carrascos, mas se concentrado nas circunstâncias que haviam feito “bons pais de família alemães” se tornarem genocidas, incluindo preocupações antissemitas, mas não propondo um antissemitismo absoluto como motivação única. Ver Browning (1992) e Hilberg (1973).

A INDÚSTRIA DO HOLOCAUSTO¹⁰

Em todo o mundo, centenas, se não milhares, de livros sobre o Holocausto são publicados todos os anos. A maioria deles não traz nada de novo e caem no esquecimento. Alguns, porém, tendem a causar imensa polêmica, extrapolando as fronteiras do mundo historiográfico e atingindo um público maior. Foi o que aconteceu com o trabalho de Daniel Goldhagen anos atrás e que se repete agora, com o presente livro de Norman Finkelstein .

Sua tese é provocante. O Holocausto teria se transformado em um mito e em uma indústria. O mito serviria para exibir como vítimas o grupo étnico mais bem sucedido da sociedade americana e uma das maiores potências militares do mundo (e, na visão do autor, uma potência que oprime suas próprias minorias), ou seja, o Estado de Israel. Além disso, o endosso americano a esse mito permitiria aos Estados Unidos esquecer-se de seus próprios perseguidos e de seus próprios massacres (como o dos afroamericanos e dos povos indígenas). Já a indústria do Holocausto serviria para chantagear os bancos suíços, as empresas alemãs, os governos do Leste Europeu e quem mais se apresentar em busca de indenizações milionárias, que serviriam para enriquecer as elites judaicas e mal chegariam aos verdadeiros sobreviventes do Holocausto.

É importante observar que o autor não é, de forma alguma, um negacionista neonazista que nega o massacre dos judeus. Pelo contrário. O que ele propõe é que, acima do fato histórico inegável e totalmente inaceitável do massacre judaico, para uma interpretação dele que foge da realidade e serve apenas aos interesses da elite judaica americana, apresentados acima. Nesse sentido, ele propõe inclusive que se use o termo holocausto para designar o genocídio nazista e Holocausto para identificar a construção ideológica que veio depois.

Escrito em formato de ensaio, quase beirando ao panfleto, o livro tem um tom polêmico, não poupando munição contra seus possíveis opositores e visando especialmente, aliás, um recente rival de Finkelstein (Daniel Goldhagen) e a figura de Elie Wiesel. Esse tom panfletário seria até aceitável como opção do autor se o livro não pecasse por imensas falhas metodológicas. Ao percorrer-se suas

10 Resenha de Finkelstein (2001). Publicado originalmente na *Revista Pós História*, n. 10: 297-300, 2002.

páginas, tem-se a impressão de que estamos diante de uma grande conspiração, cuidadosamente engendrada para alterar a realidade e criar uma versão diferente dos fatos. Uma possibilidade, claro, mas o problema é que o autor não levanta elementos empíricos suficientes para comprovar essa tese. Assim, seu livro tem tantas falhas argumentativas quanto a versão da História que ele pretende combater e não há motivo para dar crédito a ele: dificilmente podemos aceitar que temos um grande plano em curso para criar e manter uma versão especial dos acontecimentos relativos ao Holocausto.

Um pequeno exemplo pode explicitar esse problema do livro. O autor considera muito estranho o dilúvio de exposições, filmes, museus, livros e programas de TV relativos ao Holocausto judeu, enquanto o massacre dos ciganos, por exemplo, é ignorado. Para ele, uma prova de um plano maquiavélico que quer reservar o “privilégio” da herança do massacre unicamente aos judeus. Posição de difícil defesa, sendo que nos parece muito mais razoável atribuir essa discrepância à riqueza e à influência da comunidade judaica americana na mídia e na Academia daquele país do que a algum plano pré-determinado.

No entanto, algumas das questões que ele levanta merecem alguma reflexão. Mesmo sem a existência de um plano organizado, há muito a imprensa publica denúncias sobre a “indústria das indenizações” da Segunda Guerra e é comum observarmos, na mídia, pessoas recebendo insinuações de antissemitismo pelo simples fato de observarem como a presença de judeus entre as elites financeiras e intelectuais de grande parte do mundo é desproporcional ou que Israel exerce algum grau de opressão sobre os palestinos. Ou seja, apesar de não conseguir convencer o leitor de seu argumento conspiratório, Finkelstein está correto quando afirma que a arma do Holocausto é muitas vezes sacada quando críticas ao comportamento dos judeus como grupo social ou ao Estado de Israel se tornam incômodas. Se o crítico tem sobrenome alemão, então, a associação com o nazismo é automática e leves críticos se transformam imediatamente em antissemitas prontos ao massacre. Talvez ele esteja correto, assim, em chamar a atenção para esse ponto.

Como historiador, porém, parece muito mais relevante discutir dois temas que ele levanta em seu texto e que são de grande relevância para entendermos melhor as construções posteriores que foram feitas sobre o Holocausto.

Segundo Finkelstein, há dois aspectos que os construtores da “Indústria do Holocausto” não podem permitir que sejam questionados: que o Holocausto é um acontecimento único na História, um verdadeiro divisor de águas na história e que ele é um acontecimento explicável apenas pelo eterno ódio dos não judeus pelos judeus. Para ele, esses dois elementos permitiriam aos judeus e a Israel um direito único sobre os outros povos e os imunizaria a críticas e censuras. Admitir que o Holocausto não foi o marco divisor da história humana e que ele tem explicações racionais privaria as elites judaicas de um precioso “capital moral” que deveria ser defendido a qualquer custo.

Como dito anteriormente, é difícil concordar com a ideia de Finkelstein de que esses elementos estejam sendo usados tão claramente com fins instrumentais. Por outro lado, não é tão problemático concordar que eles estão presentes em alguns discursos e que podem ser questionados historicamente.

Realmente, é difícil identificar, no Holocausto, um marco absoluto na história humana. Um episódio catastrófico, sem dúvida, e cujas características particulares (como seu caráter industrial e sua origem em uma ideologia de Estado) em comparação aos massacres nunca ausentes da história humana (como o dos armênios do Império turco em 1917) indicam absoluta necessidade de rememoração constante. No entanto, apesar de não ser um “pequeno detalhe” na história (como querem os revisionistas), talvez não seja o marco historiográfico central do nosso século, a não ser, certamente, para comprovar até onde o homem pode ser lobo do próprio homem.

Também não convence o dado de que o Holocausto seria algo irracional e derivado apenas do antissemitismo eterno dos ocidentais pelos judeus. Se entrarmos na cabeça dos líderes e carrascos nazistas (o que não significa concordar com eles), o Holocausto se torna algo lógico e racional e que o antissemitismo não é o único elemento a ser levado em conta, é algo facilmente comprovável quando se recorda que os nazistas assassinaram também, industrialmente, parte substancial do povo cigano, dos seus inimigos políticos e os seus próprios deficientes mentais. O problema do nazismo era lidar com o “outro” e sua máquina da morte podia se voltar contra tudo e todos que comprometessem seu ideal de mundo. O antissemitismo explica porque os judeus foram as grandes vítimas dessa máquina, mas não a diseca por completo.

O livro de Finkelstein, assim, tem o mérito de levantar problemas e questões que podem servir para denunciar abusos da memória das vítimas do Holocausto e compreender melhor esse acontecimento. Infelizmente, porém, suas teses também podem ser interpretadas como uma prova de que os judeus são maquiavélicos e dedicados exclusivamente ao dinheiro e à mentira, fornecendo imensa munição aos neonazistas. Seria lamentável que, na sua cruzada para recuperar a moralidade da memória do Holocausto, o livro de Finkelstein servisse para a criação de um novo “Protocolos dos Sábios de Sião”, o que apenas indica como o problema do Holocausto ainda tem capacidade de mobilizar pessoas e ideias mesmo cinquenta anos depois e o cuidado que devemos ter ao trabalhar esse tema.

NEONAZISMO, NEGACIONISMO E EXTREMISMO POLÍTICO¹¹

Em agosto de 2000, foi organizado, pela UFRGS e por diversas entidades da sociedade civil gaúcha, um Simpósio Internacional sobre Neonazismo, Revisionismo e Extremismo Político, discutindo questões de mais alta relevância dentro do panorama histórico e político contemporâneo. Agora, oportunamente, tais trabalhos estão sendo apresentados ao grande público na forma impressa.

Os textos do livro abordam assuntos variados, incluindo temas como a presença do nazismo no Brasil dos anos 1930 ou a ideologia desse movimento. Também há abundante material sobre o neonazismo, com discussões pertinentes sobre o caldo cultural contemporâneo que permite a esses grupos reaparecer e as ligações entre novos e velhos fascistas.

Discussões mais teóricas também não faltam, como o trabalho de Héglio Trindade, onde ele demonstra como o uso generalizado do conceito de “fascismo” nos anos 1960 e 1970 é analiticamente incorreto, o que nos ajuda a romper visões cristalizadas como a de que o regime de 1964, por exemplo, fosse fascista. Por outro lado, como o próprio Trindade levanta em outros trabalhos (Trindade, 1994), a relação entre os ex-integralistas e adeptos do Estado Novo com o regime militar ainda está por ser esclarecida e a informação de Jair Krishke, presente no livro, de que vários dos líderes neonazistas e revisionistas (como Sérgio Oliveira e Marco Polo Giordani) são ex-membros dos aparatos de segurança do regime militar apenas indica novos laços de continuidade dentro do mundo da direita nacional que mereceriam ser melhor investigados.

Na minha opinião, contudo, o ponto forte do volume é a análise do negacionismo. Em síntese, os autores (especialmente Luís Milman, Dietfrid Krause-Vilmar e Roney Cytrynowicz) nos introduzem ao filão de pensamento que procura reabilitar os regimes fascistas, e, em especial, o nazismo, através da negação do seu crime mais bárbaro, a saber, o Holocausto. Eles apresentam um pormenorizado histórico dos representantes desse grupo (Raissinier, Faurisson, Irving, Garaudy e outros) e demonstram as várias gradações das suas ideias, ou seja, desde aqueles

¹¹ Resenha de Vizentini; Milman (2000). Publicado originalmente em *Anos 90*, n. 15: 157-162, 2002.

que negam pura e simplesmente que o massacre dos judeus tenha ocorrido até aqueles que diminuem a sua dimensão ou relativizam a culpa dos alemães a partir de exemplos de barbarismo do lado dos vencedores. Relativização e negação pura e simples seriam, de qualquer forma, as chaves teóricas do negacionismo.

De especial interesse me parece o extremo cuidado dos autores em demonstrar os mecanismos pelos quais se constrói o discurso dos negacionistas. Eu ainda me recordo quando, no final dos anos 1980, encontrei pela primeira vez (em um lugar tão pouco provável como a Rodoviária de Campinas) os livros de Castan, Sérgio Oliveira e outros. Mesmo sendo um estudante que apenas se iniciava nos estudos de História, algo me pareceu estranho no tipo de lógica e na metodologia de uso de documentos que eles empregavam e demorei para conseguir compreender todos os truques que eram utilizados. Por isso, sempre achei que faltava um texto acessível, em português, que facilitasse esse trabalho. Esboços já haviam aparecido¹², mas o trabalho de Dietfrid Krause-Vilmar, especialmente, é muito mais didático e completo.

Ele trabalha, por exemplo, com a alegação negacionista de falta de fontes para reconstruir o Holocausto (totalmente inverídica); com a técnica de negar todo um testemunho ou documento a partir de um simples erro periférico ou da suspeita sobre o testemunhante; com o artifício de extrair citações e detalhes do contexto, gerando conclusões pensadas a priori etc., permitindo-nos entender melhor os artifícios dos negacionistas.

Agradou-me especialmente o trabalho em anular a lógica ilógica do negacionismo, ou seja, a criação de dicotomias sem sentido (“quem foi mais perverso? Hitler ou Stalin?”), de malabarismos na análise de detalhes técnicos e de documentos (“se Hitler nunca assinou um papel ordenando o Holocausto, ele jamais ordenou o massacre”) ou de analogias absurdas (“se eu concordo que o bombardeio de Dresden foi um massacre de civis sem sentido, então devo concordar que os alemães e aliados são igualmente culpados ou igualmente inocentes”).

Esse último ponto é especialmente importante dentro do debate entre os historiadores. Eu posso concordar que o regime de Stalin foi tão brutal quanto

¹² Ver, por exemplo, Cytrynowicz (1990: 153-157) e Cruz (1997); Lopez, 1992: 135-166 e o fundamental livro de Vidal-Naquet (1988). Evidentemente, a bibliografia em inglês, francês ou alemão é imensa.

o de Hitler ou que os americanos cometeram atrocidades no Vietnã sem que, necessariamente, isso inocente o nazismo dos seus crimes. Mas os negacionistas trabalham com uma outra lógica, uma lógica de extremos, de aceitação ou negação total de argumentos, a qual tem um potencial danoso. Veja-se, por exemplo, o recente livro de Norman Finkelstein (2001), comentado nessa mesma coletânea, em que ele questiona o uso exagerado do tema do Holocausto pelas elites judaicas e pelo Estado de Israel, que teriam criado um mito para consumo político a partir do massacre dos judeus. A meu ver, uma reflexão com pontos válidos e que nem se aproxima de um negacionismo que afirme que o Holocausto não existiu ou que não foi uma catástrofe humana. No entanto, já imagino negacionistas felizes com a ideia de que os reparos pontuais do historiador americano sejam provas de que os nazistas eram santos e de que os judeus manipulam o mundo para atingir seus fins.

Os autores representados no livro cumprem, assim, seu papel de negar aos negacionistas os seus argumentos e têm razão em não permitir que eles divulguem suas ideias sem contestação. A liberdade de expressão deve ser preservada, mas não em prejuízo da verdade.

No entanto, dois pontos poderiam ter sido, a meu ver, aprofundados dentro da coletânea. O primeiro é uma discussão maior do valor da verdade dentro da História. Todos os autores concordam que o negacionismo não é uma corrente historiográfica, já que não cumpre os requisitos mínimos (em termos, como demonstrado, de rigor científico) para tanto e Cytrynowicz é um dos mais incisivos nesse sentido quando afirma que quem nega o Holocausto nega a camada mínima de fatos objetivos sobre a qual se cria o debate histórico. Impossível não concordar com ele. No entanto, acredito que a discussão poderia ter sido mais aprofundada na direção do problema do relativismo pós-moderno. Não acredito que existam muitos pós-modernos que afirmem que o Holocausto nunca ocorreu ou que os portugueses jamais estiveram no Brasil, mas talvez eles tenham colaborado para “abrir o flanco” da História para interpretações que queiram caminhar nessa direção. Talvez fosse necessário para alguns historiadores rever seus conceitos e recordar que História é debate, é renovação, mas que nem tudo nela está sujeito à interpretação e à relativização e que conceitos caros aos

nossos colegas do século XIX como “verdade/mentira” e “documento verdadeiro/documento falso” talvez não estejam tão fora de moda assim.¹³

Em segundo lugar, acredito que teria sido útil acrescentar ao volume alguns textos sobre algumas interpretações históricas mais elaboradas e com base empírica e interpretativa mais consistente, mas que também colaboram para a tarefa de reabilitar, de algum modo, os regimes fascistas. Em especial, as correntes de De Felice na Itália e Ernest Nolte na Alemanha poderiam ter sido exploradas. Não são negacionistas e são historiadores sérios com os quais é possível debater. No entanto, suas ideias fornecem argumentos tais para a direita que não deveriam ter sido esquecidos no presente volume.

Ernest Nolte, por exemplo, apesar de não negar o Holocausto, defende que tanto ele como o nazismo foram reações às atrocidades do bolchevismo; uma autodefesa dentro da guerra ideológica europeia de 1914 a 1945. Não haveria motivos, assim, para os alemães não assimilarem o nazismo em sua história e abandonarem a sua culpa coletiva. Posição de difícil defesa, que levou a ásperos debates na Alemanha (a famosa *Historikerstreit* nos anos 1980¹⁴) e conduz, evidentemente, a um reforço do conservadorismo no país. Curiosamente, parece se sustentar em uma argumentação parecida com a dos negacionistas “brutos” (apesar de muito mais sutil e bem elaborada), como as analogias e dicotomias já mencionadas, além de uma base empírica muito limitada.

Na Itália, a corrente de Renzo de Felice também trabalhou em um tipo de reabilitação do fascismo, no caso, o italiano. Mesmo sem ter o Holocausto como problema central, o esforço foi considerável. A corrente de historiadores em torno de De Felice lutou por décadas para demonstrar, entre outros pontos, como o fascismo de Mussolini era oriundo de bases culturais diferentes das do nazismo,

¹³ Nesse aspecto, um outro texto que merece ser citado é Shermer e Grobman (2000), no qual os autores utilizam a negação do Holocausto como maneira de discutir a relação entre História e Pseudo-História. Eles apresentam a “convergência de evidências” (documentos, restos materiais etc., utilizados com critérios reconhecidos) como o diferencial entre as duas e atacam justamente a proposta do relativismo pós-moderno de que é impossível conhecer a verdade sobre algo porque todas as investigações e todos os investigadores são subjetivos. Isso abriria as portas para a Pseudo-História, pois não haveria padrões objetivos, nessa perspectiva, para avaliar e hierarquizar as diferentes visões do passado.

¹⁴ Um resumo bastante detalhado de toda a *Historikerstreit*, em português, está em Kuperman (1992: 13-30). Nesse mesmo livro, há material extra sobre os revisionistas e os neonazistas brasileiros.

incluindo uma origem na esquerda e uma perspectiva de sociedade muito menos radical do que a nazista. Não sendo comparável ao nazismo, não haveria motivos para associar o fascismo italiano aos crimes nazistas ou à eclosão da Segunda Guerra Mundial, o que evidentemente faria muitos neofascistas dormirem muito mais tranquilos.

De Felice e seus discípulos têm razão quando procuram demonstrar que os projetos fascista e nazista eram diferentes, mas superavaliam tais diferenças a ponto de impedir a formação de uma teoria geral do fascismo, o que não se sustenta. O destaque que eles dão à diferença entre fascismo movimento e fascismo regime também é aceitável, mas não nos termos deles, como o segundo não tivesse tido nada a ver com o primeiro. Do mesmo modo, a origem de esquerda de parte das ideias do fascismo italiano (oriundas especialmente do sindicalismo revolucionário), apesar de ser um traço muito particular desse dentro do universo fascista, foi esquecida sem muitos problemas quando o regime assumiu uma perspectiva centralmente de direita. Um problema central da teoria de De Felice, além disso, é algo comum aos negacionistas “brutos”, ou seja, uma metodologia de análise histórica que tende a confundir discurso com prática e interpretar documentos literalmente, sem encaixá-los em um contexto.¹⁵

No fundo, a ideia de De Felice é desacreditar o paradigma antifascista sobre o qual foi fundada a República italiana no pós Segunda Guerra Mundial e, separando o fascismo dos crimes nazistas e destacando as qualidades da parte “boa”, mais conservadora, do regime, reabilitar ao menos parte das suas ideias. Com os neofascistas e Berlusconi no poder, não é impossível acreditar que eles tiveram algum sucesso. Uma reabilitação do passado fascista que não se limita à Itália¹⁶, não chega aos extremos dos negacionistas e com a qual é possível aprender alguma coisa e discutir, mas que também tem implicações políticas claras e perigosas, apesar da intensa argumentação desenvolvida por seus adeptos (especialmente De Felice) de que eles não visam mais do que o debate científico. Uma razão a mais para incluí-los no debate proposto pelo Encontro e na presente coletânea.

15 Para críticas à visão de fascismo de De Felice, ver Tranfaglia (1995: 663-673).

16 Uma útil coletânea de textos analisando esse problema em vários países europeus está em Bosworth (1993).

Concluimos com uma nota otimista. Uma das maiores ironias do negacionismo é que os nazistas autênticos seriam os primeiros a se orgulharem do que fizeram e ficariam, muito provavelmente, irritados com aqueles que negassem a eles a glória de ter erradicado da Terra os impuros e inferiores. O fato dos seus herdeiros terem que se desdobrar para provar o contrário e, assim, tentar uma ressurreição política, pode indicar que a sensibilidade da humanidade melhorou no tocante a essas questões. Apenas uma esperança, mas que só será confirmada no futuro. Por agora, resta ressaltar a qualidade de um livro cujo teor pode ser questionado ou aprofundado, mas não ignorado pelos que se interessam pelo tema. Resta parabenizar os autores e a sociedade gaúcha pela iniciativa.

TERRA NEGRA: O HOLOCAUSTO COMO HISTÓRIA E ADVERTÊNCIA¹⁷

O livro de Snyder (*Black Earth* no original) é mais um representante da vertente historiográfica que procura compreender o genocídio dos judeus por parte da Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial por meio de uma visão cultural e de história das ideias, no limite de uma abordagem antropológica. A proposta é a de compreender o acontecido com base no mundo das ideias e mitologias dos próprios nazistas, a partir daquilo que eles imaginavam estar fazendo, suas motivações e preconceitos.

Na sua avaliação, o mundo mental nazista estava intimamente ligado à ecologia e a uma visão radical do darwinismo social. As raças humanas estavam em uma guerra total pela sobrevivência em um mundo em que os recursos - especialmente, a terra, fonte dos alimentos - eram escassos. Quaisquer sentimentos ou solidariedade deviam ser esquecidos, pois a competição sem limites era uma lei da natureza e só os mais fortes e impiedosos sobreviveriam. Hitler, nesse sentido, teria rompido radicalmente com a tradição humanista que afirmava que os homens são diferentes dos animais e da natureza por serem capazes de imaginar e criar formas de associação além da concorrência e da disputa.

O darwinismo social, em suas várias formas, foi uma constante no pensamento político e social do século XIX, atingindo, por exemplo, os liberais e até mesmo alguns socialistas. O nazismo, contudo, o levou ao limite, pois a luta implacável contra os inimigos passou a ser vista como um fim em si mesmo, aquilo que dava sentido à vida. Sobreviver em um mundo ecologicamente limitado seria para os fortes e apenas para eles.

Essa era a realidade histórica e natural, a qual teria sido escondida pelos judeus. Esses eram uma não-raça, incapaz de competir honesta e violentamente pela sobrevivência. Dessa forma, eles teriam trabalhado nas sombras para criar conceitos e perspectivas (o cristianismo, o humanismo, o socialismo etc.) que escondiam a realidade e enganavam os homens com a ilusão de que podiam se separar das duras leis naturais. Todos os princípios morais e éticos existentes

17 Resenha de Snyder (2016). Publicada originalmente em *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 94: 1-5, 2017.

serviriam apenas para impedir que os superiores dominassem os inferiores, como era devido. Eliminar os judeus significaria recolocar a humanidade dentro da ordem natural, o que seria o desígnio de Deus.

No contexto pós-1918, os fatos pareciam indicar a realidade da mitologia. Os alemães, a raça superior, só haviam sido derrotados por causa da força dos ideais humanistas e universalistas judeus. Em um novo conflito, no qual os alemães novamente exerceriam seu direito de conquista dos outros, os judeus também deveriam ser exterminados, para garantir que a Alemanha vencesse e que as leis naturais voltassem a dominar a Terra. Sem os ideais do judaísmo, as nações estariam livres para a guerra total de todos contra todos e, nessa luta, a vitória germânica seria inevitável.

A hipótese de Snyder é, com certeza, muito interessante, pois só entendendo o mundo mental nazista, seus preconceitos e imagens, é que podemos compreender o massacre sistemático de milhões de pessoas sem razões militares, econômicas ou de segurança que as explicassem.

O foco do autor no mundo mental e mitológico, contudo, o faz superestimar esses aspectos e congelá-los no tempo. A proposta de eliminar todos os judeus da face da Terra por motivos ecológicos ou metafísicos pode ter se consolidado e ter força explicativa, por exemplo, após 1939, quando a guerra e a conquista da Polônia e de parte da União Soviética amplificaram o “problema judeu” nas mentes nazistas. Para o período anterior, apesar do antissemitismo evidente, a perspectiva era de forçar a emigração dos judeus ou de excluí-los da vida alemã, e não de eliminá-los até o último homem.

Do mesmo modo, o foco na mitologia e no discurso faz Snyder esquecer o mundo real por trás dele. O autor menciona, por exemplo, que o pensamento nazista era circular e tão fechado que não aceitava a hipótese de que a ciência poderia mudar o meio ambiente e fornecer alimentos a todos. Para ele, aceitar essa hipótese significaria admitir que haveria alternativas para a luta sem tréguas por terras aráveis e, portanto, ela seria descartada de imediato.

Isso não é automaticamente incorreto em linhas gerais. No entanto, não apenas o regime não era tão avesso aos avanços da ciência agrônômica como Snyder sugere, como ele esquece que a questão ia muito além do abastecimento

alimentar. O imperialismo alemão, desde o fim do século XIX, procurava não apenas fontes de alimentos, mas também as matérias-primas necessárias para manter seu capitalismo industrial. Uma revolução no campo poderia fornecer os alimentos para sustentar os alemães, mas não o ferro, o petróleo e outros produtos necessários para esse capitalismo. A Alemanha Ocidental pós-1945 resolveu isso se incorporando ao sistema global montado pelos Estados Unidos.

Já no mundo de Hitler, apenas a invasão da União Soviética daria conta do problema, e a bandeira da sobrevivência alimentar (apesar da sua importância crucial, especialmente depois da trágica experiência do bloqueio naval britânico na Primeira Guerra Mundial) também foi, em boa medida, apenas isso, um discurso para sustentar interesses muito maiores. O mesmo se poderia dizer do mito bolchevique-judaico, que era visto como real, determinou políticas e engendrou massacres, mas que também era uma cobertura para os interesses imperialistas alemães no Leste europeu, os quais já existiam no século XIX e mesmo antes, quando o comunismo ainda não era uma questão. O foco no discursivo, no mental, nos impede de ter essa consciência de que o material e o ideológico se associam e se articulam.

Um ponto interessante no livro é o estudo da política de vários Estados do Leste europeu - como a Polônia - no período entre as duas guerras mundiais, o que é pouco conhecido no Brasil. Sua hipótese de que a Polônia poderia ter sido uma aliada de Hitler em nome do anticomunismo e do antisemitismo é pouco crível, dado que os poloneses eram alvo privilegiado do racismo nazista. Mesmo assim, sua exposição das facetas e dos meandros do relacionamento entre Varsóvia e Berlim é de muita utilidade para o leitor.

Outro aspecto relevante na obra é o destaque que dá à ausência do Estado como algo fundamental para sustentar ações genocidas ou de extrema violência por parte dos nazistas. Na Alemanha já haviam sido criados, na sua percepção, áreas sem Estado, onde o partido e as SS (Schutzstaffel) tinham carta branca para agir, como os campos de concentração. Do mesmo modo, privar os judeus alemães da sua cidadania, ou seja, da proteção do Estado, tinha sido um pré-requisito para acelerar a perseguição a eles.

No Leste europeu, isso teria ido além, com a destruição total de Estados e a criação de áreas onde as SS e o NSDAP (Nationalsozialistische Deutsche

Arbeiterpartei) podiam agir sem freios. Para tanto, teria sido fundamental a atuação prévia da União Soviética. Ao ocupar a Polônia e os países bálticos e destruir os seus Estados, isso teria facilitado a tarefa de Hitler e o próprio genocídio dos judeus.

A proposta - que o autor defende à exaustão, até cansar o leitor - de que a destruição de um Estado e a privação dos direitos de cidadania a seus habitantes facilitavam a adoção de políticas radicais é bastante lógica. Do mesmo modo, pode-se aceitar a ideia de que o terror estalinista facilitou a conquista e a submissão de boa parte do Leste europeu pela Alemanha. O que incomoda é a facilidade com que Snyder acaba vendo intenções explícitas onde, provavelmente, houve apenas contingências. Chega a afirmar (p.141) que, quando Hitler assinou o Pacto Germano-soviético, já tinha consciência plena de que os comunistas eram especialistas na destruição de Estados e que, anos depois, ele se aproveitaria daquele trabalho. De forma implícita ou explícita, Snyder acaba por atribuir à União Soviética um papel ativo e direto na formatação do Holocausto, o que é, no mínimo, questionável. Stalin cometeu inúmeros crimes e, de forma indireta, pode ter colaborado para o horror nazista, mas não da forma direta (e anacrônica) apresentada pelo autor.

Uma das novidades do presente livro frente a outros que seguem uma abordagem teórica semelhante é seu esforço em retirar, da experiência histórica, elementos que nos permitam refletir sobre o nosso momento. A visão de mundo de Hitler e do nazismo se tornou realidade em um contexto específico, que não se repetirá, mas algo semelhante pode ocorrer e o livro é, em boa medida, uma advertência nesse sentido.

Para o autor, o mundo atual, globalizado, coloca a maioria das pessoas frente a contingências planetárias que elas não têm condições de compreender. Isso oferece o risco de elas aceitarem um diagnóstico simplista que explica o mundo com base em uma chave conspiratória, de desastre ecológico ou de outro tipo iminente. Em um momento em que o populismo de direita está a se fortalecer com essas bandeiras, sua advertência se torna bastante atual.

Também muito relevante a sua advertência - dirigida essencialmente ao público norte-americano, mas que pode servir a todos - de que há uma falta de entendimento sobre a relação entre a autoridade do Estado e o assassinato em

massa. Ao contrário da crença liberal, Snyder propõe - em sintonia com a proposta do livro - que é a ausência ou enfraquecimento do Estado que abre as portas para os massacres e a perda da liberdade, não o contrário. Um Estado sem freios é uma ditadura que tolhe liberdades, mas a ausência total do Estado é simplesmente barbárie.

Snyder indica, aliás, como a competição desenfreada do neoliberalismo se aproximaria do nazismo, sendo impressionantes as similaridades entre Hitler e Ayn Rand, uma das teóricas neoliberais: só a competição importa, e tudo o que a cerceia deve ser eliminado. Na minha visão, isso apenas indica a conexão entre nazismo e neoliberalismo dentro do campo da direita e sua valorização da competição e da hierarquia.

É possível pensar que esse caráter militante, de advertência moral, diminuiu o valor historiográfico do trabalho. Não é o caso, especialmente no mundo atual, no qual advertências como essas são mais do que bem-vindas. O livro tem problemas metodológicos e é tão focado nos aspectos mentais e mitológicos do nazismo que acaba por perder de vista o mundo material onde esses aspectos existiam. Mesmo assim, sua contribuição para a historiografia e a advertência moral que carrega fazem dele um livro que vale a pena ser lido.

UM MUNDO SEM JUDEUS¹⁸

No presente livro, Alon Confino, professor em Universidades nos Estados Unidos e em Israel, apresenta uma interpretação do nazismo e do genocídio judeu baseada, essencialmente, na perspectiva da história cultural e intelectual. O livro se insere, assim, em uma tendência historiográfica que busca dar sentido ao Holocausto a partir de uma visão antropológica, que visa entender os sentimentos, as perspectivas e a imaginação que conduziram à formatação de uma política de Estado genocida.

O esforço do autor, nesse sentido, não é o de reconstruir o que aconteceu, mas o que os nazistas *pensavam* estar acontecendo e que justificava suas ações e atitudes. Ele se propõe, assim, a entrar na mente nazista e investigar de que forma os alemães imaginavam um mundo sem judeus e porque isso seria positivo para a Alemanha e para o mundo.

Essa teria sido, na verdade, uma proposta que perpassou todo o regime, de 1933 a 1945. Os objetivos (expulsão, extermínio ou segregação) e os instrumentos (humilhação, confisco de bens, violência individualizada e, por fim, extermínio em massa) teriam variado no tempo, conforme a conjuntura e os acontecimentos, mas a meta maior teria sido estabelecida em 30 de janeiro de 1933, quando um projeto revolucionário de mudança da sociedade chegou ao poder: um mundo sem judeus era um objetivo desejável, uma meta realizável.

O nazismo, como todas as grandes ideologias modernas, prometia a redenção e um futuro perfeito, utópico, mas sua identificação do mal era mais imediata, física. O comunismo localizava o mal na exploração do trabalho e na luta de classes e prometia a redenção da sociedade sem classes. O liberalismo entendia que o mal estava na tirania política e sua redenção era a salvação individual através da realização pessoal e da busca da felicidade. Já o nazismo identificava o mal nos judeus e esse mal, ao contrário dos outros, podia ser eliminado fisicamente.

Nessa linha, Confino recusa a ideia de que o massacre sistemático dos judeus após 1939 tenha sido inesperado ou improvisado. O antissemitismo do

18 Resenha de Confino (2016). Publicada originalmente em *Esboços (UFSC)*, v. 26, n. 41: 206-213, 2019.

regime teria sido um *work in progress*, no qual instrumentos, táticas e estratégias foram sendo testados, recusados ou adaptados. Ninguém, obviamente, podia prever Auschwitz em 1933. No entanto, a partir do momento em que se começou a conceber como possível e necessária a extirpação do judaísmo e dos judeus da Alemanha, essa possibilidade já emergia.

Essa seria a radicalidade maior do nazismo: a primeira experiência de criação total de uma nova humanidade, de uma matriz histórica purificada de um passado maléfico através do extermínio de uma parte fundamental desse mesmo passado. Regimes revolucionários sempre tentaram se mostrar como livres do seu passado, como os jacobinos franceses ou os bolcheviques russos. Os nazistas, contudo, elegeram um passado palpável, de pessoas de carne e osso, cuja eliminação física significaria a redenção da própria Humanidade.

Na concepção de Confino, o nazismo era uma proposta revolucionária, nova, que pretendia reescrever a história alemã e europeia e criar uma nova moralidade e um novo sentido para o mundo. Nesse projeto, uma parte essencial da identidade alemã – o cristianismo – teria que ser expurgada e reelaborada para justificar um projeto de poder baseado na perseguição e na dominação sistemática sobre outros povos. E, para que esse expurgo pudesse frutificar, a eliminação da herança judaica seria a primeira e mais fundamental tarefa a se dar conta.

Os judeus representavam o tempo, o passado que se queria reescrever. Eles simbolizavam origens maléficas que teriam que ser erradicadas para que a nova civilização nazista pudesse frutificar. Os judeus estariam na origem do cristianismo, do iluminismo e da modernidade e só erradicando completamente a sua influência seria possível eliminar as algemas do passado e abrir os horizontes políticos, históricos e morais para a nova era que se avizinhava. Além disso, os poderes judaicos comandavam o mundo desde sempre e sua aniquilação seria fundamental para abrir o domínio para os novos senhores. Os judeus eram tão poderosos e estavam tão presentes no próprio corpo e história da Alemanha e da Europa que só sua erradicação, completa e total, poderia garantir a vitória da nova ordem.

Os judeus, assim, não foram as vítimas centrais do Terceiro Reich por serem algo estranho ao corpo cultural e histórico da Europa. Os que foram vistos

dessa forma, como os ciganos, foram atingidos pelos massacres e pela repressão, mas no sentido de “limpeza” de uma raça ou cultura vistas como não europeias. Os judeus, ao contrário, eram uma parte integrante e fundamental da sociedade, da cultura, da religião e da economia europeias desde milênios e vistos como um inimigo formidável, cuja derrota exigiria medidas radicais. Os judeus não teriam sido atacados com especial ênfase, assim, por serem estranhos à cultura alemã e ocidental em geral, mas, pelo contrário, por serem parte integrante e fundamental dessa cultura.

Confino enfatiza, assim, o papel da crença e da ideologia como motivador da perseguição sistemática aos judeus e, posteriormente, do Holocausto. Os judeus não eram uma ameaça econômica ou militar à Alemanha e as motivações para o seu extermínio vieram de crenças, de disputas ao redor de identidades e de visões de mundo. O antissemitismo nazista era pura fantasia, mas uma fantasia que motivava ações individuais e determinou políticas de Estado.

O genocídio dos judeus se inseriria na realidade do colonialismo europeu moderno, no qual a dominação e a eliminação física de povos inteiros tinham se tornado aceitáveis, e também dentro de um projeto maior de reordenação racial do mundo, no qual outros genocídios e massacres, como o dos eslavos, estiveram presentes. Para Confino, o genocídio dos judeus não foi tão único ao ponto de não poder ser comparado a outros, mas tem particularidades que o fazem algo excepcional. Uma delas é o fato de não ter restrições de tempo e espaço e nem seguir motivações sociais ou políticas claras. Os judeus estavam visados para morrer em qualquer lugar e tempo e essa priorização só poderia ser explicada justamente, como mencionado acima, pelo papel especial dos judeus – ou da sua eliminação – na reconstrução civilizacional e moral pretendida pelos nazistas.

Um mundo sem judeus enfatiza justamente o período entre a tomada do poder e a *Kristallnacht*, ou seja, de 1933 a 1938. Nesse momento, o novo governo alemão trabalhou febrilmente para remover os judeus da vida alemã, sendo exemplar a queima de livros de autores judeus, já que o fogo sempre significou um ritual de purificação. E, mais especialmente, queimaram-se sinagogas, lugares sagrados, e a Torá, que é parte da Bíblia cristã. Para o autor, isso seria um elemento chave para entender a tentativa nazista de rompimento com o passado,

de um sacrilégio pensado para garantir a remoção das raízes judias da herança alemã.

Em uma primeira fase, os nazistas propunham a emigração dos judeus e, depois, o seu extermínio. Em ambos os casos, os judeus eram um problema a ser removido do corpo alemão de alguma forma. As contingências mudavam os planos e as estratégias, mas o objetivo era o mesmo. A solução final foi uma ruptura radical, mas menos radical do que se imaginaria. O ponto crucial se estabeleceu antes, em 1933 e 1938. Em 1933, os nazistas decidiram que os judeus não tinham lugar na Alemanha; em 1938 que o judaísmo não tinha espaço no Terceiro Reich; em 1939, que os judeus deviam morrer lentamente no Leste e, a partir de 1941, que eles deveriam ser exterminados de uma vez. Em 1933, se conquistava o presente. Em 1938, o passado. E, a partir de 1941, o futuro e a História.

O trabalho de Confino se insere dentro de uma perspectiva historiográfica mais ampla, especialmente no diálogo com a tese do “antissemitismo redentor” de Saul Friedländer e com outros historiadores da chamada corrente intencionalista, ou seja, aqueles que viram no antissemitismo um real motivador do Holocausto e não mero disfarce para outros objetivos. Alan Confino, contudo, avança em uma direção diversa, até por sua formação como historiador da cultura. Ele está menos interessado em relações de causalidade e mais no processo cultural de formação de imaginários. Ou, em outras palavras, ele não afirma que a história antisemita alemã, ou europeia, levou ao extermínio dos judeus, em uma relação simples de causa-efeito, mas que a interpretação que os nazistas fizeram dessa história criou um imaginário que permitiu elaborar mentalmente o Holocausto.

A interpretação de Confino é, portanto, esclarecedora, baseada em pesquisa séria em múltiplas fontes, e ajuda a compreender como um povo tão sofisticado e desenvolvido como o alemão cometeu a, provavelmente, maior atrocidade do século XX. Enquanto trabalho de história intelectual e cultural, contudo, ele apresenta seus limites, especialmente no tocante à interação entre a imaginação e o mundo real.

Em primeiro lugar, sua ênfase na questão do antissemitismo talvez nos impeça de compreender com mais exatidão o mundo mental nazista. O darwinismo social nazista e sua ênfase na guerra das raças era, provavelmente, a chave mental

maior que conduzia as ações do Reich, sendo o antissemitismo um elemento crucial, mas não a sua essência. Ao enfatizar um ponto, ele talvez tenha perdido o foco no todo. Evidentemente, isso não invalida sua argumentação, que nos ajuda a compreender por que os judeus eram um componente tão crucial dentro dessa luta de raças implacável que dava sentido à vida, mas ela talvez tenha que ser colocada em perspectiva.

Em segundo lugar, ele segue uma linha de raciocínio pela qual o mundo mental nazista era essencialmente o mesmo desde 1933 ou mesmo antes, sendo que apenas estratégias e métodos mudaram conforme as circunstâncias. Isso é questionável. Afinal, não apenas estratégias e táticas se alteraram conforme os acontecimentos, como a própria imaginação e mentalidade nazistas parecem ter, dentro de certo limite, se modificado. Entre 1933 e 1939, por exemplo, o objetivo era eliminar os judeus da Alemanha, especialmente pela emigração. Mesmo posteriormente, a ideia de enviar os judeus para fora da Europa – para a Sibéria ou Madagascar – esteve presente. Esses planos indicam que os nazistas queriam eliminar os judeus da vida alemã e europeia, mas não se coadunam com uma visão de luta cósmica no qual os judeus tinham que ser varridos da face da Terra. Afinal, mesmo confinados a regiões inóspitas onde muitos morreriam (como indica o autor), o judaísmo sobreviveria. Minha interpretação é que os nazistas queriam eliminar o judaísmo e os judeus da vida alemã e, posteriormente, europeia, mas que a ideia apresentada por Confino de uma luta cósmica dentro da qual cada judeu do mundo deveria ser assassinado só se tornou real nos anos 1940. E, além disso, essa abordagem ideológica ampla era aplicada dentro dos limites materiais e práticos de uma situação de guerra.

O antissemitismo nazista, na verdade, oscilava e tinha incoerências, especialmente durante os anos da guerra, o que se refletia no material e no mental, na imaginação. Os problemas de gerir milhões de judeus nos novos territórios conquistados na Polônia e, depois, na URSS (sem a possibilidade da opção emigratória), as necessidades de mão-de-obra, a escassez de alimentos, a associação dos judeus com a atividade guerrilheira e outros elementos colaboraram para dosar, amplificar ou restringir o alcance dessa luta cósmica identificada por Confino. A análise das ideias e da imaginação é sempre útil, mas desde que articulada com o mundo real onde elas adquirem sentido e coerência.

Dois pontos de especial interesse no livro, além da sua tese central, são quando ele indica que as fronteiras entre o antissemitismo tradicional e o científico e entre o cristianismo e a ideologia nazista são mais fluidas do que parecem em um primeiro olhar.

No tocante ao antissemitismo, há uma tendência a se fazer uma separação mental entre as definições de raça e cultura e entre um antissemitismo de base religiosa e outro racial. Não que essa separação não exista, mas o autor indica como, no imaginário nazista, ela era mais fluida e menos rígida do que imaginamos. O nazismo procurava construir uma utopia racial, de bases biológicas, e sua identificação dos judeus e do problema judaico seguia parâmetros raciais, pretensamente científicos. Segundo o autor, contudo, essa visão, não isenta de verdade, ignora um fato básico, ou seja, que questões religiosas e de identidade também estavam presentes. Segundo Confino, a teorização científica e racial nazista só pôde adquirir raízes na população alemã porque se articulou e reelaborou outros preconceitos, ideias e hábitos mentais já existentes e particularmente fortes, como as do mito nacional e, especialmente, as religiosas.

O antissemitismo religioso, conservador, era efetivamente diferente do racial, pois o primeiro permitia, ao menos em teoria, a conversão e a salvação. Muitos antissemitas, contudo, não tiveram problemas em mesclar elementos de ambos os modelos e foi essa mescla que permitiu à propaganda do regime se difundir com tamanha força entre os alemães. Dessa forma, a oposição entre os dois tipos de antissemitismo se desfaria ao menos em parte, pois, sem a preparação mental do primeiro, o segundo não teria sido capaz de criar raízes tão rápido como criou. Ele recorda, assim, como toda a teorização racial nazista, apesar do seu cientificismo, recorria continuamente a elementos antissemitas presentes na tradição, especialmente os religiosos. Menções ao judeu como o mal absoluto que se erguia contra Deus conviviam com outras que enfatizavam sua degeneração racial cientificamente comprovada.

Na verdade, segundo Confino, a ideia de raça para os nazistas estava longe de ser puramente biológica, já que não haveria instrumentos (antes da invenção dos marcadores genéticos) para auferi-la. A raça era comprovada pela burocracia, pela documentação e pelos traços culturais. Uma pessoa com ascendência alemã e

judaica que seguisse a religião judaica, por exemplo, era imediatamente classificado como judeu, enquanto um que tivesse lutado no Exército alemão podia – ao menos em um certo período – ter um melhor tratamento do que outros. O racismo nazista se propunha científico e exato, mas não o era.

No tocante à raça, a proposta do autor é que o termo era uma metáfora de origem que mesclava atributos nacionais, raciais e religiosos. O racismo nazista era biológico e se pretendia científico, mas também tinha aspectos morais e religiosos. A raça, biologicamente falando, era importante porque determinava o espírito, a cultura. Essa discussão mais pormenorizada das ideias nazistas de raça e sobre o antissemitismo é realmente importante, até para que compreendamos as trocas e os diálogos entre os conservadores e os nazistas.

O nazismo também teria tido uma relação com o cristianismo mais complexa do que uma simples oposição, como se o nazismo tivesse realmente procurado a destruição da herança cristã alemã em favor de propostas neopagãs. No discurso e no pensamento de alguns líderes (como Himmler ou Bormann) isso estaria presente, mas, na prática, o regime encontrou maneiras de permitir aos alemães serem nazistas modelos e, ao mesmo tempo, bons cristãos.

A rejeição total do cristianismo significaria abandonar parte crucial da tradição alemã, um passo que, ao contrário dos bolcheviques, os nazistas não estavam dispostos a dar, até porque sua visão de revolução estava limitada por elementos conservadores como a preservação da propriedade privada e da própria religião. Ao invés disso, eles optaram por um modelo que extirparia as raízes judaicas do cristianismo, vistas como aquelas que enfraqueciam o potencial guerreiro da raça ariana. Um Cristo ariano e conquistador ao invés de um judeu e vencido na cruz.

O genocídio dos judeus, assim, estaria mais imbricado na questão do relacionamento milenar entre eles e os cristãos do que pareceria à primeira vista. Desde o seu início, o cristianismo tem, em relação ao judaísmo, uma relação ambígua, de proximidade e distanciamento, de continuidade e ruptura, expressa na existência do Novo e do Velho Testamento no mesmo livro sagrado. O nazismo teria permitido, com a eliminação dos judeus, o rompimento desse passado e a formulação de um novo cristianismo. Em caso de vitória alemã na guerra, esse

teria sido o seu impacto maior na cultura europeia e ocidental, redefinindo o seu elemento central, ou seja, a religião cristã.

A relação do nazismo com o cristianismo, com certeza, foi muito mais complexa do que tradicionalmente se imagina, mas a interpretação de Confino não consegue captar essa complexidade. Eliminar a herança judaica do cristianismo poderia ser uma etapa fundamental na sua reconfiguração, mas provavelmente não bastaria. Criar um cristianismo nazista demandaria romper com as mensagens centrais de Cristo, como o amor ao próximo e a igualdade entre os homens, e fica a dúvida se isso seria viável. Isso fica visível quando recordamos como, ao mesmo tempo em que muitos teólogos católicos e, especialmente, protestantes trabalharam com o regime na tarefa de remover a herança judaica do cristianismo, outros consideravam tal tarefa uma impossibilidade e rejeitavam seus princípios. No caso dos protestantes, aliás, o alinhamento com as diretrizes do regime era mais simples – especialmente pelo viés nacionalista – do que no caso católico, pois a Igreja Católica era muito mais transnacional do que as Igrejas protestantes. Isso poderia, inclusive, ter levado a uma cisão maior entre elas na hipótese que o nazismo realmente procurasse recriar a religião cristã em outras bases.

Tudo isso, contudo, fica no campo das especulações. O que é razoável acreditar é que um nazismo vitorioso redefiniria suas relações com o universo cristão, sendo que as opções podiam ser desde um ataque frontal em favor do paganismo, uma total acomodação ou mesmo uma tentativa de expurgo das partes menos aceitáveis da herança cristã. Tal relacionamento, de qualquer modo, seria definido pela imaginação, pelo mental, mas, igualmente, pela relação política, econômica e social entre os vários atores. Pensar em termos abstratos é fundamental, mas pensar apenas neles é reducionista.

Para concluir, a opção teórica de Confino pela história cultural e das ideias é o que dá ao livro a sua originalidade ao abordar o nazismo e o genocídio dos judeus e faz dele uma leitura obrigatória para os interessados no tema. O fato de ele se restringir, em essência, a essa abordagem, contudo, também é a sua grande deficiência.

O FASCISMO, O NEOFASCISMO E O ROCK CONTEMPORÂNEO¹⁹

O que, afinal, define um grupo ou uma pessoa como fascista? Quais os elementos que permitem definir, dentro do complexo universo da política, o que é fascismo? Como separar o fascismo de outras formas de autoritarismo (ou mesmo de totalitarismo) e, do mesmo modo, das outras manifestações da direita política, desde a liberal até a conservadora?

Essa tarefa tem ocupado as mentes de inúmeros historiadores, cientistas políticos e filósofos já há um século. As possíveis respostas vão desde a criação de um “tipo ideal” nos moldes weberianos (sendo o grande problema, então, definir os aspectos que nele devem ser incluídos) até a noção de metapolítica de Nolte ou a definições como a de Paxton, para quem, resumidamente, o fascismo é uma forma particular, violenta, de lidar com uma sensação de crise ou desastre nacional eminente. O debate continua e um consenso perfeito está longe de ser estabelecido.

Outro problema é definir se o fascismo é um fenómeno meramente histórico, ou seja, fixado em um tempo e espaço definidos (como o mundo ocidental nas décadas de 1920 e 1930) ou um subproduto inevitável das contradições do capitalismo ou da eclosão da modernidade. Nesse caso, os limites temporais não fariam sentido e falar de fascismo após 1945 seria perfeitamente razoável. A segunda perspectiva abre efetivamente os horizontes temporais da análise do fascismo. A partir dela, é possível – ainda que não necessariamente correto - começar a identificar a existência de fascismo já na *Action Française* no século XIX (como fez Sternhell) e após a queda de Berlim, avançando por todo o século XX e para o tempo presente.

A vivência histórica e a prova dos fatos parecem indicar que essa perspectiva de um fascismo de longa duração se sustenta. Isso não significa, contudo, afirmar que não haja diferenças, as vezes significativas, entre os vários períodos. Nesse sentido, o fascismo entre as duas guerras mundiais - ou seja, mais ou menos entre a fundação dos *fasci di combattimento* em 1919 e o colapso da

¹⁹ Publicado originalmente, como prefácio, em *Oliveira* (2018: 13-15).

Itália e da Alemanha em 1945 – poderia ser chamado de “fascismo clássico” e as manifestações fascistas posteriores talvez fossem mais bem classificadas na rubrica de “neofascismo”.

O uso do prefixo “neo”, na verdade, é bastante feliz, pois indica uma continuidade de ideias e práticas políticas, mas que se desdobra em vários momentos particulares. O “neo”, nesse sentido, indica o fascismo depois da sua derrota, como proposta política. E indica, igualmente, a sua adaptação a um novo mundo e a uma nova realidade. Os fascistas presos ao passado parecem anacrônicos e até bizarros. Os adaptados ao novo mundo, contudo, são cada vez mais uma alternativa real de poder nas sociedades ocidentais.

O livro de Pedro Carvalho Oliveira é uma feliz contribuição ao estudo do neofascismo e, de forma especial, das adaptações que o fascismo teve que fazer para se adaptar ao mundo contemporâneo. Tais adaptações foram, em boa medida, ideológicas, diminuindo a ênfase, por exemplo, na luta contra o comunismo internacional (já desacreditado enquanto opção política, ainda que vivo no imaginário e na paranoia) e aumentando o espaço para a questão da imigração e da identidade cultural, especialmente nos países centrais.

De especial sucesso foi a sua renovação em termos de meios de difusão e propaganda. Se o fascismo foi um precursor no uso de modernos instrumentos de cultura de massas (como o rádio e o cinema), o neofascismo foi e é especialmente hábil na exploração das redes sociais e de certos gêneros musicais para a difusão de seus velhos/novos ideais. É esse último ponto que o livro de Pedro Carvalho explora, com cuidado e rigor.

O autor foi prudente, com efeito, na utilização de conceitos moveáveis e que podem conduzir ao erro se não cuidadosamente pensados, como direita ou autoritarismo. Ao mesmo tempo, fez a análise crítica das suas fontes, ou seja, as letras das músicas de *bate rock*. Por fim, coroou a sua reflexão com um saudável exercício de história comparada, colocando lado a lado experiências próximas, mas também distantes, ou seja, as do Brasil, de outros países da América Latina e da Europa e, especialmente, dos Estados Unidos.

Como todo bom livro, ele também suscita algumas questões e indagações. Os grupos neonazistas, por exemplo, com a sua ênfase acentuada na identidade,

poderiam ser colocados próximos a outros grupos de caráter identitário, ainda que com um enfoque na exclusão e não na inclusão? E poderiam ser eles classificados como movimentos sociais? Como bem indica o autor, se pensarmos na conceituação criada pela moderna historiografia dos movimentos sociais, a resposta seria negativa. Os movimentos sociais teriam por objetivo o aumento da participação social e política e à inclusão de certos grupos na sociedade, enquanto os neonazistas visam à exclusão e praticam uma política de ódio. Me parece uma distinção correta. No entanto, quando pensamos no protesto contra uma ordem excludente e nos instrumentos de mobilização das pessoas, nas ruas, talvez os neonazistas estejam mais próximos do que distantes de outros movimentos nascidos nas periferias e entre os excluídos.

A relação entre o rock e a política poderia ter, seguindo essa linha de raciocínio, uma nova leitura. Supondo-se que contestação à ordem democrática liberal possa ser feita tanto à esquerda como à direita (como o foi na era do “fascismo clássico”) e que o rock é um instrumento de contestação, talvez não devêssemos nos surpreender tanto com a existência de bandas de *hate rock*, assim como com a presença de ex-roqueiros nas hostes conservadoras da sociedade.

Em resumo, o autor não apenas desenvolve muito bem o seu argumento e oferece uma contribuição sólida para os estudos do neofascismo, como deixa questões e dúvidas na mente do leitor. Não se pode exigir mais de um livro que já se torna essencial para os estudiosos do tema.

TEORIA DO FASCISMO E REPERCUSSÕES GLOBAIS DO NAZISMO

O FASCISMO FORA DA EUROPA: RENOVAÇÃO TEÓRICA DE UM CONCEITO¹

O norueguês Stein Larsen é um conhecido estudioso do tema do fascismo global. Entre seus vários trabalhos, destaca-se a coletânea *Who were the fascists? Social roots of European fascism* (1980), o qual se constitui em um livro clássico a respeito das bases sociais do fascismo europeu, da teoria do fascismo e do estudo comparativo entre os vários movimentos e regimes fascistas da Europa.

No presente trabalho, Larsen mantém a sua predileção por grandes coletâneas com colaborações de autores dos mais diferentes países e continua a se dedicar à história comparada com vistas à elaboração de uma teoria geral do fascismo. No entanto, ele ampliou sobremaneira, com relação ao seu trabalho anterior, de vinte anos atrás, o enfoque da comparação e o tipo de perguntas que ele pretende responder.

Como o próprio título indica, seu grande problema é definir se houve fascismo fora da Europa e se, em caso afirmativo, esse fascismo foi simplesmente uma cópia dos originais europeus (derivada do esforço dos regimes fascistas em difundir sua ideologia além-fronteiras) ou algo com raízes mais profundas, nas realidades nacionais dos países envolvidos. Posto isso, ele pretende, a partir da análise das

¹ Resenha de Larsen (2001). Publicado originalmente em *Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, v. 8, n. 1: 217-221, 2004.

experiências extra europeias, renovar e ampliar as discussões sobre a definição de fascismo e as condições para o seu surgimento, tradicionalmente restritas aos países europeus.

A organização do livro reflete mais do que claramente essas preocupações. Na primeira parte, vários autores apresentam um quadro geral da produção da História e da Ciência Política sobre a teoria do fascismo (incluindo análises sobre Payne, Mosse, De Felice, Nolte e tantos outros) e destacam a necessidade de alargar o campo analítico para além dos dois regimes claramente fascistas (Itália e Alemanha) e para além da experiência europeia.

Posto isso, abre-se uma segunda parte onde se discute o impulso europeu para difundir o fascismo fora da Europa. Quatro capítulos analisam os *fasci all'estero* italianos, o *NDSAP-Auslandorganisation* alemão, a *Falange Exterior* espanhola e o *Secretariado de Propaganda Nacional* português. Todos eram instrumentos de regimes fascistas ou próximos ao fascismo para atingir seus emigrantes instalados além Europa e, no caso de alemães e italianos, difundir a ideologia fascista no exterior. A pergunta que perpassa os textos é se esses instrumentos, por si só, teriam tido forças para difundir o fascismo no exterior sem que condições locais estivessem envolvidas e a resposta é não.

Seguem-se mais de uma dezena de capítulos, então, onde se procuram analisar, nas mais diferentes áreas geográficas, qual o impacto das ideias fascistas no mundo e as razões locais que levaram o fascismo a ter algum desenvolvimento em certas regiões e ser praticamente inexistente em outras.

Nesse sentido, os capítulos sobre o Japão e a China esclarecem que houve pouco desenvolvimento de grupos fascistas nesses países, mas que houve influência de certa magnitude do nazismo no sistema imperial japonês dos anos 1930, por exemplo. O mesmo poderia ser dito da Turquia, de outros movimentos nacionalistas do mundo árabe e dos movimentos de direita sul africanos no mesmo período. Há também textos abordando o fracasso fascista nos países anglo-saxões, como Canadá, Estados Unidos e Austrália, e as razões desse fracasso. Sobre a América Latina, há capítulos sobre o México, o Chile, a Argentina (onde é analisado o regime peronista) e o Brasil, sobre o qual um capítulo de Héglio Trindade trabalha com o tópico do caráter fascista do Integralismo e do Estado Novo varguista.

Por fim, um capítulo final de Stein Larsen, com mais de cem páginas, faz um resumo geral do apresentado no livro e busca estabelecer uma definição global de fascismo, não mais restrita aos casos europeus e tentando criar uma relação entre a teoria da modernização e a difusão do fascismo no mundo. Graus de modernização e de liberalismo são, então, combinados para criar um sistema teórico capaz de esclarecer como e porque o fascismo foi bem-sucedido em algumas regiões, mas não em outras.

Para Larsen, sociedades atrasadas e pouco liberais, como a China, não ofereceriam perspectivas para o fascismo. Outras, já liberalizadas politicamente, mas pouco modernas, como Itália ou Espanha, seriam um prato cheio para ele. Já as altamente modernizadas e liberalizadas seriam quase imunes, como os países anglo-saxões, enquanto as pouco liberalizadas e bastante modernizadas teriam amplas perspectivas para o desenvolvimento do fascismo. Nesse último caso, estariam, por exemplo, Alemanha e Brasil.

Tenho dúvidas se tal modelo serve para todos os casos reais que podemos encontrar ao redor do mundo. Além disso, é óbvio que fatores outros, como heranças culturais e conjunturas políticas específicas também devem ser elencadas para explicar o surgimento ou não do fascismo. Não me parece, por exemplo, que a Tanzânia não desenvolveu um fascismo nos anos 1930 apenas porque era atrasada e pouco liberal, mas também porque era uma sociedade colonizada e para a qual os valores e debates políticos ocidentais do período pouco significavam. Ainda assim, acredito que não é papel de um modelo ser perfeito e incluir todas as variáveis possíveis, mas apenas o de indicar padrões e o modelo de Larsen é bastante útil nesse sentido.

Em linhas gerais, apesar do valor desigual dos artigos, o conjunto da obra é de grande importância também em outros aspectos. Sua abordagem dos dois canais pelos quais o fascismo poderia ter se espalhado pelo mundo (impulso de cópia do original europeu determinado pela propaganda fascista e efeito do modelo fascista europeu sobre sociedades que poderiam ver algum sentido nele) e sua ênfase no segundo é bastante razoável e ajuda a explicar os diferentes graus de sucesso fascista em cada contexto nacional. Nos termos de Larsen, nos locais onde ele foi apenas uma cópia do original europeu, não havia como ele se desenvolver.

Já onde o fascismo europeu serviu como modelo para sociedades nas quais as propostas fascistas tinham algum significado, houve um espaço maior para o seu crescimento e divulgação. Uma posição lógica e quase óbvia, mas que enriquece bastante os estudos dos fascismos nacionais.

Além disso, sua perspectiva de que o universo fascista é algo muito mais amplo do que os regimes fascistas e a Europa do entre guerras é refrescante e ajuda a renovar as teorias do fascismo que tendiam a estudar apenas os países europeus e, no limite, apenas os regimes fascistas “puros”, como Itália e Alemanha.

Realmente, a expansão no tempo (examinando, por exemplo, as redes atuais de neonazistas), no espaço (saindo da Europa e indo para o mundo) e na perspectiva (incluindo nas análises do fascismo, por exemplo, os elementos fascistas presentes em ditaduras conservadoras como as de Salazar em Portugal, Smigly Rydz na Polônia ou Mataxas na Grécia), apesar de alguns exageros (como voltar a considerar o Japão imperial e a Argentina peronista como fascistas) é um posicionamento que traz grandes frutos e que permite, inclusive, fazer certas conexões que uma visão mais restritiva não traria.

Nesse sentido, aliás, as informações sobre como vários dos líderes árabes do pós Segunda Guerra Mundial, como Sadat, militaram em grupos de jovens revolucionários dos anos 1930 que tiveram ao menos alguma influência fascista e sobre a proximidade ao fascismo de uma parte do movimento sionista israelense dos anos 1930 (sem serem antisemitas, evidentemente) são reveladoras e podem nos trazer luzes inesperadas sobre a formação dos Estados árabes atuais e sobre a direita não religiosa do Estado de Israel hoje.

Outro ganho que a leitura do livro de Larsen nos traz é quebrar um pouco a tendência dos historiadores em pensar apenas no próprio umbigo e verificar como várias problemáticas que parecem exclusivas de uma dada realidade nacional na verdade são gerais, o que simplifica certos problemas e cria outros.

Para um historiador como eu, por exemplo, que tem dedicado boa parte da sua vida a estudar as redes de propaganda montadas pelo fascismo italiano para atingir os emigrantes italianos e os movimentos fascistas do exterior, é esclarecedor verificar como o nazismo, o franquismo e o salazarismo, em diferentes gradações, faziam o mesmo e que as redes internacionais desses movimentos se inter cruzavam,

competiam, colaboravam e apresentavam características semelhantes em muitos aspectos. Aliás, cabe aqui a sugestão de que algum pesquisador deveria estudar o *Departamento Nacional de Núcleos do Exterior*, órgão da Ação Integralista Brasileira voltado aos núcleos fora do Brasil, para verificar semelhanças e diferenças em relação aos congêneres europeus.

Ainda sobre o integralismo, o velho debate sobre as suas origens no fascismo internacional ou nas raízes intelectuais brasileiras adquire uma conotação diferente quando verificamos que ele também está presente na África do Sul, na Argentina, no Chile e em outros locais e que as tensões nacionalismo/solidariedade ideológica e modelo externo/fontes internas são mais comuns do que se pensa, não sendo nem de longe uma especificidade brasileira.

Do mesmo modo, torna-se mais fácil, por exemplo, imaginar como seria um Estado integralista que tivesse chegado ao poder nos anos 1930 no Brasil com o apoio de outras forças tradicionais (permeado de influências fascistas como o corporativismo, a mobilização popular, a organização da juventude, etc.) e como ele teria evoluído nos anos 1940 e 1950 (se livrando dessas mesmas influências e refluindo para o conservadorismo de direita) se tivesse permanecido no poder quando fazemos comparações com a evolução ideológica dos regimes franquista e salazarista. A fascinação de Plínio Salgado no pós Segunda Guerra Mundial por Espanha e Portugal, aliás, confirma que esses países eram o seu ideal de sociedade naquele momento. A comparação, assim, gera perguntas e ideias que podem, depois, ser confirmadas ou não pelos documentos e pela pesquisa empírica.

Em resumo, o livro organizado por Larsen indica como a geração de conceitos e definições a partir da realidade empírica (e não da teoria para a prática) é a única prática possível no ofício do historiador e que a história comparada tem uma grande contribuição a dar aos praticantes desse ofício, indicando perspectivas e problemas e quase que obrigando o historiador a olhar para a floresta e esquecer um pouco as árvores isoladas, o que é uma perspectiva altamente recomendável.

ENTRE AS DIREITAS E OS “ISMOS” DA HISTÓRIA²

O presente livro oferece ao leitor interessado nas temáticas relacionadas ao universo da extrema-direita uma ampla gama de artigos de grande utilidade. Tais artigos abordam desde temas da história do tempo presente – como os relacionados ao regime militar, aos skinheads ou aos Black Blocks – como também reflexões mais amplas, como aquelas relacionadas ao antissemitismo, à formação da sociedade de massas contemporânea e outras. Um dos tópicos que mais me chamou a atenção, contudo, foi a atenção dispensada aos movimentos de direita radical que não se encaixam dentro do modelo do fascismo.

É lugar comum a afirmação de que o período entreguerras foi a “era dos fascismos”. É verdade que, a partir da ascensão de Hitler ao poder, a perspectiva fascista se tornou a dominante dentro do campo da direita em muitos países. No entanto, durante a década de 1920, com a exceção de alguns pequenos grupos espalhados por todo o mundo ocidental, o fascismo se restringia à Itália e, na de 1930, o único país ocidental que se tornou fascista foi a Alemanha (e, talvez, a Áustria), criando uma dicotomia de colaboração e conflito entre duas matrizes de fascismo que se estendeu até 1945.

Na verdade, o período entre as duas guerras mundiais poderia ser mais bem descrito como o auge da direita conservadora e da radical. Na maior parte do mundo ocidental, os governos de esquerda, seja a moderada, seja a radical – como os de Cárdenas no México, o de Franklin Roosevelt nos EUA, a Frente Popular na França, a URSS de Stalin e outros – continuaram a estar presentes, assim como os movimentos e partidos desse campo político.

Na maior parte do período, contudo, a política foi comandada pela direita, normalmente a conservadora, preocupada com a radicalização política e que não hesitou em caminhar para a ditadura para dar conta dos seus objetivos. Uma direita liberal e democrática continuou a predominar nos países de língua inglesa ou em partes da Escandinávia, mas a direita conservadora (modernizante ou não) foi a predominante na península Ibérica, na América Latina, na Europa Oriental e em

² Publicado anteriormente, como apresentação, em *Dotta* (2015: 1-4).

outros pontos do planeta. Do mesmo modo, as antigas manifestações da direita – conservadora ou reacionária – que existiam desde o século XVIII voltaram a adquirir consistência, como os reacionários católicos, as ligas anticomunistas e outros.

O entreguerras não foi, portanto, a “era dos fascismos”, apesar da enorme importância desses nos acontecimentos daqueles anos, mas a das direitas conservadoras e radicais, que estiveram no comando na maior parte dos casos conhecidos e que anularam, muitas vezes, não só as forças da esquerda, como também o próprio fascismo.

Esclarecendo melhor, a ideia com a qual trabalho é a de uma cultura específica da direita, nos termos de Norberto Bobbio (1995), a qual se divide em subculturas, dentro de uma perspectiva concêntrica. Ou seja, dentro da cultura política da direita, cujo valor central é a valorização da desigualdade, existe um campo democrático (os liberais, por exemplo) e um autoritário, que recusa justamente o sistema liberal-democrático. Dentro do campo autoritário, por sua vez, há os que se limitam a defender soluções de força para manter a sociedade do jeito que ela é (caso de muitos conservadores) e outros que vão além, propondo uma reorganização social mais ampla e radical, com a adição de elementos como visões conspiracionistas, a História como a luta entre o bem e o mal etc. Essa última é à “direita radical” ou “extrema direita”, dentro da qual temos desde os que procuram restaurar um passado mítico, como os reacionários, até os que se adaptaram à modernidade capitalista e democrática, mas negando-a, como os fascistas. Limitar o estudo da direita nos anos 1920 e 1930, e mesmo hoje, à questão do fascismo seria simplificar um fenômeno muito mais complexo.

O presente livro avança nessa discussão, apresentando, por exemplo, um artigo a respeito dos vários grupos monarquistas e reacionários, como os “capacetes de aço”, que atuavam na Alemanha de Weimar e outro sobre o grupo ligado à revista *Gil Blas* no Rio de Janeiro no início da década de 1920. Todos no campo da direita radical, mas longe de serem fascistas, o que não os impediu, contudo, de se aliarem – de forma individual ou institucional – ao nazismo e ao integralismo brasileiro na década seguinte. As relações entre esses vários grupos e movimentos caminhavam, quase todo o tempo, por um eixo que combinava

desconfiança e aproximação, disputa e aliança, conforme a conjuntura. Do mesmo modo, eles se auto influenciavam, trocavam ideias e experiências, sem que isso significasse, automaticamente, filiação ou total identidade.

Charles Maurras, abordado em um dos artigos dessa coletânea, é especialmente emblemático disso. Maurras foi leitura obrigatória dentro do campo da direita entre o fim do século XIX e a metade do século XX. Defensor da monarquia, de um tipo de corporativismo e fortemente antisemita, ele estava muito mais próximo do reacionarismo católico do que do fascismo, o que não o impediu de flertar com Hitler durante a ocupação alemã e de simpatizar com Mussolini. Do mesmo modo, ele era lido e admirado nos círculos fascistas, o que não significa afirmar que todos os que o liam e citavam eram monarquistas ou reacionários. Entender que simpatizar e aceitar uma aliança é diferente de aderir incondicionalmente é algo essencial para entender a complexidade da política, no século XX e mesmo hoje.

Nesse ponto, discordo, por exemplo, de análises que identificam uma influência substancial da Action Française, do integralismo lusitano e da Doutrina Social da Igreja em Plínio Salgado (e no integralismo) nos anos 1930. Segundo essa visão, o pensamento de Plínio seria uma convergência do pensamento de Maurras, mediado pelo integralismo lusitano, e de aspectos do fascismo italiano. Em termos teóricos, contudo, isso era impossível. Podia-se ser um fascista com leituras e admiração por Maurras e Pio XI ou um monárquico católico com simpatias pelo fascismo, mas a soma das duas partes é, em termos teóricos, impossível, pois seria fundir concepções de política e de sociedade próximas, mas não equivalentes.

Essas aproximações e distanciamentos também se alteravam no decorrer do tempo, pelo que estudos sobre, por exemplo, a produção jornalística dos líderes da AIB antes de 1932 podem ser de grande utilidade. Análises de trajetórias de vida, como a de Carlos Keller, um dos ideólogos do fascismo chileno, também são esclarecedoras, como indicam outros artigos dessa coletânea.

Outro aspecto de destaque no livro é a (re)discussão do tema do totalitarismo e de Hannah Arendt. O termo tem sido submetido, com razão, a um bombardeio de críticas nos últimos anos. Escrevo “com razão” porque, realmente, ele levou a comparações – instrumentalizadas durante a Guerra Fria – que não se sustentam, como reunir no mesmo patamar a Alemanha nazista e a URSS de Stalin.

Tais regimes eram emanções das tradições da esquerda e da direita, pensando nas definições de Bobbio, e procuravam construir a desigualdade ou a igualdade absolutas e, nesse sentido, reunir Moscou e Berlim na mesma classificação é dificilmente aceitável. Outra crítica, real, ao conceito é que em nenhum lugar conhecido, incluindo a Alemanha de Hitler e a URSS stalinista, ele foi aplicado na sua totalidade. Só em romances, como o brilhante 1984 de George Orwell, é que podemos imaginar os horrores de um tal regime. Historicamente, contudo, ele nunca se constituiu realmente.

No entanto, se pensarmos em regimes e movimentos com uma perspectiva totalitária em vez de plenamente totalitários, a questão talvez possa assumir outro significado. Se totalitarismo é a mobilização da sociedade e das pessoas com o intuito de modificá-las, buscando um controle completo da sociedade pelo Estado, tivemos historicamente movimentos e regimes com perspectivas totalitárias, sem nunca, entretanto, realizá-las por completo. Nesse sentido, o conceito, a meu ver, se torna novamente válido.

Dessa forma, passamos a contar com um instrumental analítico para entender as aproximações, reais, entre os regimes de Stalin e Hitler (ainda que mais no instrumental, para mudar pela força as suas sociedades, do que nos objetivos para essas), os esforços do regime fascista italiano, não perfeitamente bem-sucedidos, para sair de um padrão autoritário para um totalitário e as diferenças entre regimes e movimentos autoritários e totalitários. Essas diferenças, aliás, são cruciais para entendermos a razão pela qual tantos movimentos fascistas foram eliminados, no entreguerras, por regimes conservadores e autoritários de direita.

Ainda nesse sentido, a questão das milícias integralistas deveria ser mais bem compreendida, até para indicar as similaridades e diferenças do integralismo com os fascismos clássicos, italiano ou alemão. Elas são ainda um dos capítulos mais obscuros da história do movimento e estudá-las deveria ser uma prioridade para os historiadores. Por isso, é alentador constatar a existência, nesse livro, de um artigo sobre Francisco de Assis Hollanda Loyola, um dos fundadores da moderna Educação Física no Brasil e mestre de campo da Milícia integralista. Em resumo, muito resta ainda a estudar e compreender sobre as várias direitas e os vários “ismos” que marcam a política moderna e, em especial, a do século XX. O presente livro é mais um passo nessa direção.

DIÁLOGOS FASCISTAS: OS FASCISMOS ESPANHOL E ALEMÃO E OS TRAUMAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL³

Xosé Manuel Núñez Seixas é um historiador espanhol, atualmente professor na Universidade de Munique, Alemanha. Seus interesses de pesquisa são múltiplos, mas podemos identificar alguns eixos centrais, como os estudos migratórios, da guerra e do nacionalismo europeu, normalmente seguindo um viés comparativo ou transnacional. Bastante conhecido entre os especialistas nesses temas, especialmente na Europa, tem agora, por iniciativa da Editora da PUCRS, um dos seus livros editados no Brasil.

O livro reúne seis ensaios, dos quais um inédito e cinco previamente publicados em revistas e livros do Brasil, Argentina, Espanha e Portugal entre 2007 e 2015. Apesar da sua heterogeneidade, os artigos têm um eixo temporal bem delimitado, ou seja, o período entre as guerras mundiais e a Segunda Guerra. Do mesmo modo, há vários focos temáticos – os fascismos, as identidades nacionais, a guerra e a memória da guerra – que dão identidade e coerência ao volume.

O livro se inicia com um capítulo teórico, conceitual, no qual o autor apresenta a necessidade de discutir conceitos chave para a historiografia do fascismo, como, por exemplo, o de nacionalismo. Há um consenso de que o nacionalismo é um elemento central da visão de mundo fascista, mas faltaria uma discussão rigorosa sobre o significado do termo dentro do fascismo.

O nacionalismo, na verdade, é um grande guarda-chuva, podendo incluir perspectivas de direita ou de esquerda, autoritárias ou democráticas, culturais ou econômicas e outras. Mesmo dentro do fascismo, há diferenças entre um nacionalismo quase tradicional, etnolinguístico, como o italiano, e outro que enfatizou a raça, como o alemão, além de contínuos diálogos e adaptações entre um e outro. O autor faz um inventário dos vários tipos de nacionalismo dentro e fora do universo fascista, o que é um exercício bem-vindo.

Em linhas gerais, para o autor, o nacionalismo fascista não seria particularmente novo, mas uma reciclagem de propostas nacionais já presentes

3 Resenha de Núñez Seixas (2016). Publicada originalmente em *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, n. 3: 697-700, 2017.

no pensamento da direita conservadora. O nacionalismo fascista, como sua matriz tradicionalista, se distanciaria da proposta liberal-democrática e de suas propostas de nação como o lugar onde se daria a soberania popular e se exerceriam os direitos de cidadania. Para conservadores e fascistas, a nação seria uma comunidade política baseada em laços comuns de cultura, história ou raça.

A novidade do fascismo teria sido adaptar esse nacionalismo conservador aos seus dogmas centrais, como a revolução, o irracionalismo e outros. A partir dessa adaptação, emergiriam certas particularidades do nacionalismo fascista: a ênfase no sacrifício e da disciplina sobre os direitos individuais, uma visão darwinista da nação e da política internacional, a subordinação da religião à nação e desta ao Estado e a crença cega no princípio do líder.

O nacionalismo serviria de ponte entre os fascistas e os nacionalistas conservadores. Mesmo que a visão de nação dos conservadores fosse, em geral, diferente da dos fascistas (já que eles avaliavam de forma diversa o papel do Estado e da religião na construção nacional), era próxima o suficiente para promover a aliança e a colaboração, especialmente porque ambas se opunham às versões liberais e de esquerda de nação.

No tocante ao darwinismo na política internacional, uma discussão que chama a atenção é a relacionada ao imperialismo. O fascismo, com certeza, era imperialista, mas definir melhor esse imperialismo é uma discussão praticamente inevitável quando se problematiza o nacionalismo. O imperialismo fascista apenas trouxe para o cenário europeu o sistema já instalado na Ásia ou na África ou representou algo novo? Uma discussão ainda não conclusiva, mas que mereceria ser feita.

Outro ponto interessante do livro é quando ele ressalta como a proposta nacionalista do nazismo, assim como de outros regimes autoritários, não significava automaticamente repressão dos regionalismos ou das tradições locais. Tal repressão era efetivada nos casos em que isso pudesse significar separatismo, mas não quando o regional era identificado como construtor do nacional. Autores como Alon Confino, também analisado nessa coletânea, já tinham identificado isso no tocante ao nazismo alemão, ressaltando como o folclore e as tradições locais do *Heimat* alemão eram interpretados como reservatórios do “verdadeiro espírito

nacional”, em oposição a ideologias que seriam estranhas a ele, como o comunismo ou o liberalismo.

Em outro dos ensaios, o autor retoma essa tensão entre o regional e o nacional para o caso espanhol. Fica evidente como o regionalismo foi incorporado ao discurso do franquismo de forma a mobilizar as áreas não castelhanas da Espanha e como os regionalismos eram vistos como uma reserva de tradições e identidades capaz de combater a modernidade liberal e de esquerda. O problema era quando o regionalismo se convertia em separatismo (real ou imaginado), ameaçando a integridade nacional, o que gerava ambiguidades e políticas muitas vezes contraditórias, entre a repressão e a tolerância, em regiões como a Catalunha e a Galícia.

Dois dos textos seguintes trabalham a relação entre o fascismo espanhol, representado pela *Falange Española* (FE), e o nacional-socialismo alemão. O autor ressalta como, até a eclosão da Guerra Civil, a principal influência externa no fascismo espanhol foi Mussolini, o qual, inclusive, forneceu fundos para o movimento. O estilo alemão de liderança, a sua fórmula de conquista do poder e o seu anticomunismo e radicalismo eram admirados, mas o racismo e o antissemitismo ao estilo nazista não agradavam aos espanhóis.

Com a guerra civil e o apoio alemão a Franco, o cenário se alterou e a Falange intensificou seus laços com a Alemanha. Nos anos a seguir, muitos falangistas visitaram a Alemanha (e vice-versa), estreitando os laços entre a FE-JONS e o NSDAP. Organizações nazistas serviram de inspiração para suas equivalentes espanholas e professores e intelectuais falangistas foram estudar na Alemanha, com ou sem associação com os organismos culturais do franquismo.

O autor indica como a relação entre a Falange e o NSDAP acabou por influenciar os equilíbrios internos dentro do bloco de poder franquista. Hitler enviou, como seu representante junto a Franco, o antigo representante nazista no Peru e na Argentina Wilhelm Faupel. Era uma imposição do NSDAP, que priorizava a sua relação com a Falange, a qual havia crescido muito em poder e número de militantes desde o início do conflito. Em fevereiro de 1937, ele foi nomeado embaixador alemão, mas continuou uma atividade incessante em prol da Falange, a qual Faupel via como um verdadeiro partido nacional-socialista adaptado à

realidade local e uma força que poderia tomar o poder de Franco, aliando-se permanentemente com a Alemanha. Ele também empreendeu iniciativas para se aproximar dos falangistas e retirá-los da órbita italiana.

Faupel apoiou, por exemplo, Manuel Hedilla, a dissidência da FE, que se opôs ao decreto de Unificação e irritou tanto Franco que esse conseguiu que Hitler o removesse em agosto de 1937. Ele voltou para a Alemanha, onde assumiu a direção do *Instituto Ibero-Americano*, para o qual levou vários falangistas. De lá, continuou a tentar influenciar o falangismo – segundo ele, uma verdadeira força revolucionária– e a Espanha.

Franco, contudo, teria conseguido anular os ímpetus radicais da Falange e controlá-la dentro do seu bloco de poder, que incluía, como é conhecido, falangistas, conservadores, reacionários carlistas e outras forças de direita. E mesmo esse falangismo radicalizado não teria se tornado um nacional-socialismo espanhol, permanecendo dentro dos padrões do falangismo, mais próximo do fascismo italiano do que do padrão nazista. A partir de 1943, a FE começou, de qualquer forma, seguindo a orientação de Franco, a romper seus laços com o passado, negando ser fascista e assumindo-se como uma variação do tradicionalismo católico. Os falangistas pró-nazis começaram a ser silenciados e ficaram isolados desde então.

Um verdadeiro falangismo nacional-socialista só iria aparecer de setembro de 1944 a abril de 1945, sob a batuta de Faupel e da revista *Enlace*, sob o comando de um sacerdote basco – Martin de Arrizubieta. A meta era criar um nacional-socialismo hispânico, incluindo antisemitismo biológico e uma ordem totalitária e laica. A revista tentava fornecer um programa aos espanhóis das SS que ainda lutavam pelo Reich. Mesmo assim, eles teriam continuado a interpretar a mensagem pelos seus valores tradicionais, falangistas.

Essa parte do livro é sumamente interessante no sentido de demonstrar os conflitos no interior do bloco de poder franquista durante a Guerra Civil e posteriormente e como o cenário internacional foi fundamental para definir essas disputas. Na Espanha, há muito se reconhece que o franquismo sofreu mutações ideológicas de monta no decorrer de décadas de História e se discutem as disputas entre carlistas, conservadores e falangistas (e dentro de cada grupo) no interior do

seu bloco de poder. No Brasil, tal informação ainda não é de domínio comum fora do campo dos especialistas e algumas pessoas ainda, em alguns casos, associam franquismo com fascismo. Isso torna esses capítulos de especial interesse para os leitores brasileiros.

A formação da *División Azul* (DA) – a divisão enviada por Franco para lutar na frente russa com o Exército alemão - só pode ser entendida, justamente, se levarmos em conta as pressões internas - dentro do seu sistema de poder - e externas, dos Aliados e do Eixo, a que Franco estava submetido no início da década de 1940. A invasão da URSS havia ampliado a simpatia pelo nazismo não apenas entre os falangistas, como também entre muitos conservadores e carlistas. Os falangistas, contudo, viam com muito mais clareza que uma participação espanhola no Eixo poderia ser um instrumento valioso para reforçar suas pretensões de poder, até mesmo removendo Francisco Franco do comando. A DA é justamente o objeto de dois dos artigos que se seguem no livro e sua importância é de primeira ordem.

Na Espanha, a *División Azul* é objeto de interesse historiográfico e público há muito tempo e as discussões sobre sua história e memória são bastante intensas. No Brasil, poucas pessoas conhecem sua história e as implicações da participação de dezenas de milhares de espanhóis na frente russa durante a Segunda Guerra Mundial. Apenas por trazer esse tópico para o público brasileiro, os artigos que se referem à Divisão já valeriam a pena.

Os artigos, contudo, vão muito mais do que simplesmente trazer uma discussão espanhola para leitores brasileiros relativamente pouco informados. Núñez Seixas faz uma análise comparada de extremo interesse, colocando a DA em perspectiva frente a outras forças que lutaram na frente oriental. Nessa comparação, incluem-se as forças regulares, como as eslovacas ou húngaras, as várias legiões de auxiliares recrutadas entre os povos soviéticos e os voluntários, como as *Waffen SS*.

O estudo da frente oriental é realmente um ponto forte do livro. Tradicionalmente, no Ocidente, conhece-se muito mais as batalhas dos anglo-americanos contra os exércitos alemães na Europa e na África do Norte ou nos oceanos e no ar. A frente oriental, contudo, foi o lugar onde os sonhos de

dominação mundial do nazismo foram destruídos e onde as forças armadas alemãs tiveram mais baixas. O simples conhecimento das grandes batalhas e operações no espaço entre a Alemanha e a Rússia – como Stalingrado, Kursk ou Bagration – já seria um ganho para o leitor médio.

Os artigos do livro, contudo, vão além de uma reconstrução factual das batalhas e dos conflitos, adentrando no campo da análise sociológica das tropas envolvidas e ressaltando o caráter internacional e transnacional da luta ali travada. A memória particular daquela frente entre os alemães e entre outros povos envolvidos – como, em especial, os finlandeses, os espanhóis e os italianos - também é abordada, em um esforço de diálogo entre História e memória, entre passado e presente.

Enquanto coletânea de artigos já publicados, o livro apresenta as deficiências inevitáveis desse modelo, como a repetição de argumentos e temáticas. No entanto, as vantagens superam as desvantagens, pois os vários textos suplementam-se uns aos outros. O conjunto é um material de extrema utilidade e imprescindível para os interessados no fascismo internacional, na Segunda Guerra Mundial e em temas correlatos.

ESTRATÉGIAS FASCISTAS EM REVISTA⁴

Muitos anos atrás, quando iniciava meus estudos sobre o integralismo, tive a oportunidade de folhear alguns exemplares da revista *Anauê*. Eu já tinha lido uma parte da imprensa do movimento e as fotografias, desenhos e caricaturas estavam presentes, em maior ou menor escala, na maior parte dos jornais da Ação Integralista, não sendo, pois, uma novidade. *Anauê*, contudo, era muito mais colorida e dinâmica e a iconografia que era publicada em suas páginas era particularmente atraente. Desde então, essa revista ficou na minha memória como algo distinto, como um elemento da máquina de propaganda do integralismo que demandava um estudo específico.

Desde então, a historiografia relacionada ao integralismo teve um salto apreciável em quantidade e qualidade e a temática da imprensa integralista foi, provavelmente, a que mais se ampliou. Hoje, temos não apenas novos e importantes estudos gerais sobre ela, como trabalhos específicos sobre os jornais e revistas mais representativos, como *Acção*, *Panorama*, *A Offensiva* e tantos outros. O livro de Rodolfo Fiorucci sobre a revista *Anauê* se encaixa nessa renovação historiográfica, beneficiando-se da mesma, ao mesmo tempo em que traz uma colaboração inédita e de suma importância para os estudos do tema.

Em boa medida, a solidez do trabalho de Fiorucci se origina do seu cuidado teórico e metodológico. O estudo de publicações impressas tem, por característica, a produção maciça de informações empíricas. Ao folhear um periódico por anos e fichá-lo, é inevitável que se recolham milhares de dados, os quais podem, literalmente, “afogar” o pesquisador. Para evitar isso, deve-se ter um foco temático preciso ou uma abordagem teórica bem definida.

O autor, nesse sentido, preferiu evitar a dicotomia entre uma abordagem semiótica (analisando os discursos) e uma pragmática (a base material da produção) em favor de uma que recupera as duas perspectivas. A essa combinação, ele acrescentou outra, a do semióforo, ou seja, o periódico como portador de um significado reconhecido em um determinado grupo, localidade ou sociedade.

⁴ Publicado originalmente, como prefácio, em Fiorucci (2021: 11-13).

Essa opção me pareceu particularmente feliz. *Anauê* era produzida materialmente, levando para o papel discursos elaborados com determinados fins e para atingir certos objetivos. Ao mesmo tempo, a formação de uma coleção dela por parte de um militante ia além do ato da compra e da concordância com o que era apresentado; era também um sinal de identidade coletiva, de afeto com relação a um objeto, no caso a revista. Efetivamente, muitos militantes políticos, não só do integralismo, conservam coleções (não apenas de periódicos, mas também de livros, vestuário ou outros objetos), não apenas para preservar uma história e uma memória, mas como sinais de que pertenceram àquilo, de que a sua foi uma militância que valeu a pena.

Essa abordagem tripla permitiu ao autor analisar artigos e articulistas, ou seja, os principais temas que circulavam pela revista e os autores materiais da sua produção, assim como os artifícios imagéticos utilizados para entregar, ao público consumidor, uma mensagem específica, coerente com a doutrina integralista. Destacam-se, nesse sentido, os temas mais adequados a uma revista de variedades, como a vida urbana, a posição da mulher na sociedade e os modos de vida cosmopolitas em oposição aos nacionais. Sua detalhada apresentação das capas da revista, aliás, é um dos pontos altos do seu livro, assim como o estudo detalhado da iconografia, já na parte final.

Nesse aspecto, sua sugestão a respeito dos tons comuns entre a imagética da revista e publicações semelhantes produzidas pelo nazismo alemão mereceria ser aprofundada. É verdade que boa parte das revistas de variedades e ilustrações publicadas no Brasil, e no mundo, naquele momento seguiam modelos parecidos, sendo a influência americana a mais notória. No entanto, a imagética fascista tem traços peculiares e valeria a pena avançar nessa discussão, que o autor introduz, até para entender melhor as especificidades da revista

Outro ponto a se valorizar no livro é sua abordagem dos anúncios e da propaganda. Uma das fontes principais de financiamento de qualquer periódico é a publicidade e, no caso de revistas doutrinárias como a *Anauê*, é improvável que empresários que não simpatizassem com o integralismo nela anunciassem. Fiorucci consegue esclarecer quem eram esses empresários e essas empresas e a sua relação com a AIB.

Particularmente, para quem estuda a simbologia integralista há anos, foi revelador saber, finalmente, o nome de algumas empresas (Laurenti & Kourhy Ltda e Magalhães Sucupira e Cia) que forneciam broches, uniformes, bandeiras e outros materiais ao movimento. Encontrar os arquivos contábeis dessas e de outras empresas do gênero seria uma forma de dar materialidade aos estudos sobre a simbologia integralista. A Magalhães Sucupira, aliás, é até hoje fornecedora de artigos de vestuário para o Ministério da Defesa brasileiro, o que indica a continuidades de relações que poderiam ser recuperadas.

Ainda sobre o financiamento da revista, talvez seja possível relacionar o peso financeiro dos anunciantes com questões doutrinárias, especialmente nas relações com o fascismo internacional. As simpatias de *Anauê* oscilaram entre o nazismo e o fascismo italiano, caminhando para uma postura mais orientada a Roma depois de 1936. Isso parece estar relacionado, em primeiro lugar, com a mudança de postura da direção da AIB. Questões doutrinárias também existiram, pois a AIB estava mais perto do modelo fascista italiano do que o alemão. Mas também deve ter contado a entrada de anunciantes como o grupo Matarazzo a partir de 1936, substituindo empresas alemãs – como o Banco Alemão Transatlântico e a Casa Alemã -, mais presentes na primeira fase da revista. Ideias e doutrinas só podem ser compreendidas efetivamente dentro de sua materialidade.

O autor também foi cuidadoso ao identificar os limites da imprensa integralista e da revista *Anauê*. Não há dúvidas que os 146 periódicos publicados pelo integralismo foram instrumento fundamental para a difusão do movimento, mas seu papel pode ter sido superestimado pelo simples fato de que os “restos documentais” deixados por eles serem maiores do que os imateriais, como as manifestações de massa, os discursos e cerimônias. Também *Anauê*, apesar da sua importância, foi publicada apenas por três anos (1935-1937) e contou com apenas vinte e dois números. Subfinanciada, com periodicidade irregular e enfrentando a concorrência de outras revistas ilustradas, ela tinha limites evidentes, que o autor aborda com propriedade.

Em resumo, o leitor tem diante de si um trabalho sério, muito bem construído em termos teóricos e com uma pesquisa empírica exaustiva, o qual pode ajudá-lo a compreender a materialidade da doutrina integralista e os seus

principais elementos constitutivos. Já que vivemos em um momento em que a direita radical voltou a se colocar no cenário político e em que a propaganda, agora no formato de *fake news*, adquiriu uma capilaridade ainda maior do que antes, ler o trabalho de Rodolfo Fiorucci não é apenas um prazer, mas uma necessidade.

O PARTIDO NAZISTA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

SOBRE O NAZISMO NO PARANÁ E SUAS IMPLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS¹

Não vou conseguir me recordar da data exata em que conheci Rafael Athaides. Com certeza, foi no curso de “Contemporânea 2” que ministrei a ele na Universidade Estadual de Maringá, em 2004. Minha lembrança é que, em uma conversa, fui eu quem o estimulei a estudar o nazismo e sugeri o tema da presença nazista no Estado do Paraná.

Se minha memória não me trai e sou realmente o “culpado” pela caminhada de Rafael para esse campo de estudos, só posso ressaltar o quanto isso me deixa satisfeito. Desde então, ele tem percorrido uma trajetória notável e que só pode deixar feliz um ex-professor e orientador. A dissertação por ele defendida e esse livro, versão modificada e corrigida da primeira, é prova cabal disto.

Rafael, na verdade, se insere em um esforço historiográfico recente que busca reavaliar a questão da presença do nazismo em terras brasileiras nas décadas de 1930 e 1940 e que reúne historiadores como René Gertz, Marionilde Brepohl, Luís Edmundo Moraes, Anna Maria Dietrich e outros. Todos eles, seguindo o caminho seminal traçado por Gertz, têm procurado romper ideias pré-estabelecidas e definir com mais rigor o que significou a presença da suástica no Brasil.

Como indicado por Gertz já há quase um quarto de século, a visão tradicional do que representava o nazismo no

1 Publicado originalmente, como prefácio, em *Athaides* (2011: 11-19).

Brasil era simples. A Alemanha nazista, seguindo a tradição expansionista alemã e reforçando com seus impulsos racistas, tinha um plano claro de conquista do sul do Brasil. Para tanto, enviou para cá os militantes do NSDAP e outros agentes, os quais conquistaram completamente as coletividades alemãs, até serem derrotados e eliminados pela ação repressiva do governo Vargas.

Nesta linha de pensamento, a adesão dos alemães e seus descendentes ao projeto nazista era dada como lógica. Emigrados para o Brasil já dentro desse espírito imperial e recusando-se completamente a se assimilar à sociedade maior e à cultura dominante luso-brasileira, eles se sentiam alemães e não haveria como não responderem entusiástica e maciçamente aos apelos de Berlim.

A recente historiografia, como alguns outros livros analisados nessa coletânea, tem demonstrado como esse cenário é mais complexo e que não apenas Berlim nunca teve um plano real de conquista do sul do Brasil (o que não significa dizer, claro, que ele não poderia se constituir em caso de surgirem oportunidades), como sua “conquista” das colônias foi bem menos absoluta do que o tradicionalmente afirmado. Por fim, o próprio isolamento e recusa de integração dos teuto-brasileiros à cultura brasileira tem sido questionado. Com certeza, a maioria desejava manter a língua e a cultura alemãs, mas isso não implicava, obrigatoriamente, em uma recusa a participar da sociedade maior.

O trabalho de Rafael está claramente dentro dessa nova perspectiva historiográfica, mas avançando dentro da problemática estadual. Uma abordagem de história regional, mas elaborada com enorme cuidado, de forma a não exagerar na busca do específico e esquecer que há contextos maiores a serem levados em conta. Pelo contrário, a história regional aqui utilizada é aquele que visa estudar empiricamente casos isolados de forma a permitir a formação de conclusões mais gerais, o que é metodologicamente válido.

No caso do tema em questão, o livro de Rafael se fazia ainda mais necessário, pois, frente ao número razoável de trabalhos sobre São Paulo, Rio de Janeiro e, especialmente, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Paraná era praticamente ignorado. Essa lacuna era especialmente grave quando recordamos a importância da colônia teuta local e do Estado dentro da estrutura nazista nacional. O presente trabalho colabora para sanar essa falha, e o faz de forma eficiente.

O livro, realmente, trabalha a relação do macro com o micro com enorme cuidado e lucidez. Depois de fazer uma cuidadosa reconstrução da questão do NSDAP em nível nacional, ele avança para seus meandros no Estado, indicando as igualdades e diferenças frente ao quadro maior. A composição sociológica dos membros do partido no Estado, a tentativa nazista de conquistar as associações teutas locais, a diferença entre apreciar o nazismo e ser nazista e outras questões são exploradas com maestria, formando um quadro cristalino da presença nazista no Paraná.

Ele também indica ter consciência de que o quadro estudado não se limita nem ao Paraná, nem ao Brasil e nem mesmo à América do Sul, sendo, na verdade, uma ação global projetada a partir de Berlim e que só pode ser estudada com essa perspectiva. Ele ressalta que não pretende, nesse trabalho, fazer uma história comparada com outros Estados do Brasil e países e é claro que é essa a opção certa para um estudo de âmbito limitado. Mas talvez valesse a pena pensar nesse tipo de história no futuro.

Efetivamente, as perspectivas para algum tipo de história comparada ou transnacional com relação à presença de nazismo entre os imigrantes alemães espalhados pelo mundo são das melhores. Que assunto poderia ser mais bem explorado com essa visão teórica do que essa presença, espalhada nos cinco continentes e que, ao mesmo tempo em que manteve um caráter comum, englobava realidades as mais diversas?

Realmente, haveria muito a se ganhar com esse estudo. Explorar a presença de comunidades de sua origem no exterior para seus próprios fins geopolíticos não era nenhuma invenção alemã ou nazista, já tendo sido usada pela Itália, Espanha, Bélgica e outros países já antes da Primeira Guerra Mundial. No caso nazista, contudo, a própria aproximação racialista da questão nacional indicava que não haveria como escapar da recuperação daquele “sangue germânico” espalhado pelo exterior.

A partir dessa teoria, contudo, as variações práticas foram imensas. Em um lugar como a Nova Guiné, a sede local do NSDAP não deveria ser muito mais do que um clube para a congregação dos alemães ali residentes. Na Polônia ou na Romênia, em plena esfera de ação do poder e do expansionismo do Reich, a

manipulação e o esforço para utilizar essas comunidades como instrumento no jogo geopolítico alemão eram imensamente superiores, enquanto, em países como o Brasil e a Argentina, a questão era muito mais matizada. Enfim, apenas uma indicação de estudos e aprofundamentos que mereceriam algum investimento.

Do mesmo modo, seria interessante comparar as ações nazistas no exterior e no Brasil com a de fascistas italianos, falangistas espanhóis, salazaristas portugueses e outros. Todos agiram de forma mais ou menos semelhante com relação a suas coletividades, mas, em muitas questões, a maneira de eles lidarem com algumas questões era bem diferente da nazista, o que mereceria ser explorado. As relações entre todos esses grupos e sua solidariedade/conflito também seria um tema de interesse.

Há, aliás, pensando no caso específico do Paraná, alguns casos que mereceriam um cuidado especial. Nesse Estado, havia imensas coletividades de poloneses e ucranianos que, nos anos 1930, receberam certa propaganda do governo de direita polonês e influência dos grupos nacionalistas ucranianos emigrados. Pouco se sabe sobre essas atividades e valeria a pena explorá-las, até para permitir que se forme um quadro mais geral da problemática.

O livro de Rafael também aborda com cuidado a repressão varguista aos nazistas e alemães no Estado e indica a maior ironia desta repressão. Como ele bem indica, a maioria dos alemães filiados ao NSDAP, no Brasil e no Paraná, eram alemães natos, residentes nas cidades (especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo) e de classe média, além de serem, numericamente, poucos. A repressão atingiu majoritariamente, contudo, descendentes de alemães há gerações no Brasil, habitantes do campo e da região Sul, em um processo injusto e que se repetiu, igualmente, no caso, por exemplo, dos italianos e, em uma escala muito maior, com os japoneses.

Talvez seja importante, aliás, fazer uma distinção cuidadosa entre os erros da repressão e sua necessidade e/ou justificativa. Como indicado acima, o governo Vargas errou ao não identificar com cuidado o verdadeiro inimigo e/ou utilizou a questão do nazismo para eliminar as bases da cultura germânica do país, o que garantiria a sua unificação cultural. Outra injustiça grave foi a de criminalizar pessoas apenas por pertencerem a um partido legal no país (como era o caso do

NSDAP antes de 1938) ou, por exemplo, por tirarem fotos utilizando a bandeira nazista, que era a do seu país naquele momento. Algo a se lamentar, pois trouxe problemas e dificuldades a pessoas que nem de longe representavam uma ameaça ao Brasil e representou uma perda cultural ao país.

No entanto, é importante evitar o polo oposto e cair em uma “vitimização” que apresenta as coletividades alemã ou italiana como cem por cento inocentes e vítimas passivas de um governo que não via a sua lealdade e as suas boas intenções. A partir de 1942, especialmente, o Brasil estava em guerra com a Alemanha e a Itália e o Estado tinha o direito e até o dever de vigiar os cidadãos dos países inimigos e, em caso de necessidade, confiná-los. O caso japonês é, nesse contexto, muito mais grave, pois, oficialmente, o Brasil não entrou em guerra contra o Japão até 1945 e o tratamento reservado aos japoneses foi infinitamente mais duro, como, aliás, aconteceu também nos Estados Unidos, no Canadá e em outros países. Além disso, apesar de o Estado atacar duramente, e de forma lamentável, a cultura dos imigrantes – jornais, associações, uso público da língua etc. –, não houve nem sombra da política de aniquilação cultural e física promovido pelo nazismo na Polônia ou na Ucrânia. Perspectiva histórica é algo necessário, ainda mais nesse mundo contemporâneo onde quase todos os grupos procuram justificativas no passado para algum tipo de privilégio ou regalias, quase sempre indefensáveis.

Por fim, impossível não notar uma ausência no livro de Rafael: o integralismo. Já está mais do que claro, na historiografia, que a relação da Ação Integralista foi muito mais densa com a Itália fascista (e com a Península Ibérica) do que com Berlim, com questões ideológicas de peso separando o principal corpo doutrinário dos dois partidos. Mas é conhecido o intenso relacionamento dos integralistas com os nazistas em solo nacional, normalmente mediado pelo fato que um número substancial de descendentes de alemães aderiu ao integralismo. Uma relação cheia de contradições, com solidariedade e conflito se sucedendo (especialmente pela questão nacionalista), mas que é chave para entender a dinâmica relacional entre eles. Creio que essa dinâmica deveria ter sido ao menos esboçada, no caso desse livro, para o caso do Paraná.

Nesse ponto, aliás, tenho dúvidas se realmente não houve contatos mais densos entre o NSDAP local e a Embaixada alemã com as lideranças do

integralismo, inclusive com o fornecimento de fundos. No caso italiano, isto está mais do que comprovado, mas as evidências frente aos alemães ainda são embrionárias e contraditórias e talvez fosse um avanço explorar a questão em nível regional, verificando, por exemplo, se empresas alemãs ou o consulado alemão em Curitiba não transferiram fundos para os integralistas locais.

Essa minha última crítica é mais sugestão do que outra coisa, especialmente porque sei que, nesse momento, Rafael está trabalhando justamente com o tema do integralismo no Estado do Paraná. Um sinal de que, em pouco tempo, teremos outro ótimo livro em mãos e que eu terei, certamente, a chance de ver que a semente que lancei continua a dar bons frutos.

ROLÂNDIA NO NORTE DO PARANÁ²

O Norte do Paraná tem uma característica no mínimo curiosa em termos populacionais: uma forte presença de descendentes de imigrantes europeus e asiáticos, associada a um fluxo de imigrantes dessas regiões relativamente pequeno. Um aparente paradoxo, que se explica pelo que chamo de “imigração secundária”, ou seja, um processo pelo qual os imigrantes europeus se instalaram inicialmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, na região oriental do Paraná e, especialmente, em São Paulo. Anos depois, seus filhos ou netos (ou, às vezes, os próprios imigrantes) migraram para a colonização do norte paranaense. Dessa forma, a maioria dos descendentes de italianos ou japoneses da região, por exemplo, tem uma trajetória familiar que sai da Itália ou do Japão, passa por São Paulo e chega ao Paraná apenas posteriormente.

Até pelo momento da sua colonização, na metade do século XX, quando a imigração europeia e asiática para o Brasil começava a entrar na sua fase final, não espanta que o norte paranaense tenha recebido relativamente poucos imigrantes. Não obstante, eles não eram, claro, inexistentes, como demonstram as colônias japonesas de Assai e Uraí ou a presença de italianos, portugueses e espanhóis no tecido urbano de Maringá e Londrina.

Nesse sentido, a iniciativa dos professores Ângelo Priori e Peter Mainka em organizar e publicar o presente livro é mais do que meritória. A experiência imigratória e migratória no norte do Estado do Paraná tem sido enriquecida, nos últimos anos, por uma série de estudos, os quais tem abordado a imigração japonesa, a italiana, a alemã e outras. O caso de Rolândia e da imigração judia e alemã para a região também já recebeu a atenção de vários pesquisadores e historiadores, profissionais ou amadores, os quais têm abordado os vários aspectos dessa imigração e as potenciais tensões entre judeus e alemães em pleno contexto do nazismo e da Segunda Guerra Mundial.

Esse livro, contudo, tem algumas características que o fazem especial no conjunto da historiografia. Em primeiro lugar, com a exceção de alguns artigos mais

2 Publicado originalmente, como prefácio, em português e alemão, em *Priori; Mainka*; (2017:15-20).

gerais, de contextualização, o livro se desenvolve, em linhas gerais, ao redor de algumas figuras chave do processo colonizador, a saber: Erich Koch Weser (1875-1944), Arthur Hugh Miller Thomas (1889-1960), Oswald Nixdorf (1902-1981), Johannes Schauff (1902-1990), Manoel Ribas (1873-1946), Hans Zischler (1903-1991) e Braz Ponce Martins (1929-2004). Essa lista inclui o interventor e governador do Estado do Paraná nos anos da colonização (Ribas), as três personagens fundamentais para o projeto da colônia (Koch Weser, Nixdorf e Schauff), o então gerente da Companhia de Terras do Norte do Paraná (Miller Thomas) e figuras de maior (o pastor evangélico Hans Zischler) ou menor importância (o agricultor Ponce Martins, de resto, de origem espanhola) no contexto de Rolândia.

Longe de serem meros ensaios microbiográficos, os vários artigos que utilizam a vida de um personagem como eixo acabam por conseguir apresentar de uma forma inovadora questões como o conflito entre judeus e alemães, as dificuldades da colonização da terra, o papel da Companhia de Terras e do governo do Paraná em todo o processo e outras. Se toda a história é (ou deve ser) uma história feita por pessoas de carne e osso, tal característica aparece ainda com mais força nesse livro, o que deve ser comemorado.

Além disso, a opção dos vários autores por contextualizar e apresentar a vida dos seus personagens não apenas em Rolândia, mas também antes da sua chegada foi extremamente feliz, pois permitiu compreender melhor seus posicionamentos na cidade. Dessa forma, a diversidade política e ideológica (católicos, evangélicos, liberais, nazistas) dos personagens é explicitada e construída a partir de sua vivência anterior e, a partir daí, suas redes de relações, suas proximidades e distanciamentos em Rolândia acabam por adquirir um novo significado. A discussão sobre a relação entre Nixdorf e o nazismo, por exemplo, adquire uma nova dimensão quando se revela a sua militância, já entre 1919 e 1920, nas forças *Freikorps*, de extrema direita, e suas relações com Walter Darré e outros líderes nazistas.

O único ponto a se lamentar é a ausência de uma edição bilíngue. Como leitor do português e um conhecedor mediano da língua alemã, fui capaz de apreender a importante colaboração dos dois times, alemão e brasileiro, que participaram da empreitada. No entanto, para os que não conseguem circular entre

os dois idiomas, a dificuldade será evidente, o que é a se lamentar. Compreendem-se as dificuldades práticas e financeiras para uma edição bilíngue, mas talvez isso possa ser repensado em uma próxima edição, que valorizaria ainda mais um trabalho que já se torna referência para os interessados no tema.

OS ESTUDOS SOBRE NAZISMO NO BRASIL E SUA NECESSÁRIA INTERNACIONALIZAÇÃO³

O Terceiro Reich continua a ser, mesmo depois de setenta anos do seu final, um tema atraente em termos da indústria cultural e midiática. Um simples olhar nas estantes de qualquer livraria, em bancas de jornais e revistas ou na Internet pode confirmar isso. A maior parte desse material é de baixa qualidade, refletindo o interesse popular por efemérides (como a sexualidade de Hitler ou o ocultismo nazista) ou questões políticas imediatas. Aqui se insere, por exemplo, a discussão nas redes sociais sobre o “fascismo de esquerda”, cujo objetivo, em última instância, é demonizar todo o campo da esquerda e que, em termos históricos e historiográficos, é totalmente sem sentido.

Do mesmo modo, os historiadores continuam a dirigir a sua atenção para o tema, produzindo artigos e livros a respeito de forma contínua, em vários países do mundo. Nada espantoso, dada a importância do nazismo na História Contemporânea europeia e mundial.

Os historiadores brasileiros têm algumas dificuldades quando tentam estudar essa temática em profundidade. Em primeiro lugar, boa parte da discussão historiográfica está em outros idiomas e o domínio do alemão é uma necessidade para um real aprofundamento. Depois – e talvez seja esse o principal problema - há a questão das fontes. História se faz com pesquisa empírica, em documentos, e a maioria das fontes sobre o nazismo está na Europa e, especialmente, na Alemanha. Não espanta, dessa forma, que historiadores e interessados no assunto acabem por restringir seus interesses para as repercussões do nazismo no Brasil. Sobre esse tema, boa parte da discussão bibliográfica e as fontes estão em português e o acesso é mais fácil, nos arquivos nacionais. Essa opção permitiu que os estudos sobre o tema desabrochassem, mas também acabou por colocar limites ao seu desenvolvimento.

Em linhas gerais, o interesse, tanto midiático como dos historiadores profissionais, pelo nazismo no Brasil se divide em três ou quatro grandes filões.

³ Publicado anteriormente, como prefácio, em *Carvalho; Lucas* (2018: 10-15).

Inicialmente, há toda uma atenção dirigida à presença de militantes ou de seções do Partido Nazista (a *Auslandsorganization der NSDAP* ou AO-NSDAP) no Brasil e suas relações com os integralistas e outras forças políticas nacionais. De forma acessória, estudam-se também os contatos econômicos, diplomáticos e culturais entre a Alemanha nazista e o Brasil na década de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial. Posto isso, a fuga de alguns nazistas para o Brasil após 1945 (como Stangl, Mengele, Wagner e outros) chama a atenção, até porque permite a conexão temporal com o tema do neonazismo contemporâneo, o qual também atrai o olhar não apenas de historiadores, como também de jornalistas, cientistas sociais e outros. Especialmente dentro desses tópicos, a historiografia brasileira tem feito uma colaboração relevante tanto para a História política do Brasil como para a historiografia mundial sobre o nazismo.

A esse respeito, aliás, cumpre ressaltar a observação constante no artigo de Luís Edmundo de Moraes, ou seja, de como as seções da AO-NSDAP foram particularmente bem estudadas no Brasil, graças aos esforços dos historiadores brasileiros. Dos cerca de 113 grupos locais do NSDAP no Brasil, ao menos cinco receberam algum estudo sistemático. Parece pouco, mas esses cinco foram os principais e, além disso, o feito no Brasil se destaca frente ao quase vazio de informações a respeito das seções partidárias em outras partes da América Latina, da Europa ou da Ásia. Como a nossa historiografia tende a se ver como inferior a outras, esse dado merece ser ressaltado.

O presente livro reflete muito bem a situação apresentada acima e indica como a discussão avançou muito nos últimos anos. Até a década de 1970, tudo o que havia era a produção coeva, de denúncia, a qual ressaltava o perigo nazista (e alemão) para o Brasil e a relação de dependência do integralismo frente ao mesmo. A partir dessa década, com os trabalhos clássicos de Stanley Hilton, Ricardo Seitenfus e outros, a questão começou a ser discutida com mais rigor e cuidado. Os textos de René Gertz e de Luís Edmundo de Moraes - ambos autores presentes nessa coletânea -, nesse sentido, foram fundamentais, especialmente no tocante à relação entre o nazismo, a comunidade alemã e a Ação Integralista Brasileira.

Depois desses trabalhos clássicos e de inúmeros outros trabalhos que se seguiram, o quadro de informações que dispomos é muito mais amplo e o presente trabalho reflete com perfeição o momento atual dos estudos.

Em boa medida, temos, nesse livro, a retomada de temas já clássicos e que demandavam aprofundamento e revisão. É o caso dos artigos sobre a relação dos luteranos com o nazismo no período do Estado Novo, a campanha da nacionalização e seus desdobramentos, as escolas em língua alemã no ABC paulista e no Rio Grande do Sul e as relações do nazismo com o integralismo no Paraná. Todos esses artigos trabalham com o universo do centro-sul do Brasil e aprofundam ou rediscutem questões e temas já clássicos para a historiografia. Depois da sua leitura, somos capazes de compreender com muito mais precisão a entrada da propaganda nazista nos espaços teuto-brasileiros e sua repercussão política e ideológica.

Haveria, contudo, como avançar ainda mais a discussão se conseguíssemos, dentro do possível, conectar esses artigos e outros estudos sobre o nazismo no Brasil a realidades maiores. Nesse sentido, tanto a história comparada como a transnacional podem, com efeito, trazer contribuições para ampliar discussões, relativizar conceitos e problemáticas e permitir a separação do discurso da prática.

Um tema muito discutido na historiografia brasileira, por exemplo, é a diferenciação entre *Reichsdeutsche* e *Volksdeutsche* e/ou entre militantes e simpatizantes dentro da estrutura do partido nazista fora da Alemanha. Em vários dos textos que compõem o presente livro, aliás, essa questão reaparece, com opiniões, até certo ponto, divergentes.

Uma comparação com outros casos (como o dos Estados Unidos e, especialmente, o dos países do Leste Europeu) permite compreender como a questão estava sempre relacionada com os interesses geopolíticos do Terceiro Reich em cada país. Em alguns locais, o local do nascimento era de suma importância para definir a aceitação do descendente de alemães na estrutura do partido nazista, pois se queria evitar problemas com os governos estrangeiros. Em outros, era um mero detalhe, a ser corrigido com a conquista territorial pelas forças armadas alemãs.

Do mesmo modo, apesar das funções das seções da AO- NSDAP serem, em teoria, as mesmas, a realidade era muito mais complexa. Propaganda, espionagem, coleta de informações econômicas, assistência social e potencial subversão eram tarefas de todas as seções, mas a ênfase dependia do contexto

local. As observações de Luís Edmundo de Moraes em seu artigo indicam muito bem a diferença entre normatização e realidade. A comparação permite, assim, que evitemos o risco de extrapolar elementos e questões da realidade brasileira (ou latino-americana) para o todo sem comprovação empírica.

Do mesmo modo, está na hora de conectarmos a rede nazista em território brasileiro com a internacional. A sede da AO-NSDAP era o centro focal dessa rede, recebendo os relatórios e informes das seções exteriores – incluindo os obrigatórios *Stimmungsbericht*, sobre as nações onde elas estavam e sua atitude para com a Alemanha - e os encaminhando para os ministérios e agências adequados. A AO-NSDAP também funcionava, pensando em termos de inteligência, como representante de grandes empresas alemãs, como a I.G. Farben, Deutschen Bank e outras. Ela colaborava com essas empresas na divulgação de seus produtos e na coleta de informações econômicas e políticas que pudessem a elas servir, em uma sinergia relativamente pouco conhecida. Isso indica a sua importância – apesar das falhas administrativas e de organização – como centro e foco de uma rede transnacional do nacional-socialismo.

As partes dessa rede também mantinham algum nível de comunicação de forma autônoma, mesmo que apenas simbolicamente. Em 1936, por exemplo, o líder do NSDAP na Suíça, Wilhelm Gustloff, foi assassinado por um estudante judeu. A sua morte foi comemorada nas seções da AO-NSDAP e, em Curitiba, no ano seguinte, a sede do Orstgruppe Curitiba recebeu a denominação de Gustloff-Haus. Isso é apenas um exemplo do esforço que existia para criar um vínculo transnacional simbólico entre os núcleos do NSDAP fora da Alemanha, o que era reforçado, igualmente, pela circulação de jornais, circulares e correspondência. Reconstruir essa rede daria um novo sentido à atuação do partido nazista no território brasileiro.

Vínculos transnacionais fortes também foram estabelecidos, especialmente através da imprensa e da correspondência, entre os grupos antinazistas que se articularam fora da Alemanha depois de 1933, especialmente na Europa, nos Estados Unidos e no Cone Sul latino-americano, com destaque para Buenos Aires. A relação das seções do partido nazista no exterior com os movimentos de alemães antinazistas, aliás, deveria ser estudada com mais detalhe, de forma dialética.

Ser antinazista era ser, usualmente, de esquerda, ainda que a regra não seja absoluta. De qualquer modo, em um momento em que a Alemanha proclamava que todo bom alemão no exterior deveria ser nazista, o participar de um movimento antinazista era uma negação completa da mensagem difundida por Berlim. Isolados em suas cidades e países, os antinazistas teriam perdido a capacidade de ação e a sua própria identidade sem uma rede transnacional na qual se apoiar.

Estudar e reconstruir as redes montadas pelo NSDAP, pelo Estado alemão e pelos vários grupos antinazistas (incluindo um bastante particular, ou seja, o dos nazistas dissidentes da Frente Negra, brevemente mencionado no artigo de Taís Campelo Lucas) com a Alemanha e entre si é, assim, um exercício fundamental para a renovação dos estudos na área. E isso não por modismo, mas porque perde-se muito quando se estuda um fenômeno essencialmente global sem prestar atenção adequada ao que acontecia fora das fronteiras brasileiras.

Nesse sentido, o texto de Luís Edmundo Moraes é de suma importância, já que traz, ao leitor não familiarizado com o idioma alemão, uma descrição detalhada sobre o funcionamento da *Auslandsorganization der NSDAP* e sua relação com outros órgãos e estruturas do partido nazista. Uma narrativa clássica e que se baseia, centralmente, em fontes secundárias, mas absolutamente necessária para que os estudiosos do tema possam compreender o que ocorria na Alemanha, na outra ponta da rede que se espalhava no Brasil. O artigo geral de Taís Campelo Lucas, ainda que acabe por se concentrar no Brasil, também é importante nesse esforço de conectar as historiografias do Brasil, da Alemanha e de outros países em um esforço de entendimento global do fenômeno do nazismo no exterior.

O artigo de Igor Gak sobre o intercâmbio científico alemão com o Brasil dá boas pistas de como o transnacional é algo realmente válido. Ao analisar as nomeações dos professores alemães para a USP na década de 1930, ele indica com clareza como as disputas entre os vários órgãos e instituições (do partido e do Estado) acabavam por afetar vidas e trajetórias até mesmo em um lugar distante da Alemanha, como São Paulo. Do mesmo modo, a proposta de Philip von Lutzelburg de utilizar os conhecimentos sobre plantas tropicais adquiridos no Brasil para facilitar a colonização de um futuro Império Alemão na África indica vínculos entre vários tipos de imperialismo e de pensamento colonialista que apenas uma perspectiva transnacional pode recuperar.

Outra questão que ainda merece estudos mais detalhados é a relação entre teoria e prática, entre o escrito e o vivido. Já mencionamos a dicotomia entre normas e realidade acima, mas a discussão vai além disso. As fontes centrais para a discussão do nazismo no Brasil são as policiais e as produzidas pelos próprios nazistas. Isso pode gerar problemas metodológicos, pois nem sempre o que aparecia impresso no papel refletia os reais interesses e perspectivas dos atores, constrangidos como eles eram por contingências políticas ou de prestígio. O artigo de Vinícius Liebel sobre a revista *Deutsche Woche* - publicada em Curitiba em 1937 - é um exemplo de uma análise bastante feliz no tocante a essa questão, pois ele consegue analisar as concepções nazistas em termos conceituais e como elas eram reelaboradas e repensadas na prática, nas páginas da revista. As sutis diferenças que ele identifica, em alguns casos, entre o escrito em português e em alemão, aliás, é indicativa das contingências políticas que condicionavam a propaganda. Recordar a diferença entre teoria e prática é algo necessário em qualquer trabalho de historiador, mas, especialmente nesse tema, é um cuidado metodológico ainda mais fundamental.

Do mesmo modo, algo que emerge após a leitura do livro é a necessidade de repensar as relações entre memória e História no tocante ao nazismo. O artigo de Bruno Leal, por exemplo, aborda com precisão como os mitos – como o da fuga dos nazistas para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial – são construídos normalmente a partir de fatos verificáveis, mas que esses logo são transformados, especialmente pela mídia, em mitologias, normalmente conspiracionistas.

O autor recorre a autores como Raoul Girardet ou Lévi-Strauss para explicar como os mitos políticos possuem autonomia epistemológica e não precisam de nenhuma legitimidade além da sua simples afirmação e como eles funcionam não pela negação da realidade, mas pela sua deformação. Em um momento histórico em que a fatura da era pós-moderna finalmente chegou e a pós-verdade parece se afirmar, uma análise como essa tem um valor que extrapola o tema em discussão.

O presente livro indica, portanto, o estado da arte dos estudos sobre o nazismo no Brasil, o que conseguimos e o que resta conseguir. Já saímos do campo das mitologias e dos mitos e temos informações mais sólidas sobre a real

repercussão do nazismo no país. Ainda resta muito a fazer, mas, em um momento em que opiniões e discursos vazios adquirem, de forma infeliz, o mesmo status epistemológico de pesquisas sérias, essas são ainda mais necessárias. O presente livro é um exemplo disso, de um trabalho feito por historiadores com perspectivas diversas, mas que seguem o método histórico e produzem conhecimento cientificamente válido, no melhor sentido do termo.

O NAZISMO E SUAS REPERCUSSÕES: DA ESCALA GLOBAL À LOCAL⁴

Um dos temas mais caros à historiografia contemporânea é a chamada história global, ou seja, construir grandes narrativas históricas que vão além dos limites da história nacional. O (re)nascimento da história global vem na esteira de uma rediscussão da história comparada e do surgimento da chamada história transnacional. Grosso modo, uma compara realidades históricas separadas, enquanto a outra identifica conexões entre essas realidades. A história global seria uma tentativa de ir além e construir narrativas mais amplas, englobando essas várias realidades e conexões em uma reflexão maior.

Há vários problemas teóricos quando pensamos a história global. Um, evidentemente, é o modismo. Assim como aconteceu com a história transnacional pouco tempo atrás, há sempre o risco de expandir o conceito a ponto de ele perder o sentido. Nem todos os processos históricos eram transnacionais e nem todos são globais, razão pela qual é necessário ter critérios para definir quando utilizar essas abordagens teóricas.

Depois, há o problema de como trabalhar com a escala. Estudos mais amplos devem enfatizar o que é geral, reconhecendo, no máximo, as particularidades. Não espanta que cientistas políticos, sociólogos ou filósofos sejam muito mais capazes de fazer isso, já que a preocupação deles é com conceitos e discussões amplas. Já os historiadores, em geral, trabalham com fontes, com a empiria e suas reflexões quase sempre se limitam ao que seus documentos permitem comprovar. Dessa forma, as reflexões dos historiadores são, normalmente, locais, regionais ou, quando muito, nacionais, já que é impossível para um único historiador dominar todas as fontes e documentos de diversas realidades.

Quando se dedica à história global (ou mesmo à comparada ou transnacional), o historiador, para contornar o problema acima mencionado, tem que recorrer aos textos de seus pares. Uma boa história global demanda exaustivo trabalho de leitura bibliográfica, de forma que a narrativa seja construída a partir de baixo. Ou seja, do ponto de vista da História, só é possível generalizar e indicar

⁴ Publicado originalmente, como prefácio, em *Silva* (2021:12-14).

peculiaridades a partir do conhecimento já construído por meio de pesquisas baseadas na empiria e que se acumulam na historiografia.

Nesse sentido, a história local e a história global podem se iluminar mutuamente. Uma história local benfeita deve considerar as dimensões nacionais ou globais do seu tema, que se refletem no local mesmo quando os atores não estão perfeitamente cientes disso. E uma história global de qualidade só pode ser construída a partir de trabalhos de história local ou nacional.

Nesse sentido, esse livro de Micael Alvino da Silva merece destaque. Ao abordar a presença nazista em uma – naquele momento – remota região nas fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai, ele adensa a discussão, já ampla, sobre o assunto no Brasil e no mundo.

O tema que ele trabalha – a atuação e a expansão do Partido Nazista no mundo – é evidentemente global. O Terceiro Reich se expandiu mundialmente não apenas pelos mecanismos do Estado alemão e da iniciativa privada, como também através da reprodução partidária, da AO-NSDAP e de outras organizações e grupos partidários.

O Brasil, lar de uma imensa comunidade alemã, recebeu destaque nos esforços de reprodução internacional do nazismo. Temos inúmeros trabalhos sobre o tema em relação às grandes cidades – São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba etc. – e no tocante às comunidades rurais, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O livro de Micael Alvino da Silva apresenta uma realidade bem diferente: uma região rural atrasada, dedicada ao extrativismo e onde os alemães – e mesmo outros súditos do Eixo, como italianos ou japoneses – eram poucos e dispersos. Além disso, era uma região especial, por ser fronteira. Nesse espaço, problemas e dilemas podiam ser resolvidos com a simples transposição dos limites nacionais. Ao mesmo tempo, esses limites preocupavam o aparato estatal por causa dos riscos à segurança nacional. Trata-se de um espaço particular e, até hoje, relativamente pouco estudado no que tange ao problema dos súditos do Eixo.

Esse trabalho é um bom exemplo das conexões entre história local e global às quais nos referimos acima. Se uma das pontas da corrente do NSDAP se encontrava na sede do partido, em Munique, ou nas repartições do Estado, em

Berlim, a outra estava em indivíduos e grupos perdidos nas regiões mais distantes do globo. O caso de Emil Mohrhoff, residente na minúscula Sol de Maio, perto de Foz de Iguaçu, estudado no livro, é indicativo disso.

Ele era um *vertrauensmänner*, ou seja, um “homem de confiança” do consulado alemão de Curitiba. Esta categoria de colaborador atuava em lugares onde não havia possibilidade de fundação de um núcleo do NSDAP, nem mesmo de um ponto de apoio. Eles faziam propaganda verbal e distribuíam propaganda impressa, além de servirem de representantes do consulado entre os alemães locais.

Mohrhoff havia nascido na Alemanha em 1903 e se mudou para Venceslau Brás, em São Paulo, em 1929. Adquiriu terras e se mudou para Sol de Maio em 1932, quando começou a exercer o papel de correspondente informal do consulado alemão. Ele era um dos 14 homens que exerciam a função no estado do Paraná, servindo como ponta de lança da estrutura partidária e estatal alemã. Sem homens como esse em uma das pontas da rede, o sistema alemão provavelmente nunca teria funcionado e as ordens e diretrizes vindas de Munique ou Berlim não teriam como atingir as margens do rio Paraná. A conexão entre global e local, aqui, se fazia de forma física, no corpo e no trabalho de um isolado imigrante alemão.

O autor também é bastante feliz quando analisa as várias dimensões da ação nazista na região. Na dimensão simbólica, mental, o nazismo era uma ameaça onipresente, um fantasma cuja sombra chegava a todos os lugares. Na prática, era algo praticamente inexistente ou difícil de encontrar, mesmo quando delegados e outros agentes do Estado se esforçavam, por dever de ofício, para tanto. A distância entre as dimensões é o que acaba por levar a um tom quase burlesco em alguns dos casos estudados.

Claro que o olhar retrospectivo do historiador pode nos impedir de identificar e compreender o clima daquele momento. Sabemos que as atividades nazistas na Tríplice Fronteira foram muito limitadas e que uma ação concertada entre a Alemanha e a Argentina para invadir o Brasil nunca foi considerada. Os agentes do período, contudo, não podiam ter a mesma clareza frente aos acontecimentos que viviam. Temos que entender suas paranoias e medos dentro do contexto por eles vivido.

Além disso, convém ressaltar que, em outras circunstâncias, o que era apenas um detalhe ocasional ou algo a ser esquecido podia se converter em algo sério. No caso de uma invasão nazista à região – por mais improvável que fosse –, talvez algumas pessoas que nos seus depoimentos e frente aos agentes do Estado tinham se manifestado contrárias ao nazismo mudassem de opinião, por puro oportunismo ou por terem agora a possibilidade. A História conta o que aconteceu, mas, em alguns momentos, pensar no que poderia ter acontecido nos permite ter mais clareza sobre a realidade estudada.

O livro de Micael Alvino da Silva é, portanto, uma colaboração de relevo para os estudos a respeito do nazismo no Brasil e, de fato, no mundo. Ele recupera uma realidade particular e nos recorda como acontecimentos distantes no espaço podiam ter reflexos a longa distância. Prisões arbitrárias, perseguições e remoção de famílias de suas casas e fazendas, tudo isso foi efeito de acontecimentos nas distantes Europa e Alemanha. Uma recordação de que o mundo já estava bastante globalizado desde então e que várias escalas – local, regional, estadual, continental, mundial – devem ser combinadas se queremos compreender um tema tão complexo como o nazismo e suas repercussões no exterior.

REINHARD MAACK: NAZISMO E IMPERIALISMO ALEMÃO NO ESTADO DO PARANÁ⁵

Reinhard Maack (1892-1969) foi um geógrafo alemão famoso por sua colaboração no campo da geologia (como no estudo da deriva continental) e na exploração científica da África e do Brasil. Maack também é conhecido pelos estudiosos da imigração alemã no Brasil por seus vários textos em defesa da imigração alemã no Brasil e contra as medidas nacionalizadoras de Getúlio Vargas. Ele é ainda mais conhecido no Estado do Paraná, onde ele morou por décadas e no qual foi responsável pelo desenvolvimento da geografia e da geologia como disciplinas acadêmicas, além de ter realizado várias expedições científicas ao então sertão paranaense.

Em 1933-1934, especialmente, após a sua formação científica na Alemanha e diversas expedições na África e no Brasil, ele esteve em uma expedição científica no interior do Estado do Paraná. Essa expedição percorreu a extensa bacia do rio Ivaí, no centro-oeste do território paranaense, para análises geológicas, do clima, do solo e das riquezas naturais. Essa expedição foi importante para tornar o nome de Maack ainda mais conhecido no Estado.

A figura de Reinhard Maack sempre despertou polêmicas, dada a sua proximidade ao nazismo e à relação conflitiva que ele manteve com as políticas de nacionalização de Vargas. Do mesmo modo, as expedições que ele liderou no interior do Paraná, e no resto do Brasil, sempre levantaram a suspeita de que ele estava a serviço do imperialismo alemão, em busca de outros espaços nos quais o *Lebensraum* (o “espaço vital” nazista) pudesse ser criado. Um simples cientista ou um agente do imperialismo? Um nazista convicto ou apenas um defensor da cultura alemã que mantinha boas relações com o governo em Berlim? Tentar responder a essas perguntas é um bom canal para compreender melhor o que podia significar ser um alemão, um cientista, um funcionário do governo brasileiro e um nazista no Brasil daqueles anos e como era possível combinar todas essas facetas em uma mesma pessoa.

⁵ Texto inédito.

Maack comentou, em seus escritos, especialmente no seu famoso artigo de 1939 *The Germans of South Brazil*, como a Alemanha não buscava o seu *Lebensraum* no sul do Brasil e que, portanto, as medidas nacionalizadoras do governo Vargas eram não apenas danosas para a população alemã, como desnecessárias. Maack não estava equivocado no sentido direto do termo: o “espaço vital” nazista (ou seja, o espaço necessário para a raça alemã ser autossuficiente em alimentos, matérias primas e profundidade estratégica) seria a Europa Oriental (Ucrânia, Polônia, etc.) e não Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul.

Algumas sutilezas da questão indicam, contudo, outras possibilidades de análise. Nesse artigo de 1939 Maack justificava a necessidade de a Alemanha conseguir o seu espaço vital em outros lugares (leia-se Europa Oriental) justamente pela experiência dos alemães no sul do Brasil: isolados, impedidos de falar a sua língua e viver na sua cultura, eles estavam destinados ao desaparecimento, a não ser que emigrassem de volta para a Alemanha. Um argumento típico dos imperialismos alemão, italiano e japonês naquele momento: a emigração estaria sendo “perdida” em outros continentes e países e a única saída para evitar isso era a conquista de um império próprio. Maack estava, nesse sentido, justificando plenamente a expansão territorial nazista, ainda que não, certamente, para o sul do Brasil.

Apesar disso, convém não esquecer que a perspectiva imperial alemã (e, na verdade, de todos os países imperialistas europeus e asiáticos) não se limitava à busca de territórios e conquista direta. Já na época imperial, a Alemanha combinava uma estratégia mais sutil de penetração internacional – pelo comércio, cultura e laços populacionais – com uma direta, de conquista territorial. No Terceiro Reich, o pêndulo caminhou ainda mais para a força e a dominação direta, seguindo os pressupostos de superioridade racial do regime, mas a perspectiva de um imperialismo indireto em algumas regiões do mundo não foi abandonada.

Isso pode ser evidenciado especialmente se pensarmos em termos de imaginação imperial. Não havia, nem na Alemanha imperial nem na nazista, um projeto concreto e perfeito de expansão imperial, com fases delimitadas desde o início e total coerência. Ao contrário, a capacidade de pressão dos atores internos, a configuração do sistema internacional e do capitalismo global e outras variáveis

estavam sempre presentes, mudando e alterando as perspectivas. Mesmo durante as guerras mundiais, os planos e sonhos fluíam conforme as vitórias e as derrotas e havia adaptações e negociações internas e externas.

No entanto, alguns objetivos gerais fariam todo o sentido, simplesmente examinando a lógica imperial daquele momento. Pensando em círculos concêntricos, teríamos: a expansão da nação alemã, reunindo todos os falantes de alemão no mesmo Estado; a consolidação de um espaço exclusivo para a Alemanha no centro da Europa e a conquista de um espaço colonial, o *Lebensraum*, na Europa Oriental, nos Balcãs, no Oriente Médio e, com prioridade menor, na África. Por fim, a criação de uma rede de relacionamentos comerciais, culturais e políticos que dessem influência global à Alemanha em áreas mais distantes do seu núcleo imperial, ou seja, a América Latina, os Estados Unidos e o Oriente.

Nesses locais, os nazistas voltaram a confiar nos métodos indiretos - como a propaganda cultural, a influência das comunidades emigrantes ou o comércio - para garantir os interesses germânicos em locais onde o poder alemão não estava tão presente. Seria absurdo imaginar a conquista da América Latina, por exemplo, devido ao poder naval anglo-americano, mas os países da região - especialmente os mais ricos e com amplas comunidades de origem alemã - seriam integrados à Nova Ordem nazista, como áreas de colonização, produção de matérias primas e de circulação cultural.

Nesse sentido, as propostas de Maack fazem todo o sentido dentro da lógica imperial nazista: havia que se defender a cultura alemã no sul do Brasil, até como forma de garantir a presença da região no futuro "sistema imperial" nazista, mas ela não seria passível de conquista direta ou ocupação militar: não seria uma área viável para desenvolver o "espaço vital" alemão, mas seria um complemento interessante a esse espaço. Nesse sentido, Reinhard Maack trabalhava dentro dos modelos gerais da geopolítica nazista e com a alemã como um todo.

Sua atuação antes e durante a Primeira Guerra Mundial, na Namíbia (então colônia alemã), onde organizou expedições de exploração geológicas e minerais, é, aliás, um excelente exemplo de continuidade na sua trajetória. Na Namíbia, em Minas Gerais ou no Paraná, ele procurava o avanço do conhecimento, como qualquer cientista, mas era também uma peça no sistema imperial alemão.

As suas expedições científicas no Brasil (com destaque para a de 1933-1934), indicam claramente essa perspectiva. De um lado, ele agia com o apoio financeiro de empresas alemãs e brasileiras, dos próprios poderes locais (como o governo do Paraná) e de associações científicas alemãs, todos interessados em identificar riquezas potenciais passíveis de exploração. De outro, sua varredura geográfica no Estado do Paraná, especialmente, foi bancada por entidades científicas alemãs que, na época, já estavam sob o controle, direto ou indireto, do Partido Nazista.

É difícil acreditar que tais entidades o financiassem única e exclusivamente pelo amor à ciência: desde o século XIX essas expedições, em todos os países da Europa, tinham o objetivo evidente de conhecer para explorar. As informações geográficas por ele coletadas podem ter sido úteis para o governo em Curitiba (tanto que foi o interventor do Paraná, Manoel Ribas, que o tirou da prisão e o empregou, já durante a Segunda Guerra Mundial, em um cargo público em Curitiba), para o governo federal e para empresas individuais. Para a Alemanha, contudo, o que estava em jogo, mais uma vez, era prospectar possíveis recursos minerais ou áreas para a colonização alemã. Maack não estava a coletar inteligência militar para uma invasão, como alguns imaginaram, mas suas ações estavam dentro da perspectiva geopolítica mais ampla da Alemanha.

Aqui entra o tema, evidentemente, da relação de Maack com o nacional-socialismo. É tradicional afirmar que Reinhard Maack tinha relações cordiais com o establishment alemão no período nazista: não apenas suas expedições recebiam financiamento alemão, como ele pôde estudar e passar longas temporadas na Alemanha, sem nenhum impedimento do governo de Berlim. No Brasil, igualmente, ele estava em ótimas relações com o consulado alemão em Curitiba, com membros proeminentes das células do NSDAP instaladas no Brasil e com outros nacional-socialistas que atuavam no território nacional. Que havia proximidade, não havia dúvida, mas a memória oficial sugere que o nazismo de Maack não passava disso: uma proximidade sem vínculo formal, tanto que a sua prisão, em 1942, teria se dado mais por ele ser alemão do que nazista.

Algumas novas fontes podem permitir a problematização disso. Os documentos do Partido Nazista recolhidos pelo governo dos Estados Unidos depois

da guerra revelam um quadro diferente. Ele se filiou ao NSDAP em 1 de abril de 1933, quando vivia em Curitiba, e seu número era 3286052. Só conseguimos essa informação graças aos registros alemães capturados pelo governo americano, pois o grosso da sua pasta no DOPS paranaense desapareceu, provavelmente por ordem de Manoel Ribas. Quando da sua viagem ao rio Ivaí em 1933-1934, ele já carregava consigo sua carteirinha do NSDAP. Essa viagem pode ter levado a dedicar mais atenção ao tema da colonização alemã no sul do Brasil, mas, como militante do partido nazista e alguém embebido dos ideais imperialistas alemães, essa atenção já devia existir antes, ainda que, talvez, sem prioridade antes da expedição.

É fato, contudo, que, ao menos no estágio atual do conhecimento, ele não parece ter sido um militante ostensivo ou particularmente devoto, tanto que foi possível esconder a sua filiação com uma certa facilidade, de forma a que ele pudesse ser aproveitado no serviço público paranaense. Ele trabalhou com e para empresários judeus sem grandes problemas e não parece ter sido muito presente em cerimônias, datas festivas ou manifestações do partido. Sua data de filiação, aliás, é emblemática, pois veio depois da ascensão de Hitler ao poder e um pouco antes da sua expedição no Paraná. A filiação pode ter sido mesmo uma necessidade burocrática para conseguir o *nulla osta* e o financiamento do governo alemão, o que o classificaria mais na categoria de adesista do que um firme defensor da ideologia nazista, ainda que, como vimos acima, ele compartilhasse alguns dos seus aspectos.

Estudando Maack, podemos, portanto, avançar no nosso entendimento sobre as relações entre ciência e imperialismo, sobre as diversas formas e mecanismos pelos quais esse último podia se manifestar e as diferentes facetas do “ser alemão” no Brasil no período entre as guerras mundiais.

BIBLIOGRAFIA

ALLEGRI, Pablo. *O clã de Hitler*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

ANGEBERT, Jean Michel. *Hitler e as religiões da Suástica*. Lisboa: Bertrand, 1977.

ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: um retrato sobre a banalidade do mal*. Rio de Janeiro: Diagrama e Texto, 1983.

ATHAÍDES, Rafael. *O Partido Nazista no Paraná (1933-1942)*. Maringá: Eduem, 2011.

BERTONHA, João Fábio; ATHAÍDES, Rafael. *O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina. História, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932-2020)*. Maringá: Edições Diálogos, 2021.

———. *The Nazi Party and the German communities abroad. The Latin American case*. London and New York: Routledge, 2023.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BOSWORTH, Richard. *Explaining Auschwitz and Hiroshima: History writing and the Second World War, 1945-1990*. London and New York: Routledge, 1993

BROWNING, Christopher R. *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the final solution in Poland*. New York: Harper Collins, 1992.

BURLEIGH, Michael. *Euthanasia in Germany, 1900-1945*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BURRIN, Philip. *Hitler e os judeus: gênese de um genocídio*. Porto Alegre: L & PM, 1990.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCAS, Taís Campelo. *Expressões do nazismo no Brasil: partido, ideias, práticas e reflexos*. Salvador: Saggá Editora, 2018.

CHAUÍ, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação integralista Brasileira.” In: CHAUÍ, Marilena de Souza e FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978, pp. 17-150.

CLAY, Catrine. *Master race: the Lebensborn experiment in Nazi Germany*. London: Hodder & Stoughton, 1995.

CONFINO, Alon. *Um mundo sem judeus: da perseguição ao genocídio, a visão do imaginário nazista*. São Paulo: Cultrix, 2016.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Memória da barbárie: a história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP/Nova Stella, 1990.

CRUZ, Natália dos Reis. *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 1997.

DESCH, Michael. *When the Third World matters: Latin America and United States Grand Strategy*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1993.

DOTTA, Renato Alencar. *Direita e Autoritarismo: passado e presente*. São Paulo: Todas as musas, 2015.

EVANS, Richard. *The Third Reich in History and memory*. London: Abacus, 2016.

———. *Terceiro Reich na história e na memória: novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra*. São Paulo: Crítica, 2018.

———. *Conspirações sobre Hitler: o Terceiro Reich e a imaginação paranoica*. São Paulo: Crítica, 2022.

FINKELSTEIN, Norman. *A Indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

———; BIRN, Ruth. *A Nation on trial*. New York: Metropolitan, 1998.

FIORUCCI, Rodolfo. *Estratégias fascistas em revista: Anauê (1935-1937) como inovação jornalística da Ação Integralista Brasileira*. Curitiba: Appris, 2021.

GALLI, Giorgio. *Hitler e il nazismo magico: le componenti esoteriche del Reich millenario*. Milano: Rizzoli, 1995.

BIBLIOGRAFIA

- GELLMAN, Irwin. *Good neighbour diplomacy: US policies in Latin America, 1933-1945*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1979.
- GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERWARTH, Robert. *O carrasco de Hitler: a vida de Reinhard Heydrich*. São Paulo: Cultrix, 2015.
- GODA, Norman. *Tomorrow the world: Hitler, Northwest Africa, and the path toward America*. College Station: University of Texas Press, 1998.
- GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GOODRICK-CLARKE, NICHOLAS. *The occult roots of Nazism: secret Aryan cults and their influence on Nazi Ideology*. New York: New York University Press, 1992.
- . *Sol Negro: cultos arianos, nazismo esotérico e políticas de identidade*. São Paulo: Madras, 2004.
- GUATTARI, Félix. “Micropolítica do fascismo” In: *Revolução molecular; pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 173-190
- HAGLUND, David. *Latin America and the transformation of US strategic thought, 1936-1940*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1984.
- HEINEMANN, Isabel. “Until the last drop of good blood: The kidnapping of «racially valuable» children and the nazi racial policy in occupied Eastern Europe» in MOSES, Dirk. *Genocide and settler society: frontier violence and stolen Indigenous children in Australian history*. New York and Oxford: Berghahn Books, 2004, pp. 244-266.
- HALBROOK, Stephen P. *Hitler e o desarmamento: como o nazismo desarmou os judeus e os “inimigos do Reich”*. Campinas: Vide Editorial, 2017.
- HILBERG, Raul. *The destruction of the European Jews*. New York: New Viewspot, 1973.
- HILDEBRAND, Klaus. *The foreign policy of the Third Reich*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1973.

HILLGRUBER, Andreas. *Germany and the two world wars*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IPSEN, Carl. *Demografia totalitaria: il problema della popolazione nell'Italia fascista*. Bologna: Il Mulino, 1997.

JIMÉNEZ CORES, Pablo. *A estratégia de Hitler: as raízes ocultas do nacional-socialismo*. São Paulo: Madras, 2006.

KLEMPERER, Viktor. *Os diários de Viktor Klemperer*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KOCH, H.W. *Aspects of the Third Reich*. London: McMillan, 1985.

KOEHL, Robert Lewis. *História Revelada da SS*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2021.

KUPERMAN, Diane. *Anti-semitismo: novas facetas de uma velha questão*. Rio de Janeiro: Pontal Editora, 1992.

LAQUEUR, Walter. *O terrível segredo: a verdade sobre a manipulação de informações na “solução final” de Hitler*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

———; BREITAN, Richard. *O herói solitário*. São Paulo: Best Seller, 1987.

LARSEN, Stein L. *Who were the fascists? Social roots of European fascism*. Bergen: Universitetsforlaget, 1980.

———. *Fascism outside Europe: the European impulse against domestic conditions in the diffusion of global fascism*. New York: Columbia University Press, 2001.

LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. São Paulo: Ática, 1986.

LEWIS, David. *A vida secreta de Adolf Hitler*. Lisboa: Afrodite, 1978.

LILIENTHAL, Georg. *Der ‘Lebensborn e.V.’: Ein Instrument nationalsozialistischer Rassenpolitik*. Frankfurt: Fischer, 2003.

BIBLIOGRAFIA

- LOPEZ, Luiz Roberto. *Do Terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
- LUKACS, John. *O Hitler da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- MCDONOUGH, Frank. *Gestapo: mito e realidade na polícia secreta de Hitler*. São Paulo: Leya, 2016.
- MACHTAN, Lothar. *O segredo de Hitler: a vida dupla de um ditador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MAZOWER, Mark. *Hitler's empire: how the Nazis ruled Europe*. New York: Penguin Books, 2008,
- . *O Império de Hitler: a Europa sob o domínio nazista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MICHAELIS, Meir. "World power status or World dominion? A survey of the literature on Hitler's plan of world domination". *The Historical Journal*, v. 15, n. 2: 331-360, 1972.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel. *Fascismo, guerra e memória: olhares ibéricos e europeus*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016.
- OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *O som do ódio: uma história do rock neofascista e dos neofascismos no tempo presente*. Curitiba: CRV, 2018.
- OHLEH, Norman. *High Hitler: como o uso das drogas pelo Führer e pelos nazistas ditou o ritmo do Terceiro Reich*. São Paulo: Planeta, 2017.
- PENNICK, Nigel. *As ciências secretas de Hitler*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- POLIAKOV, León. *A Europa suicida*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- POLIAKOV, León. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- PRIORI, Angelo; MAINKA, Peter. *Rolândia im Norden von Paraná. Rolândia no norte do Paraná*. Maringá: Edições Diálogos; Wurzburg: Institut fur Zeitgeschichte, 2017.

PROSPERO, Michele. *Il pensiero politico della Destra*. Roma: Newton Compton, 1996.

RAVENS-CROFT, Trevor. *Hitler: la conspiración de las tiniebras*. Madri: Editorial América, 1994.

REES, Laurence. *Hitler e Stalin: os tiranos e a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

RICH, Norman. *Hitler's war aims: ideology, the Nazi state, and the course of expansion*. London and New York: Norton & Company, 1973.

———. *Hitler's war aims: the establishment of the New Order*. New York, Norton & Company, 1974.

ROSENBERG, Alfred. *Os diários de Alfred Rosenberg (1934-1944)*. São Paulo: Planeta, 2017.

SANTAMBROGIO, Ambrogio. *Destra e sinistra: un'analisi sociologica*. Bari: Laterza, 1998.

SAYER, Yan; BOTTING, Douglas. *Hitler e as mulheres: a vida amorosa de Adolf Hitler*. Campinas: Verus, 2005.

SCHWELLER, Randall. *Deadly imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest*. New York: Columbia University Press, 1997.

SHERMER, David; GROBMAN, Alex. *Denying History: who says the Holocaust never happened, and why do they say it?* Los Angeles: University of California Press, 2000.

SILVA, Micael Alvino da. *A Segunda Guerra Mundial e a Tríplice Fronteira: a vigilância aos "súditos do Eixo" alemães e italianos*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

SNYDER, Timothy. *Terra Negra: o Holocausto como história e advertência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SORLIN, Pierre. *O anti-semitismo alemão*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

STERNHELL, Zeev. *La droite révolutionnaire: les origines françaises du fascisme (1885-1914)*. Paris: Editions du Seuil, 1978.

BIBLIOGRAFIA

- STOAKES, Geoffrey. *Hitler and the quest for world dominion*. Leamington: Berg, 1986.
- THOMPSON, Larry. "Lebensborn and the eugenics policy of the Reichsführer SS." *Central European History*, v. 4, n. 1: 54-77, 1971.
- TRANFAGLIA, Nicola. *La Prima Guerra Mondiale e il fascismo*. Torino: UTET, 1995.
- TRINDADE, Héglio. "O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista". In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 123-141.
- TUCCI CARNEIRO, Maria Luísa. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: "Um Eichmann de papel" e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes; MILMAN, Luís. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade/CORAG, 2000.
- VON OELHAFEN, Ingrid; TATE, Tim. *As crianças esquecidas de Hitler: a verdadeira história do programa Lebensborn*. São Paulo: Contexto, 2017.
- WEBER, Thomas. *Tornando-se Hitler: a construção de um nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- WEINBERG, Gerhard. *Germany, Hitler, and World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- WITTMAN, Robert; KINNEY, David. *O diário do Diabo: os segredos de Alfred Rosenberg, o maior intelectual do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SOBRE O AUTOR

João Fábio Bertonha é professor de História (graduação e pós-graduação) na Universidade Estadual de Maringá/PR e pesquisador do CNPq, com bolsa produtividade. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio de Doutorado Sanduíche na Itália (1995-1996. Tem pós Doutorados na Università di Roma (2010-2011), na USP (2012), na European University Institute de Firenze (2014-2015) e na Universidad Carlos III de Madrid (2019-2020). Desde 2021 é professor associado (externo) do Instituto de Política y Gobernanza da Universidad Carlos III de Madrid. Também tem o título de Livre Docente em História (USP, 2014) e duas especializações - em política de defesa (2009) e em assuntos estratégicos internacionais (2011) - pelo CHDS (National Defense University), em Washington, sendo bolsista desse centro.

Foi visiting fellow na University of Toronto (2000 e 2008), no Immigration History Research Center da University of Minnesota (2008), no Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid (2009), no Instituto Nacional de Antropología e Historia do México (2009), no Instituto de Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de La Plata (2009), no Center for Advanced Studies da Ludwig-Maximilians-Universität München, Alemanha (2017), no Center for Austrian Studies, University of Minnesota (2018) e no Colégio de México (2019). Foi bolsista (frequentemente, mais de uma vez) das seguintes instituições: CNPq, Capes, Fapesp, Fundação Araucária, Ministero degli Affari Esteri da Itália, National Defense University, International Council for Canadian Studies, Fundación Carolina, Instituto Nacional de Antropología e Historia do México, CAS-Universidade de Munique, Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e Botstiber Institute for Austrian-American Studies (The Dietrich W. Botstiber Foundation), entre outras. Tem experiência de pesquisa em arquivos e bibliotecas no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, México, Estados Unidos, Portugal, Espanha,

Itália, Reino Unido, França, Bélgica, Áustria e Alemanha. Atualmente, é o coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UEM.

Foi o vencedor do 27º Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, Categoria Professor-Pesquisador, Ciências Humanas e Sociais, em 2014 e pesquisador visitante em diversos outros países da Europa e das Américas. Apresentou trabalhos, frequentou e/ou ministrou cursos em dezenas de universidades no Brasil e no exterior, normalmente com o auxílio financeiro de instituições nacionais e internacionais (como o Itamaraty e diversas Universidades) e de Universidades internacionais como Warwick, Sorbonne, Bologna, General Sarmiento, Munique, Aix-la-Chapelle, Colégio de México, Konstanz e muitas outras.

Publicou 40 livros, dos quais 34 livros autorais, e duas centenas de artigos e capítulos sobre fascismo, antifascismo, relações internacionais, geopolítica, história militar e imigração italiana em revistas universitárias e livros, dos quais grande parte fora do Brasil, em inglês, espanhol, italiano e russo. É revisor de oitenta periódicos nacionais e estrangeiros na área de História, Defesa e Relações Internacionais e consultor de agências de financiamento como Capes, CNPq, Fapesp, Fundação Araucária, Universidade Nova de Lisboa, Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD), Conacyt do México e outras. Também já formou quatro dezenas de estudantes de iniciação científica e de pós-graduação.

Contato: joafabiobertonha.com

jfbertonha@uem.br

fabiobertonha@gmail.com



ISBN: 978-65-00-69317-1

CDL



9 786500 693171